



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - N° 202 - QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Shessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17	LÍDER Delcídio Amaral – PT Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL	Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 216^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 274, de 2005 (nº 814/2005, na origem), de 29 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, sancionado e transformado na Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005.

42910

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 536, de 2005 (nº 858/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

42910

Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2005 (nº 1.625/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

42913

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 536 e 537, de 2005, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

42914

1.2.4 – Pareceres

Nº 2.075, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 254, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Mauro Barbosa da Silva

para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT.....

42915

Nº 2.076, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 253, de 2005 (nº 764/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. (Projeto de Resolução nº 88, de 2005).....

42917

Nº 2.077, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 87, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, que altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 1º de junho de 2006, as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

42920

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a mesa, aos Projetos de Resolução nºs 87 e 88, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

42922

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.404, de 2005, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.

42922

Nº 1.405, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Delegada Maria das Graças Malheiros, que depois de dois anos de bons serviços, deixa o cargo de Superintendente da Polícia Federal no Amazonas.

42923

Nº 1.406, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao menino João Victor Mendes Rocha, o Joãozinho, que

com apenas sete anos, já coleciona vitórias em natação.....	42923	sidentes dos Países Membros, a ser realizada na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 7 a 9 de dezembro próximo.....	42926
Nº 1.407, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Senhora Beatriz de Castro e Costa, exemplo de decência, lucidez e de amor ao Amazonas.	42923	1.2.7 – Comunicações da Presidência	
Nº 1.408, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Luiz Leopoldo, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria ligeiro masculino, nos Jogos Estudantis Brasileiros de 2005.....	42923	Recebimento do Aviso nº 40, de /2005 (nº 7.147/2005, na origem), de 29 de novembro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 3º trimestre de 2005. (<i>Anexado ao processado do Aviso nº 21, de 2005</i>). À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	42926
Nº 1.409, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos judocas da Escolinha da Vila Olímpica de Manaus, pela iniciativa de recolher alimentos, no sábado, dia 3 do corrente, para doação a crianças portadoras de necessidades especiais do Abrigo Moacir Alves.....	42924	Recebimento do Aviso nº 2.200, de 2005-SGS-TCU-Plenário, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.006/2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada, por solicitação do Senado Federal, no contrato firmado entre a Petrobrás S/A e a empresa Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. (TC-011.320/2003-2). (<i>Anexada ao processado do Requerimento nº 616, de 2001</i>). À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	42926
Nº 1.410, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de regozijo às gêmeas Ana Maria e Mariana Castro Beviláqua, de Manaus, pela recuperação da saúde, após 24 anos em estado de letargia.	42924	Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2002 (nº 108/1999, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente.	42926
Nº 1.411, de 2005, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Renan Calheiros, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Murilo de Sá Barreto, pároco da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, Ceará.	42925	Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta art. 249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros, aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....	42926
Nº 1.412, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Rádio Senado e em especial a jornalista Nara Ferreira pela medalha de prata do prêmio de jornalismo Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism, da associação de Jornalistas Correspondentes das Nações Unidas (UNCA).	42925	Lembrando a realização de sessão especial, amanhã, às 11 horas, destinada a comemorar o trigésimo aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, dentre as comemorações que tiveram início em 2005.....	42927
Nº 1.413, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	42925	1.2.8 – Ofícios	
Nº 1.414, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona.....	42925	Nº 136/2005, de 6 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista Especial destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País.	42927
Nº 1.415, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando que seja considerada como desempenho de missão no exterior, de 6 a 9 do corrente, sua participação na XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em paralelo a XXVIII Reunião de Presidentes dos Países Membros, a ser realizada na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 7 a 9 de dezembro próximo.	42926	Nº 138/2005, de 6 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Fede-	
Nº 1.416, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que seja considerada como desempenho de missão no exterior, de 7 a 9 do corrente, sua participação na XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em paralelo a XXVIII Reunião de Pre-			

ral, de substituição de membros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	42927	para um grupo educacional norte-americano. Reiteração de apoio aos profissionais das universidades, em greve há vários meses.'	42941
Nº 446/2005, de 6 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, encaminhando o nome Senadores membros que integrarão a Comissão Mista, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País.	42927	SENADOR PAULO PAIM – Homenagem pela passagem do 29º aniversário da morte do ex-Presidente da República e líder trabalhista João Belchior Marques Goulart, o Jango.	42944
Nº 463/2005, de 6 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando a nova composição dos membros suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos.	42927	SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Cumprimentos ao Banco do Brasil pelo retorno de agências ao Estado do Acre. Enfoque sobre a redução do desmatamento na Amazônia.....	42947
Nº 1.164/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País. <i>Designação da Deputado Vanessa Grazziotin, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	42928	SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Leitura de Nota Técnica do Ministério da Agricultura, que faz referência à ocorrência da febre aftosa no Rio Grande do Sul e à divulgação errônea da constatação de foco da doença no Estado do Paraná.....	42949
1.2.9 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		SENADOR EFRAIM MORAIS – A questão da educação no país. A greve nas instituições federais de ensino. Questionamento sobre os critérios para a liberação de emendas ao Orçamento da União.....	42950
Nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.	42928	SENADOR RAMEZ TEBET – Defesa da liberação dos recursos do FGTS para pagamento de mensalidades escolares, beneficiando também os estudantes universitários.	42954
1.2.10 – Leitura de projetos		SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Visita realizada ao município de Laranja da Terra, no interior do Rio Grande do Sul e destaque para o trabalho do Ministério Público naquele local. Posicionamento sobre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel.	42955
Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005, de autoria do Senador Efraim Morais, que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.	42935	SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Críticas à forma de liberação de recursos pelo governo para as emendas dos parlamentares ao Orçamento da União.....	42956
Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para flexibilizar as condições de aquisição de armas de fogo de cano longo e proibir a comercialização de revólveres, pistolas e similares.	42936	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Considerações sobre denúncia veiculada pela mídia contra a Coteminas, que pode ter sido uma represália do governo federal contra o vice-Presidente José Alencar.	42957
Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento, para permitir o transplante de órgãos de doadores anencéfalos.	42937	SENADOR EDUARDO SUPLICY – Homenagem ao Corinthians, time vencedor do Campeonato Brasileiro. Elogios ao jogador argentino Carlito Tevez, que vem exercendo um papel de destaque na integração entre Brasil e Argentina.	42958
1.2.11 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados		1.3 – ORDEM DO DIA	
Nº 2.169/2005, de 2 do corrente, comunicando a declaração de perda do mandato parlamentar do Deputado José Dirceu, ocorrido em 1º do corrente.....	42939	Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
1.2.12 – Discursos do Expediente		Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocen-	
SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.	42940		
SENADOR MÃO SANTA – Alerta para a venda da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo,			

tos mil reais para os fins que especifica. Apreciação sobreposta por não haver acordo de Liderança.	42959	Item 8 Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).
Item 2 Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.	42960	Apreciação sobreposta.
Item 3 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção. Apreciação sobreposta.	42960	Item 9 Redação Final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na Casa de origem), que altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Apreciação sobreposta.
Item 4 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. Apreciação sobreposta.	42960	Item 10 Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal. Apreciação sobreposta.
Item 5 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial. Apreciação sobreposta.	42960	Item 11 Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de origem), que denomina "Viaduto Colonizador Énio Pipino" o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na BR-163. Apreciação sobreposta.
Item 6 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). Apreciação sobreposta.	42960	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR JEFFERSON PERES – Alerta para o aumento de verbas com publicidade no Orçamento da União, para 2006.....
Item 7 Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. Apreciação sobreposta.	42960	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Repúdio veemente à vinculação de S. Exª e a do ex-Governador Siqueira Campos, ao candidato a prefeito de Tupyratins, em 2004, Misilvan Chavier dos Santos, preso pela Polícia Federal por tráfico de cocaína.
		SENADOR EFRAIM MORAIS – Anuncia que enfermidade apresentada pelo Sr. Roberto Carlos da Silva Kurzweil, para não depor na CPI dos Bingos não justifica o impedimento para comparecer aquela Comissão, conforme comunica a Junta Médica do Senado.....
		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de nota de esclarecimento da Assessoria de Imprensa do PSDB do Estado de Tocantins relativa às notícias divulgadas na Imprensa nacional sobre o envolvimento do Sr. Misilvan Chavier dos Santos com a prática de ilícitos criminais.....

SENADOR <i>JORGE BORNHAUSEN</i> – Realização do vigésimo evento realizado pelo PFL ocorrido em Teresina – PI, configurando a preferência do Partido pelo eminente Senador Heráclito Fortes. Comentários ao desempenho do PFL e algumas das posições que o partido vem adotando, em seu papel de oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	42968	O Estado de S. Paulo , edição de 30 de novembro do corrente.....	42995
SENADOR <i>ALMEIDA LIMA</i> – Apresentação de projeto de decreto legislativo para a realização de um plebiscito em 1º de outubro de 2006, consultando o povo acerca da necessidade de elaboração de uma nova Constituição.	42974	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Comentários ao relatório “2003/2005: a Caixa cresce e quem ganha é o Brasil”.....	42996
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Registro de encontro realizado pelo PFL ontem em Teresina/PI.....	42976	1.3.3 – Comunicação da Presidência	
SENADOR <i>CÉSAR BORGES</i> – Descaso do governo federal com o Estado da Bahia.....	42980	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	42997
SENADOR <i>GILBERTO GOELLNER</i> – Necessidade de redução dos custos de produção agrícola no Brasil.....	42983	1.4 – ENCERRAMENTO	
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação		2 – RETIFICAÇÕES	
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Considerações sobre o governo Lula. Questionamentos sobre o acesso às linhas de crédito pelos aposentados e pensionistas.....	42985	Ata da 152ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de setembro de 2005 e publicado no Diário do Senado Federal do dia subseqüente...	42999
SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Comentários sobre reportagem da revista Época , edição de 4 de abril do corrente, referente à violência urbana no Brasil.....	42989	Ata da 156ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 12 de setembro de 2005 e publicado no Diário do Senado Federal do dia subseqüente...	42999
SENADOR <i>EDUARDO AZEREDO</i> – Transcrição nos Anais de carta encaminhada à revista Época , relacionada à matéria “Chantagem e Caixa 2” (edição de 5 do corrente).	42990	Ata da 158ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2005 e publicado no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.....	43000
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentário sobre os últimos resultados do crescimento do PIB brasileiro, com registro de matérias intituladas “País é o lanterninha dos emergentes” e “Brasil crescerá menos do que emergentes”, publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo , respectivamente, em edição de 1º de dezembro do corrente.....	42990	Ata da 198ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2005 e publicado no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.....	43000
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Registro de artigo intitulado “O mandato de Dirceu vale uma crise?”, autoria do jornalista José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 30 de novembro do corrente.	42993	Ata da 207ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2005 e publicado no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.....	43001
SENADOR <i>ANTERO PAES DE BARROS</i> – Registro de matéria intitulada “Buratti foi elo entre donos de bingos e PT”, do jornalista Mario César Carvalho, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 20 de novembro do corrente.....	42994	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 6-12-2005	
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – Registro de matéria intitulada “Dirceu comanda PT em manobra contra sessão”, publicada no jornal		4 – PARECERES	
		Nº 35, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social a Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais), para os fins que especifica.....	43004
		Nº 36, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.....	43012
		5 – EMENDAS	
		Nºs 1 a 7, apresentada a Medida Provisória nº 267, de 2005	43015
		6 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 17, de 2005.	43025

7 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 173 e 174, de 2005. 43026

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.170 a 4.184, de 2005. 43027

SENADO FEDERAL**9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA**

10 – SECRETARIA DE COMISSÕES

11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

14 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

15 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**16 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****19 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****20 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****21 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 216^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 6 de dezembro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho e Romeu Tuma*

**ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 6/12/2005 07:22:34 até 6/12/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		X

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

– Nº 274, de 2005 (nº 814/2005, na origem), de 20 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue* e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, sancionado e transformado na Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processo vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 536, DE 2005**

(Nº 858/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, 17 de abril de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, 17 de abril da 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROTOCOLO MODIFICATIVO DO PROTOCOLO
QUE INSTITUI O PRÊMIO CAMÕES**

A República Federativa do Brasil
e

A República Portuguesa
(doravante denominadas “Partes Contratantes”),

Conscientes das profundas afinidades culturais entre os dois povos;

Empenhados em intensificar e complementar, cada vez mais e por todas as formas possíveis, as relações culturais existentes entre os dois Estados;

Interessados no enriquecimento e prestígio da língua comum e do respectivo patrimônio literário;

Desejosos de, pela instituição do Prêmio Luís de Camões, manifestarem publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projeção da literatura em Português;

Convictos de que o Prêmio Luís de Camões deve reforçar o seu estatuto de galardão literário da comunidade de língua portuguesa e que a sua atribuição deverá contribuir para uma plena consagração do Autor, dentro e fora da referida comunidade;

Conscientes da importância de estreitar e desenvolver os laços culturais entre toda a comunidade lusófona pela crescente associação a este evento de outros Estados de língua oficial portuguesa;

Concordando que é de toda a conveniênciaclarificar e precisar as disposições que o regem, de forma a assegurar um novo calendário para as diferentes fases do processo conducente à sua atribuição;

Resolvem estabelecer entre si um novo texto para o Protocolo que institui o Prêmio Camões;

Resolvem estabelecer entre si um novo texto para o Protocolo que institui o Prêmio Camões;

ARTIGO 1º**Finalidade**

Por este Acordo instituem as Partes Contratantes o Prêmio Luís de Camões a ser atribuído, anual e alternadamente, no território de cada um dos dois Estados Contratantes, a um autor de língua portuguesa que tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua comum.

ARTIGO 2º**Prêmio Luis Camões**

O Prêmio Luís de Camões é decidido por um júri especialmente constituído pra tal efeito e consiste numa quantia pecuniária resultante das contribuições dos dois Estados-Partes, fixada anualmente pelas Partes Contratantes de comum acordo.

ARTIGO 3º **Candidaturas**

1. As candidaturas podem ser apresentadas por quaisquer instituições de natureza ou vocação cultural dos Estados-Partes, bem como de qualquer outro Estado de língua oficial portuguesa.

2. As candidaturas devem ser apresentadas ao Secretariado do Prêmio Luís de Camões durante o ano anterior ao da sua atribuição.

3. O júri não está vinculado, na sua escolha, às candidaturas apresentadas de acordo com o parágrafo 1.

ARTIGO 4º

Constituição do Júri

1. O júri é composto por seis membros, dos quais dois são de nacionalidade portuguesa, dois de nacionalidade brasileira e dois de diferente nacionalidade de outros Estados de língua oficial portuguesa.

2. O mandato do júri tem a duração de dois anos.

3. Os jurados de nacionalidade portuguesa e brasileira serão designados, dentre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário, pelas entidades competentes em cada Estado-Parte em matéria cultural.

4. Os restantes jurados serão designados de comum acordo pelos Estados-Partes, em obediência ao critério previsto no parágrafo anterior, sob proposta feita alternadamente, para cada biênio, por um e outro Estado.

5. A proposta a que alude o parágrafo anterior deve ser precedida de consulta às entidades competentes em matéria cultural dos Estados da nacionalidade das personalidades que se pretende sejam nomeadas.

6. Em qualquer caso, a designação dos membros do júri e a respectiva notificação ao Secretariado do Prêmio devem ocorrer até ao final do biênio correspondente ao mandato do júri anterior.

ARTIGO 5º

Funcionamento e Deliberações do Júri

1. A reunião anual do Júri para a atribuição do Prêmio tem lugar, alternadamente, em território brasileiro e português:

a) quando ocorrer em território brasileiro, é efetuada na primeira quinzena do mês de março;

b) quando ocorrer em território português, é efetuada na primeira quinzena do mês de maio.

2. O presidente do Júri é eleito dentre os jurados designados pelo Estado visitante, cabendo-lhe, entre outras funções que se mostrem necessárias, a direção dos trabalhos do júri.

3. As deliberações do Júri serão tomadas com a presença de, pelo menos, cinco membros.

4. As deliberações consideram-se adotadas se votadas por maioria absoluta dos jurados, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

ARTIGO 6º

Atribuição e Divulgação do Prêmio

1. O Prêmio não pode deixar de ser atribuído nem pode ser dividido.

2. A divulgação pública do agraciado é feita pela entidade do Estado competente em matéria cultural após a reunião do júri referida no Artigo anterior.

3. O Prêmio será entregue ao agraciado, em sessão solene, no Estado Parte onde não se realizou a reunião do júri, de preferência no respectivo Dia Nacional.

ARTIGO 7º

Secretariado do Prêmio

1. O júri é assistido, no exercício das suas funções, por um Secretariado que apoiado, pela Parte brasileira, pelo Departamento Nacional do Livro da Fundação Biblioteca Nacional e, pela Parte portuguesa, pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

2. Compete ao Secretariado contribuir, por todas as formas possíveis, para a promoção e divulgação do Prêmio Luís de Camões, realizando as tarefas preparatórias para as reuniões do júri, apoiando logística, técnica e administrativamente os respectivos trabalhos, preparando o anúncio público do agraciado, exercendo ainda as demais missões que o júri lhe confiar.

ARTIGO 8º

Despesas com a Atribuição do Prêmio

1. As despesas de estadia e alojamento decorrentes da reunião do júri são da responsabilidade do Estado de acolhimento.

2. As despesas decorrentes dos deslocamentos internacionais dos jurados do Estado visitante são da responsabilidade destes.

3. As despesas com os deslocamentos internacionais dos jurados que não tenham nacionalidade brasileira ou portuguesa são da responsabilidade do Estado referido no parágrafo anterior.

4. Caso o agraciado não tenha a nacionalidade ou não resida no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prêmio, são da responsabilidade de tal Estado as respectivas despesas de estadia e alojamento.

5. As despesas decorrentes dos deslocamentos internacionais do agraciado, no caso de ser nacional de Estado diferente daquele onde se realiza a sessão solene ou de aí não residir, são da responsabilidade do Estado da sua nacionalidade.

6. Sendo o agraciado nacional de Estado terceiro e não residindo no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prêmio, são da responsabilidade deste Estado as despesas decorrentes do respectivo deslocamento internacional.

ARTIGO 9º

Adesão

O presente Protocolo está aberto à adesão de outros Estados Partes da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), mediante consentimento prévio das duas Partes originárias.

ARTIGO 10

Entrada em Vigor

Este Protocolo entra em vigor após notificação recíproca de que foram concluídas as respectivas formalidades internas de vinculação internacional de cada Estado Parte.

ARTIGO 11

Denúncia

Qualquer das Partes Contratantes pode denunciar o Protocolo, mediante notificação feita à outra, com antecedência mínima de 12 (doze) meses.

ARTIGO 12

Norma Transitória

1. A atribuição do Prêmio Luis de Camões reger-se-á pela primeira vez de acordo com as disposições deste Protocolo no ano 2000, desde que concluídas as formalidades referidas no Artigo 10, realizando-se em Portugal a reunião do júri e no Brasil a sessão solene de entrega do Prêmio ao agraciado.

2. Para efeitos de composição do júri, a proposta a que se refere o parágrafo 4º do Artigo 4 será pela primeira vez feita por Portugal.

ARTIGO 13

Revogação

Fica revogado o Protocolo anterior que instituiu o Prêmio Camões.

ARTIGO 14

Publicidade Internacional

A Parte portuguesa compromete-se a dar publicidade internacional ao Protocolo, nos termos do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Concluído e assinado em Lisboa, em 17 de abril de mil novecentos e noventa e nove, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil – **Francisco Weffort**, Ministro de Estado da Cultura.

Pela República Portuguesa – **Catarina Vaz Pinto**, Secretária de Estado da Cultura.

MENSAGEM Nº 1.113, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do “Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões”, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

Brasília, 18 de agosto de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 236 DE-I/DAI-MRE – PEXT BRAS PORT

Brasília, 14 de julho de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto do “Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões”, assinado em Lisboa no dia 17 de abril de 1999, pelo Ministro da Cultura do Brasil, Francisco Weffort, e pela Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, Dra. Catarina Vaz Pinto.

2. O presente Protocolo substituirá o “Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, criando o Prêmio Luiz de Camões”, celebrado em Brasília em 22 de junho de 1988, não promulgado por falta de notificação da parte portuguesa.

3. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autênticas do texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 537, DE 2005

(Nº 1.625/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COOPERACÃO NA ÁREA
DE TURISMO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CROÁCIA**

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República da Croácia (doravante denominados “Partes”),

Desejosos de reforçar as relações de amizade e de cooperação entre os dois Estados;

Conscientes do mútuo interesse pela ampliação dos fluxos turísticos entre os dois países;

Convencidos de que o setor do turismo contribui para o entendimento entre seus povos e para o desenvolvimento econômico e social e bem como para a ocupação racional do território, com base na igualdade e benefícios recíprocos;

Resolvem acordar o seguinte;

ARTIGO I

As Partes encorajarão, desenvolverão e coordenarão a cooperação no setor de turismo, segundo seus interesses recíprocos e de conformidade com a legislação pertinente, os demais regulamentos cabíveis e as respectivas disponibilidades orçamentárias.

ARTIGO II

As Partes procederão ao intercâmbio de informações relativas a suas legislações pertinentes ao turismo, à organização do setor, a suas políticas nacionais e regionais de turismo, bem como a ações relacionadas ao campo do turismo, previstas em outros dispositivos além do presente Acordo, com o objetivo de explorar as possibilidades existentes de cooperação.

ARTIGO III

As Partes favorecerão o exame e o desenvolvimento conjunto de projetos de investimento no setor de turismo, e encorajarão a prestação de assistência técnica, o intercâmbio de especialistas e os programas de capacitação profissional, com vistas ao desenvolvimento desse setor, incluindo-se nesse particular a implementação de ações especialmente ligadas à organização da atividade turística, seu desenvolvimento e gestão, assim como a prestação de serviços e operações destinadas à promoção do turismo.

ARTIGO IV

As Partes simplificarão ao máximo as formalidades de viagem observadas por suas respectivas autoridades para a entrada, estada e saída de seus turistas, com vistas à ampliação do fluxo turístico entre si.

ARTIGO V

As Partes notificarão uma à outra, por via diplomática, suas propostas de alterações ou emendas ao presente Acordo. Uma vez decididas de comum acordo, as alterações ou emendas entrarão em vigor após cumpridas, por cada uma das Partes, as exigências de suas legislações internas.

ARTIGO VI

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação por escrito, trocada por via diplomática, pela qual as Partes se informarão sobre os respectivos términos de seus procedimentos legislativos internos exigidos para a sua validação.

2. O presente Acordo terá a duração de 5 (cinco) anos podendo ser prorrogado automaticamente por subseqüentes períodos de igual duração, a menos que seja expressamente denunciado por escrito por uma das Partes no prazo mínimo de 1 (um) ano anterior à data de expiração, quer do período inicial ou subseqüente. Nesse caso, a denúncia não invalida a vigência do Acordo até a data de sua expiração.

3. A expiração do prazo de validade do presente Acordo, ou sua denúncia, não colocará em questão direitos e obrigações contraídas pelas Partes em relação a projetos implementados no âmbito dos presentes dispositivos.

Feito em Brasília, 7 de junho de 2001, em três exemplares originais, nos idiomas português, croata e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil – **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro, interino do Ministério das Relações Exteriores.

Pelo Governo da República da Croácia – **Vesna Cvjetkovic-Kurelec**, Vice-Ministra.

MENSAGEM Nº 942, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, 7 de junho de 2001.

Brasília, 4 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 231/MRE

Brasília, 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto de Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, 7 de junho de 2001.

2. O Acordo tem por objetivo desenvolver e aprofundar as relações Brasil-Croácia na área de Turismo, mediante o intercâmbio de informações relativas a suas legislações pertinentes ao turismo, bem como a ações relacionadas ao campo do turismo com o objetivo de explorar as possibilidades existentes de cooperação. O Acordo deverá, ainda, simplificar ao máximo as formalidades de viagem observadas por suas respectivas autoridades para a entrada, estada e saída de seus turistas, com o intuito de incrementar o fluxo de turistas para o Brasil e a Croácia.

3. O Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR – do Ministério do Esporte e Turismo participou das negociações e aprovou o texto final do Acordo.

4. Com vistas ao encaminhamento do Acordo ao Poder Legislativo, apresento, também projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 536 e 537, de 2005, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.075, DE 2005**Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem (SF) nº 264, de 2005, que “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Mauro Barbosa da Silva para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT”.**

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta realizada em 6 de dezembro de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 254, de 2005, opinou pela aprovação da indicação do Senhor Mauro Barbosa da Silva, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT, por 15 votos Sim, 3 Não e 1 Abstenções – Total: 19

Aprovado em 6 de dezembro de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Valdir Raupp**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial nº 254, de 2005 (nº 765, de 10 de novembro de 2005, na origem), submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mauro Barbosa da Silva para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, do Ministério dos Transportes.

O Senhor Mauro Barbosa da Silva, nascido em Goiânia, é engenheiro civil, pós-graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. É, ademais, servidor público de carreira, na qual foi admitido por concurso no cargo de Analista de Finanças e Controle.

Sua experiência profissional inclui o exercício de funções relevantes em diversos órgãos da administração federal, entre as quais citam-se:

- no Ministério de Minas e Energia – MME:
 - Coordenador-Geral de Fiscalização da COFIC/CISET;
 - Secretário de Controle Interno/Delegado Federal de Controle;
- no Ministério do Esporte e Turismo – MET:
 - Chefe de Gabinete do Ministro;
 - Secretário Executivo do Ministério;
 - Ministro de Estado Interino;

• Controladoria-Geral da União – CGU:

- Diretor de Auditoria de Infra-Estrutura;
 - Diretor de Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo;
- Câmara dos Deputados:
- Assessor Técnico da Procuradoria.

No setor de transportes, destacam-se, especialmente, as seguintes atividades:

- participação em estudo sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, para o relatório da CPI dos Combustíveis – 2003;
- coordenação e supervisão dos trabalhos de auditoria de quantificação e certificação de serviços, abrangendo convênios de delegação e contratos de obras rodoviárias firmados no âmbito da Medida Provisória nº 82, de 2002, que trata da abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes para transferência parcial da malha rodoviária federal para os estados e o Distrito Federal – 2002-2003;
- planejamento e coordenação da fiscalização de obras rodoviárias no âmbito dos programas do DNIT – 2002-2003;
- planejamento, coordenação e supervisão de auditorias de prestação de contas anual do DNER (extinto), DNIT, ANTT, ANTAQ, VALEC, RFFSA e demais entidades do Ministério dos Transportes – 2002-2003.

A análise do **curriculum vitae** do engenheiro Mauro Barbosa demonstra que ele atende plenamente às disposições do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que define os atributos requeridos para o cargo de diretor do DNIT, cargo para o qual foi indicado pelo Exmº Senhor Presidente da República. Com efeito, é cidadão brasileiro, goza de idoneidade moral e reputação ilibada, e conta com formação acadêmica apropriada, associada a inequívoca experiência profissional no âmbito da Administração Pública.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Mauro Barbosa da Silva, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, f combinado com os arts. 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

MSF nº 254, de 2005-SF – “Apreciação do nome do Sr. Mauro Barbosa da Silva, para Diretor do DNIT.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 12 / 2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) – SUPLENTES
HERÁCLITO FORTES - PFL	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – PFL
DEMÓSTENES TORRES - PFL	2- CÉSAR BORGES – PFL
JOSÉ JORGE - PFL	3- GILBERTO GOELLNER - PFL
MARCO MACIEL - PFL	4- JORGE BORNHAUSEN - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	5- MARIA DO CARMO ALVES - PFL
LEONEL PAVAN - PSDB	6- FLEXA RIBEIRO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
TASSO JEREISSATI - PSDB	8- JUVÊNCIO DA FONSECA - PSDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	9- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
PMDB	PMDB – SUPLENTES
GERSON CAMATA	1- ROMERO JUÇÁ
ALBERTO SILVA	2- LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3- PEDRO SIMON
NEY SUASSUNA	4- ÍRIS DE ARAÚJO
GILBERTO MESTRINHO	5- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	6- VAGO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)
DELcíDIO AMARAL - PT	1- ROBERTO SATURNINO - PT
MAGNO MALTA - PL	2- PAULO PAIM - PT
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	3- FERNANDO BÉZERRA - PTB
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB	4- FÁTIMA CLEIDE - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
SIBÁ MACHADO - PT	6- FLÁVIO ARNS - PT
AELTON FREITAS - PL	7- JOÃO RIBEIRO - PL
PDT	PDT
CRSTOVAM BUARQUE	1- AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº 2.076, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 253, de 2005, (nº 764/2005, na origem, através da qual o Presidente da República encaminha a Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, para o referido programa, além do empréstimo de US\$8,0 milhões, cujos desembolsos deverão ocorrer nos anos de 2005, 2006 e 2007, são previstas contrapartidas de até US\$3,9 milhões, sendo US\$1,9 milhão correspondente a ações já conduzidas pelos órgãos envolvidos.

Ressalte-se, ainda, que todas as ações do referido projeto serão coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional para projetos com financiamento de recursos externos. São ações, basicamente, de assistência técnica, onde serão custeados estudos, diagnósticos, análises e treinamento que sejam considerados necessários para a consolidação e avanços quanto a sustentabilidade ambiental no País.

O referido empréstimo externo apresenta as seguintes características financeiras:

Devedor: República Federativa do Brasil;

Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

Valor total: até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Modalidade de Empréstimo: Margem fixa (**Fixed Spread Loan**), com todas as conversões possíveis e fixação automática de taxa de juros a cada seis meses;

Prazo de Desembolso: até 2009;

Amortização: 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis a cada 15 de janeiro e 15 de julho, entre 15-1-2011 e 15-7-2022, sendo as 23 (vinte e três) primeiras parcelas no valor de

US\$333.600,00 (4,7%) e a 24ª (vigésima quarta) no valor de US\$327.200,00 (4,09%);

Juros: exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculados sobre o saldo periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor de seis meses, acrescida de **spread** a ser definido na data de assinatura do empréstimo, vigorando até o seu encerramento;

Comissão de Compromisso: exigida semestralmente na mesma data de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,85% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante;

Comissão à Vista: 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, estando esta taxa sujeita a uma diminuição do percentual cobrado (**waiver**), de tempo em tempo, a ser determinado pelo Banco Mundial.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e o BIRD (Banco Mundial) e alcança o valor de US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Seus recursos destinam-se ao Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental.

Conforme esclarecimento contido em documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que trata dos custos e dos benefícios do projeto, ele apoiará a agenda de sustentabilidade ambiental do Brasil, a qual irá promover o uso sustentável de seus vastos recursos naturais e uma redução do enorme ônus gerado pela degradação ambiental, beneficiando, assim, a economia do País como um todo.

É ressaltado, também, que as atividades propostas no projeto serão complementares àquelas já em andamento ou planejadas no âmbito do MMA, bem como estão articuladas ou complementam os diversos projetos do Banco Mundial que apóiam essa agenda.

Vale destacar, também, que o empréstimo em exame insere-se no âmbito dos empréstimos programáticos aprovados pelo Banco Mundial e que representam o reconhecimento desse organismo internacional dos avanços já realizados na política ambiental no Brasil, onde se destaca a inclusão dos temas ambientais em suas políticas e programas setoriais. Com efeito, os empréstimos programáticos previstos para o Brasil alcançam um valor total equivalente a US\$1,2 bilhão e são representativos do maior apoio financeiro já aportado pelo Banco Mundial para a área de meio ambiente de um País.

As operações de crédito externo desta natureza, em apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos, sujeitam-se ao cumprimento de uma série de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos constitui condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União, dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, são de se destacar as seguintes constatações:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer GERFJ/CO-REF/STN Nº 408, de 14 de outubro de 2005.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/Nº 1.672, de 27 de outubro de 2005, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas das minutas contratuais conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem em compensação automática de débitos e créditos.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, no Programa Gestão da Política do Meio Ambiente, a ser viabilizado pelas ações de Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental e as de Gestão e Administração do Programa, com um valor de R\$85.810.230,00.

Entende a SPI que as despesas decorrentes da presente operação estão plenamente amparadas no PPA 2004/2007 e os recursos previstos são suficientes para atender as ações do Programa durante sua vigência.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa, prestadas pela SOF e o montante previsto na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional para o ano de 2006, esses recursos são considerados suficientes para atender as ações previstas para o corrente ano e são compatíveis com o cronograma proposto.

Não é demais enfatizar que as condições dessa operação de crédito foram incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco

Central do Brasil – BACEN: TA3352164. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta Decic/Diope/Suaut-2005/041, de 20 de outubro de 2005.

Ressalte-se por fim que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custo efetivo equivalente a 5,5% a.a., levando aquela Secretaria a concluir que as referidas estimativas constituem indicativos favoráveis se comparados com o custo de captação em dólares no mercado internacional.

É de se enfatizar também a observância, pela União, das restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III – Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 253, de 2005, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 88, DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação o de crédito externo no valor total de até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução Desenvolvimento (BIRD).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – **Devedor:** República Federativa do Brasil;

II – **Credor:** Banco Internacional para Reconstrução Desenvolvimento (BIRD);

III – **Valor total:** até US\$8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – **Modalidade de Empréstimo:** Margem fixa (Fixed Spread Loan), com todas as conversões possíveis e fixação automática de taxa de juros a cada seis meses;

V – **Prazo de Desembolso:** até 2009;

VI – **Amortização:** 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas vencíveis a cada 15 de janeiro e 15 de julho, entre 15-1-2011 e 15-7-2022, sendo as 23 (vinte e três) primeiras parcelas no valor de US\$333.600,00 (4,7%) e a 24ª (vigésima quarta) no valor de US\$327.200,00 (4,09%);

VII – **Juros:** exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculados sobre o saldo periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela LIBOR de seis meses, acresci-

da de spread a ser definido na data de assinatura do empréstimo, vigorando até o seu encerramento;

VIII – **Comissão de Compromisso:** exigida semestralmente na mesma data de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,85% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante;

IX – **Comissão à Vista:** 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, estando esta taxa sujeita a uma

diminuição do percentual cobrado (waiver), de tempo em tempo, a ser determinado pelo Banco Mundial.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da autorização concedida por esta Resolução é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 253, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 11 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	<i>César Borges</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	<i>Edison Lobão</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	<i>Gilberto Goellner</i>	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	<i>Jorge Bornhausen</i>	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	<i>Rodolpho Tourinho</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	<i>Romeu Tuma</i>	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
ÚCIA VÂNIA (PSDB)	<i>Úcia Vânia</i>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
ÉRCIO GUERRA (PSDB)		9-LEONEL PAVAN (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)		10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
		11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

AMEZ TEBET	<i>Amorim Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
UIZ OTÁVIO		2-WELLINGTON SALGADO
ARIBALDI ALVES FILHO	<i>Arivaldo Alves Filho</i>	3-VAGO
ÃO SANTA	<i>Áo Santa</i>	4-PEDRO SIMON
ÉRCIO CABRAL		5-ROMERO JUCÁ
BERTO MESTRINHO		6-GERSON CAMATA
ALDIR RAUPP		7-ALMEIDA LIMA
SÉ MARANHÃO		8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

JOAQUIM MERCADANTE (PT)	<i>Joaquim Mercadante</i>	1-IDEI SALVATTI (PT)
IA JÚLIA CAREPA (PT)	<i>Julia Carepa</i>	2-AELTON FREITAS (PL)
ELCÍDIO AMARAL (PT)		3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
GUARDO SUPLICY (PT)	<i>Guaraldo Suplicy</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
RNANDO BEZERRA (PTB)	<i>Ronaldo Bezerra</i>	5-FLÁVIO ARNS (PT)
ÃO CAPIBERIBE (PSB)		6-SIBÁ MACHADO (PT)
TRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)		7-SERYS SHLESSARENKO (PT)

PDT

MAR DIAS		1-JEFFERSON PÉRES
----------	--	-------------------

PARECER Nº 2.077, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Resolução nº 87, de 2005, de autoria, do Senador Luiz Otávio, que altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 1º de junho de 2006, as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

É submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução nº 87, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, para alterar os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a fim de estabelecer que a partir de 110 de junho de 2006 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

O art. 1º adiciona parágrafo único ao art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, de modo a exigir que o Ministério da Fazenda passe a adotar dois marcos temporais na análise da adimplência do tomador de empréstimo:

I – até 31 de maio de 2006, a verificação de adimplência abrangerá, apenas, o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito;

II – a partir de 1º de junho de 2006, a verificação de adimplência será ampliada, de modo a abranger o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada um dos órgãos e entidades integrantes do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão ou entidade tomador da operação de crédito.

O art. 2º complementa o primeiro ao estabelecer que as certidões a que se refere o inciso VIII do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, considerarem, a partir de 1º de junho de 2006, o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada um dos órgãos e entidades integrantes do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão ou entidade tomador da operação de crédito. Até a mencionada data, as certidões referir-se-ão apenas ao número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Resolução nº 87, de 2005.

II – Análise

Quanto à análise da matéria, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, de técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 22, XXVII, da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput* CF); e à iniciativa (art. 61, CF).

A proposição em tela não fere a ordem jurídica vigente e tampouco infringe as normas relativas à boa técnica legislativa.

Relativamente ao mérito, o projeto tem como escopo permitir que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se adaptem ao novo e mais amplo sistema de controle, tomado possível com a recente implantação, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Cadastro Único de Convênio (CAUC). Esse cadastro contém todos os números de CNPJ de um mesmo ente, o que viabiliza a implantação integral do controle proposto pela Resolução nº 43, de 2001.

O projeto em comento prolonga até 31 de maio de 2006 a prática corrente, gerada por limitações de ordem operacional enfrentadas pela STN até a implantação do CAUC, de restringir a análise de adimplência do tomador ao cumprimento, somente pelo órgão ou entidade contratante, dos requisitos previstos na Resolução nº 43, de 2001.

Assim, somente a partir de 1º de junho de 2006, terá plena eficácia a definição legal de que os Estados, Distrito Federal e Municípios são entes públicos compostos pelas “respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes”.

É importante registrar que o projeto em análise segue procedimento adotado pelo Tesouro Nacional com referência às condições exigidas, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para a concessão de transferências voluntárias. Através da Instrução Normativa STN nº 2, de 1º de dezembro de 2005, a Secretaria do Tesouro Nacional também estabeleceu o prazo de 31 de maio de 2006 para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se adaptem ao novo sistema de controle, tomado possível com a recente implantação, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Cadastro Único de Convênio (CAUC). O projeto em análise e, portanto, um complemento ao procedimento já adotado pelo Ministério da Fazenda.

De fato é necessário estabelecer um prazo aos Estados, Distrito Federal e Município para se adaptarem às novas exigências. Apesar dos esforços para aperfeiçoar e modernizar a administração financeira, muitos entes ainda não possuem controle integral e tempestivo sobre toda a máquina pública e, portanto, serão inevitavelmente postos em situação de inadimplência sempre que houver débito, mesmo que irrisório, em qualquer órgão do governo.

Pelo novo controle, isso significaria a impossibilidade de contratação de novas operações de crédito externas, com prejuízos inegáveis às populações daqueles entes, que dependem de financiamentos internacionais para realização de investimentos públicos fundamentais.

Assim denota-se bastante oportuna e meritória a proposta apresentada pelo ilustre Senador Luiz Otávio, tendo em vista a difícil situação financeira em que se encontram Estados, Distrito Federal e Municípios.

Enfatize-se que as alterações pretendidas na presente proposição, tão-somente, possibilita um prazo para que os entes federados providenciem a regularização de eventuais débitos e irregularidades existentes em seus órgãos e entidades.

Não traz, ou não implica, porém, automática concessão de autorização para a realização da operação

de crédito. As operações de crédito estarão sujeitas, à previa aprovação da STN e, de autorização expressa do Senado Federal, podendo, assim, ser denegadas as autorizações solicitadas.

É recomendável, então, que a adequação desejada seja procedida através da aprovação do Projeto de Resolução ora sob exame, eis que a matéria contida no Projeto de Resolução nº 87, de 2005, enquadra-se nos limites da competência institucional e privativa atribuída ao Senado Federal.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 87, de 2005.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 87, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/12/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
PAULO GOMES	2-WELLINGTON SALGADO
MAUÁ	3- VAGO
SÉRGIO CABRAL	4-PEDRO SIMON
GILBERTO MESTRINHO	5- ROMERO JUCÁ
VALDIR RAUPP	6-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	7-ALMEIDA LIMA
	8-VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDEI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 2.076, de 2005**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a **Mensagem nº 253, de 2005**, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 88, de 2005**, que autoriza a Repúblaca Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 2.077, de 2005**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Resolução nº 87, de 2005**, de autoria do Senador Luiz Otávio, que altera os arts. 16 e 21 da **Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001**, para estabelecer que a partir de 1º de junho de 2006 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** de

todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.404, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, as seguintes informações: no que diz respeito às do Conselho Nacional de Educação, desde a nomeação do Sr. Nelson Maculan Filho, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, em quantas reuniões esteve ele presente, e em que datas. Tal requerimento se justifica pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 29/11/05, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM Buarque
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- JUVÉNCIO DA FONSECA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

513 } (à mesa para discussão.)
e.m. }

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.405, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Delegada Maria das Graças Malheiros, que, depois de dois anos de bons serviços, deixa o cargo de Superintendente da Polícia Federal no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Delegada Maria das Graças Malheiros, que deixa o cargo de Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, com uma folha exemplar, batendo recorde em prisão de políticos e corruptos.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e do Diretor-Geral da Polícia Federal em Brasília.

Justificação

Este requerimento pede um Voto de Aplauso a uma servidora pública exemplar, a Delegada Maria das Graças Malheiros, que exerceu com brilhantismo e muita dedicação o cargo de Superintendente da Polícia Federal no Amazonas. Detentora de recordes em prisões de políticos e empresários acusados de improbidade, ela, de fato, tirou o sono dos corruptos do meu Estado, o Amazonas. Por isso, o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado Federal é mais do que merecido.

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.406, DE 2005 2005

Requer Voto de Aplauso ao menino João Victor Mendes Rocha, o Joãozinho, que, com apenas sete anos de idade, já coleciona várias vitórias em natação e, agora, classificado para a etapa final do Campeonato Amazonense da categoria.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a João Victor Mendes Rocha, o Joãozinho, de apenas sete anos de idade, mas já detentor de diversas vitórias em competições

de natação no Amazonas e agora classificado para a final do Campeonato Estadual da categoria.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Sesi Clube de Manaus.

Justificação

Este menino vai longe e já é um campeão, colecionador de vitórias em natação, modalidade que pratica desde um ano de idade. Agora, com sete, foi classificado para a final do Campeonato Amazonense de Natação, na categoria mini. O Voto de Aplauso que estou requerendo justifica-se, pois.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.407, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Senhora Beatriz de Castro e Costa, exemplo de decência, lucidez e de amor ao Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à ilustre Srª Beatriz de Castro e Costa, que completou 87 anos de idade no dia 1º de dezembro de 2005, rodeada pelo apreço dos amazonenses.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Há pessoas especiais, cuja vida é exemplo edificante de decência e, no caso, da Srª Beatriz de Castro e Costa, também de amor ao Amazonas, onde é estimada pela sua coerência e dignidade. Por isso, ela foi homenageada pelos parentes e amigos, ao completar 87 anos de idade, bem feliz da vida. Por tudo que representa em Manaus, Dona Beatriz é merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.408, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao judoca amazonense Luiz Leopoldo, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria ligeiro masculino, nos Jogos Estudantis Brasileiros de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao judoca amazo-

nense Luiz Leopoldo, do Colégio Dom Bosco, de Manaus, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria ligeiro masculino, nos Jogos Estudantis Brasileiros de 2005.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do Colégio Dom Bosco, de Manaus.

Justificação

Este requerimento pede um Voto de Aplauso ao judoca Luiz Leopoldo, do Colégio Dom Bosco, do Amazonas, que conquistou, nos Jogos Estudantis Brasileiros, a Medalha de Ouro na categoria ligeiro leve.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.409, DE 2005

Requer Voto de Aplauso aos judocas da Escolinha da Vila Olímpica de Manaus, pela iniciativa de recolher alimentos, no sábado, dia 3 de dezembro de 2005, para doação a crianças portadoras de necessidades especiais do Abrigo Moacir Alves, daquela Capital.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos judocas da Escolinha da Vila Olímpica de Manaus, pela iniciativa de recolher alimentos para doação a crianças portadoras de necessidades especiais.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados, por intermédio da Escolinha da Vila Olímpica de Manaus, bem como do Abrigo Moacir Alves, entidade benemerente à qual serão destinados os donativos.

Justificação

Este requerimento pede um Voto de Aplauso aos judocas de Manaus, que, no sábado último, dia 3 de dezembro de 2005, interromperam aulas e treinamento, para recolher alimentos destinados a crianças portadoras de necessidades especiais do Abrigo Moacir Alves. É um gesto de solidariedade, pelo que os judocas merecem o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.410, DE 2005

Requer Voto de Regozijo às gêmeas Ana Maria e Mariana Castro Beviláqua, de Manaus, pela recuperação da saúde, após 24 anos em estado de letargia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Regozijo às irmãs gêmeas Ana Maria e Mariana Castro Beviláqua, que, após 24 anos de letargia, sem movimentos nem voz, recuperaram a saúde.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento das homenageadas e à direção da Santa Casa de Misericórdia de Manaus.

Justificação

Ana Maria e Mariana, irmãs gêmeas de sobrenome Castro Beviláqua, têm uma história emocionante de vida. De vida em seu sentido mais amplo, elas que, aos dois anos submergiram em estado de letargia profundo, depois de uma forte febre, seguida de convulsão. Perderam os movimentos e não falavam, um caso clínico praticamente irrecuperável, dadas que foram como portadoras de paralisia cerebral.

Passaram todo esse tempo na cama, sem o mínimo movimento nas pernas e nos braços. Até que, em 2003, foram submetidas a exame neurológico na Santa Casa de Misericórdia de Manaus, que reverteu o diagnóstico anterior elas, para surpresa da família, não tinham paralisia cerebral; eram portadoras da síndrome de Segawa, um mal que provoca distonia ao dopa (DRD, sigla em inglês). O tratamento das gêmeas teve início, então, na própria Santa Casa de Misericórdia de Manaus, mas o tratamento foi interrompido porque esse hospital faliu no começo deste ano. Prossseguiu, no entanto, com atendimento trimestral no Hospital Adriano Jorge, do Governo estadual. As irmãs passaram a andar, estão recuperadas e submetidas a tratamento para corrigir deformações nas articulações. Outro toque humano: elas passaram a freqüentar a escola, onde no momento se alfabetizam. Ana Maria e Mariana venceram o infortúnio e são merecedoras do Voto de Regozijo que proponho ao Senado da República. O Voto é mais do que merecido, ao comprovar a excelência da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, infelizmente desativada por uma crise financeira e pela falta de ajuda do Governo Federal.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.411, DE 2005

Requer, voto de pesar do falecimento do Monsenhor Murilo de Sá Barreto, pároco da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, Ceará.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 4 de dezembro de 2005, do monsenhor Murilo de Sá Barreto, pároco da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, Ceará.

Requeiro também que esse voto de pesar seja transmitido a V. Ex^a Reverendíssima Bispo Diocesano do Grato, Dom Fernando Panico, e levado conhecimento da família do Monsenhor.

Justificação

Chamado pelos romeiros de “Vigário do Nordeste”, o Monsenhor Mudo de Sá Barreto era um dos maiores defensores da reabilitação do Pe. Cícero Romão Batista, que foi fundador de Juazeiro e hoje é venerado como santo pelos nordestinos. Com 75 anos, o Monsenhor era o Pároco da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, Ceará, há 48 anos, desde que se ordenara Padre. Era muito querido e respeitado pelos romeiros. Seu enterro acontecerá hoje, em Juazeiro do Norte, cidade a que consagrou toda a sua dedicação e trabalho.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 1.412, DE 2005

Requeiro, nos termos da lei, voto de aplauso para a Rádio Senado e em especial para a sua jornalista Nara Ferreira pela medalha de prata do prêmio de jornalismo Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism, da Associação de Jornalistas Correspondentes das Nações Unidas (UNCA), anunciado dia 2/12 passado, durante cerimônia da qual participou o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O prêmio se refere ao programa “Os 60 Anos da Carta das Nações Unidas”, veiculado no dia 26-6 passado, aniversário da Carta de São Francisco.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição da República combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal e observando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Antônio Palocci sobre os valores arrecadados pela extinta Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, referentes ao recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – durante a vigência da Medida Provisória nº 233 de 2004, para esclarecer:

- a)** O valor total arrecadado detalhadamente discriminado, contendo o fato gerador da Taxa, o Fundo pagador e a quantia cobrada;
- b)** Com a extinção da referida superintendência, como e para onde foram realocados esses recursos.

Justificação

A Medida Provisória nº 233, de 2004 teve seu prazo de validade encerrado no dia 14 de junho de 2005. Cessada sua vigência sabe-se que, extinta a Previc, todo o acervo patrimonial da autarquia, inclusive recursos e eventuais créditos decorrentes do não pagamento da Tafic pelas entidades fechadas de previdência complementar, foram vertidos à União.

Porém, como o recolhimento da referida taxa serviria para custear a estrutura da Previc e esta não chegou a ser instalada, a retenção dos recursos dos Fundos de Pensão constitui um desvio de finalidade e um ônus que não pode ser imposto aos pensionistas.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.414, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição da República combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal e observando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social Nelson Machado sobre os valores arrecadados pela extinta Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – referentes ao recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – durante a vigência da Medida Provisória nº 233 de 2004, para esclarecer:

a) O valor total arrecadado detalhadamente discriminado, contendo o fato gerador da Taxa, o Fundo pagador e a quantia cobrada;

b) Com a extinção da referida superintendência, como e para onde foram realocados esses recursos.

Justificação

A Medida Provisória nº 233, de 2004 teve seu prazo de validade encerrado no dia 14 de junho de 2005. Cessada sua vigência sabe-se que, extinta a Previc, todo o acervo patrimonial da autarquia, inclusive recursos e eventuais créditos decorrentes do não pagamento da Tafic pelas entidades fechadas de previdência complementar, foram vertidos à União. Porém, é de interesse de todos, especialmente dos pensionistas saber como estão sendo aplicados esses recursos.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.415, DE 2005

Na condição de membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, de 6 a 9 do corrente, minha participação na XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em paralelo à XXVIII Reunião de Presidentes dos Países Membros, que será realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, no período de 7 a 9 do corrente.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

REQUERIMENTO N° 1.416, DE 2005

Na condição de presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação

na "XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em paralelo à XXVIII Reunião de Presidentes dos Países Membros" que será realizado na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 7 a 9 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de serem lidos serão votados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 40/2005** (nº 7.147/2005, na origem), de 29 de novembro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 3º trimestre de 2005.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 21, de 2005, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 2.200** – **SGS – TCU – Plenário**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.006/2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada, por solicitação do Senado Federal, no contrato firmado entre a Petrobras S/A e a empresa Marítima Petróleo e Engenharia Ltda. (TC – 011.320/2003 – 2).

O expediente, juntado ao processado do Requerimento nº 616, de 2001, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2002** (nº 108/1999, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2004**, de autoria do Senador César Borges, que *acrescenta art.*

249-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar o crime de subtração de incapazes com o objetivo de ser criado por outros.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra às Srs. Senadoras que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a comemorar o trigésimo aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, dentre as comemorações que tiveram início em 2005, de acordo com o Requerimento nº 140, de 2005, do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto último, só usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 136/05

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senhores Senadores que integram a “Comissão Mista Especial destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País”, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Nas vagas de titulares da Comissão, a substituição do Senador Alvaro Dias pela Senadora Lúcia Vânia, e do Senador Tasso Jereissati pelo Senador César Borges. E na de suplente, a do Senador César Borges pelo Senador Leonel Pavan.

Cordialmente. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 138/05

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Jorge Bornhausen pelo Senador Sérgio Guerra, como membro suplente na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

OF. GLPMDB nº 446/2005

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos senadores membros da Bancada do PMDB que integrarão a Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 3 de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Amir Lando
Senador Luiz Otávio

Suplentes

1. Senador Romero Jucá
2. Senador Garibaldi A. Filho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 463/2005

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a nova composição, dos membros suplentes, do Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Suplentes

1. Senador Ney Suassuna
2. Senador Romero Jucá
3. Senador Wellington Salgado
4. Senador Pedro Simon
5. (vago)
6. Senador Gerson Comata
7. Senador Almeida Lima
8. (vago)

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1164/05 – LPL

Brasília, 5 de dezembro de 2005

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex^a que o Partido Liberal indica a integrar a apresentar Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), por cessão, para suplência da Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, – Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa a Deputada Vanessa Grazziotin, por cessão, para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, que terão força de lei depois de aprovada a sua admissibilidade, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º

I –

.....

e) tributos, salvo a sua redução ou extinção;

f) contratos;

.....

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde o início de sua vigência, se não forem convertidas em lei no prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação ou se forem consideradas inadmitidas mediante recurso provido pelo plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º Os prazos a que se referem o § 3º, os incisos II e III do § 5º e o § 6º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A medida provisória somente terá força de lei depois de aprovada a sua admissibilidade pela comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias da Casa onde se iniciar a discussão, observado o seguinte:

I – a comissão terá cinco dias úteis contados da publicação da medida provisória para se manifestar;

II – da decisão da comissão cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao plenário da respectiva Casa, assinado por um terço da sua composição, que deverá ser protocolado até dois dias úteis após a decisão;

III – o plenário terá cinco dias úteis para apreciar o recurso, que constará da ordem do dia com prioridade sobre os demais itens nesse período, sendo considerado desprovido se não apreciado nesse prazo;

IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o plenário da respectiva Casa, que terá cinco dias úteis para se manifestar, após o qual, também não havendo decisão, considera-se inadmitidas a medida provisória;

V – se o Congresso Nacional estiver em recesso, caberá à comissão representativa de que trata o § 4º do art. 58 apreciar a admissibilidade, nos termos do inciso I, mantido o direito ao recurso previsto nos incisos II e III;

VI – se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Casa em que estiver.

§ 6º Observar-se-á o seguinte na tramitação das medidas provisórias:

I – a Câmara dos Deputados terá até sessenta dias para apreciar a matéria;

II – o Senado Federal terá até quarenta e cinco dias para apreciar a matéria;

III – a Casa iniciadora terá o remanescente do prazo da vigência da medida provisória, conforme definido no § 3º, para apreciação das emendas da Casa revisora, quando houver, ou da matéria, no caso do inciso VII, contados do seu recebimento dessa última Casa;

IV – os prazos a que se referem os incisos I e II contam-se, para a Casa iniciadora, da publicação da medida provisória e, para a Casa revisora, de seu recebimento da Casa iniciadora;

V – se, em cada fase da tramitação a que se referem os incisos I a III, a medida provisória não for apreciada depois de transcorridos dois terços do respectivo prazo, entrará em regime de urgência, na Casa do Congresso Nacional em que estiver tramitando, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas do plenário da Casa respectiva, salvo sobre as decorrentes do inciso III deste parágrafo e do inciso III do § 5º;

VI – se o prazo da casa iniciadora se encerrar sem que a votação da medida provisória tenha sido concluída, a matéria será encaminhada à Casa revisora no primeiro dia útil subsequente, no estado em que se encontrar;

VII – aprovada a medida provisória pela Casa revisora, no caso do inciso VI, a matéria retomará ao exame da Casa iniciadora, mesmo que aprovada sem emendas pela Casa revisora;

VIII – na hipótese do inciso VII, a Casa iniciadora poderá aprovar ou rejeitar a medida provisória e as emendas da Casa revisora, vedada a inclusão de novas emendas;

IX – se o prazo da Casa revisora se encerrar sem que votação da medida provisória tenha sido concluída, essa perderá a eficácia e passará a tramitar como projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, considerado como originado da Casa iniciadora.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada alternadamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 9º Observado o disposto neste artigo, as medidas provisórias serão apreciadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal na forma do regimento comum do Congresso Nacional e dos respectivos regimentos internos.

.....
§ 13. Cada medida provisória tratará de um único objeto e não conterá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.(NR)

Art. 2º As medidas provisórias que estiverem em vigor na data da publicação desta Emenda Constitucional continuarão a tramitar:

I – na forma do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, para as editadas anteriormente àquele Emenda;

II – pelas normas em vigor na data de sua edição, para as editadas após a Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os §§ 2º e 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Justificação

A presente proposta de Emenda Constitucional, que disciplina a adoção de medidas provisórias pelo Presidente da República, visa conter as distorções que atualmente se verificam e que, na prática, obstruem e emperram o pleno exercício das atividades do Poder Legislativo.

As alterações aqui oferecidas procuram restaurar o equilíbrio que deve existir entre o Congresso e o Executivo, até mesmo para cumprir o que estabelece o art. 2º da Constituição em vigor, qual seja, a existência de harmonia entre os Poderes da União.

Importante ressaltar que a presente iniciativa procurou atender aos reclamos da maioria esmagadora dos parlamentares desta Casa, integrantes das mais diferentes tendências político-partidárias representadas no Congresso Nacional, inclusive de partidos que compõem a base de sustentação do governo, em especial do Partido dos Trabalhadores, e que colaboraram oferecendo valiosas contribuições.

No **caput** do art. 62 surge a primeira modificação: a de que a medida provisória somente terá força de lei depois da aprovação de sua admissibilidade. Em outras palavras: após o reconhecimento da existência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

Entre as vedações para a edição de medidas provisórias, foram incluídos, também, os casos de edição de medidas versando sobre matéria relativa a tributos, salvo hipótese de redução ou extinção, além de matéria que trate de contratos.

O § 3º prevê que as medidas provisórias perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo certo de cento e vinte dias, não havendo mais possibilidade de prorrogação. Também perderão eficácia se não forem admitidas, nos casos de incompatibilidade dos pressupostos constitucionais para sua edição.

O § 4º suspende os prazos previstos para tramitação durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

Já o parágrafo 5º cuida do rito a ser observado no exame de admissibilidade da medida provisória que ocorre, pela proposta, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa onde se iniciar a discussão. A comissão terá cinco dias úteis para manifestar-se, cabendo recurso, sem efeito suspensivo, ao plenário, desde que apoiado por pelo menos um terço da composição da respectiva Casa.

O plenário, por sua vez, terá cinco dias úteis para apreciar o recurso, que constará da ordem do dia, com prioridade sobre os demais itens da pauta, sendo considerado desprovido se não apreciado no prazo determinado.

Da mesma forma, se a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciar nos cinco dias previstos, a decisão se transfere para o Plenário que terá, também, cinco dias para se manifestar, após o qual, inexistindo pronunciamento, considerar-se-á inadmitida a medida provisória.

No recesso do Congresso Nacional, caberá à comissão representativa referida no § 4º do art. 58 da Constituição Federal analisar a admissibilidade, mantido o direito ao recurso ao plenário.

Não tendo sido admitida a medida provisória, será ela transformada em Projeto de Lei, em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64 da CF, iniciando-se a tramitação na Casa em que se encontrar.

O parágrafo 6º regula a tramitação da medida provisória, nas duas Casas do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados terá sessenta dias para apre-

ciar a matéria e o Senado Federal, quarenta e cinco dias. A Casa iniciadora, os quinze dias restantes para apreciação de eventuais emendas oferecidas pela Casa revisora. Em outra hipótese, da medida não ter sido na origem apreciada pela Casa iniciadora, essa, ainda que não tenha recebido emendas na Casa revisora, retomará à Casa iniciadora, isto para atender ao sistema bicameral inserido na nossa Constituição (inciso VII).

Se, em cada fase da tramitação a que se refere os incisos I a III, não for apreciada a medida provisória após transcorridos dois terços daqueles prazos, entrará ela em regime de urgência na Casa em que estiver tramitando, ficando sobrerestadas, até que se ultimem as votações, todas as demais deliberações legislativas da Casa respectiva ressalvando a hipótese do inciso III do § 6º (apreciação de emendas da Casa revisora ou da matéria, quando não haver sido apreciada a medida provisória, na Casa iniciadora) ou do inciso III do § 5º (apreciação pelo plenário do recurso da decisão sobre admissibilidade, feita pela Comissão).

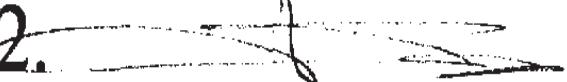
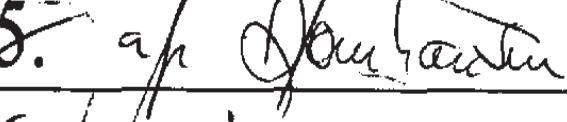
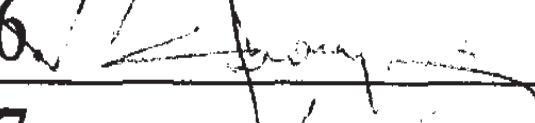
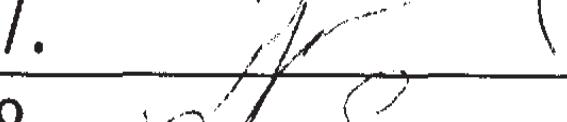
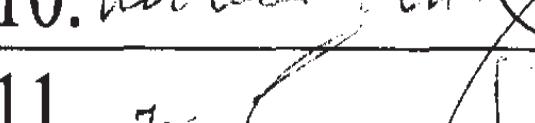
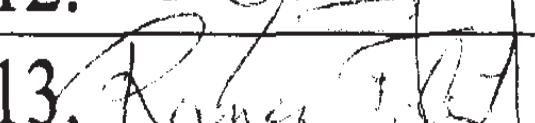
Se o prazo da Casa iniciadora se encenar sem que a votação tenha sido concluída, a matéria será encaminhada à Casa revisora, no estado em que se encontrar, no primeiro dia subsequente (VI). A Casa iniciadora poderá aprovar ou rejeitar a medida provisória e a emenda da Casa revisora, vedado a inclusão de novas emendas (VII e VIII).

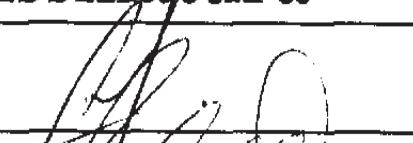
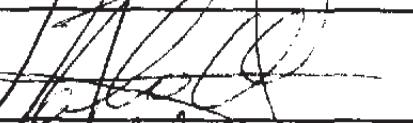
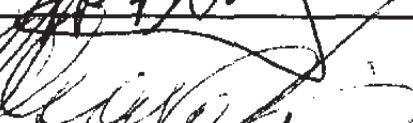
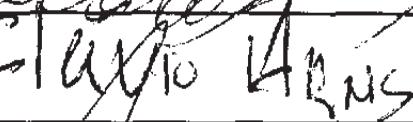
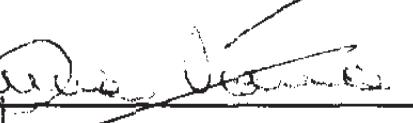
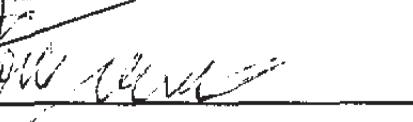
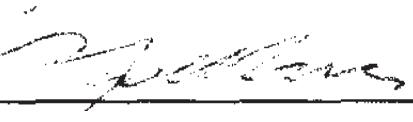
Se o prazo da Casa revisora se encenar sem que a votação da medida provisória tenha sido concluída, essa perderá a eficácia, e passará a tramitar como Projeto de lei, sobre regime de urgência, salvo se tiver ela sido remetida à Casa revisora, sem exame anterior da Casa iniciadora, quando voltará à Casa iniciadora.

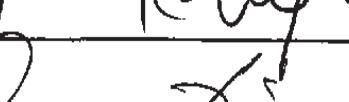
O parágrafo 8º preconiza a alternância no inicio da votação das medidas provisórias entre Câmara dos Deputados e Senado Federal, ao mesmo tempo em que veda a inserção de matéria estranha ao seu objeto ou que a ele não esteja vinculada por afinidade, pertinência ou conexão (§ 13).

Com a presente iniciativa o Congresso Nacional se afirma como Poder representativo das aspirações do povo e dá um passo certo na direção do restabelecimento do equilíbrio e da harmonia entre o Legislativo e o Executivo, particularmente no que diz respeito à atividade legiferante que é, sobretudo, inerente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 2005.
– Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

Assinatura	Nome Legível
1. 	Renato Barroso
2. 	Jefferson Pires
3. 	César Borges
4. 	José Agripino
5. 	Jorge Bornhausen
6. 	Efraim Moraes
7. 	Vitorino Salomão
8. 	Hebe Sales
9. 	Mário Almada
10. 	Mário Menezes
11. 	José Alencar
12. 	Edmundo S. Amâncio
13. 	Renato Barroso

Assinatura	Nome Legível
14. 	ROSEANA SACHER
15. 	ANTÔNIO ANTERO
16. 	ANTERO
17. 	ALVARO DIAS
18. 	FLÁVIO ARNS
19. 	EDMUNDO FERREIRA
20. 	INOCENTE FRANCICA
21. 	ALMEIDA LIMA
22. 	ARLINDO BRAGA
23. 	JOSÉ OMÁRIO
24. 	JOSÉ OTÁVIO
25. 	LUCÍA VARELA
26. 	ROMEU TUMA
27. 	GILVETE GELLERER

Assinatura	Nome Legível
28. 	João Baptista Motta
29. 	Edison LORAES
30. 	Joe Souza
31. 	Tasso Telesognati
32. 	Magno Motta
33. 	Renato Lalli
34. 	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise à detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou voto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º, até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 32**Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 403, DE 2005

Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece normas para a prática de esportes radicais ou de aventura no País.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, classificam-se como esportes radicais ou de aventura as atividades esportivas de caráter recreativo, oferecidas comercialmente, com riscos avaliados, controlados e assumidos.

Art. 2º A prestação de serviços consistentes na prática de esportes radicais fica condicionada à comprovação, nos competentes órgãos ou entidades do Poder Público, de qualificação específica de instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos.

§ 1º A qualificação de instrutores e demais profissionais será comprovada por meio de certificação obtida em curso aprovado pelos competentes órgãos do Poder Público.

§ 2º A certificação de que trata o § 1º fica sujeita a renovação periódica.

Art. 3º Para acesso aos insumos e equipamentos utilizados na prática de esportes radicais, fica instituído o Certificado de Comprador, emitido pelo Poder Público em favor de profissional autônomo ou entidade habilitada a prover a oferta de esportes radicais ou de aventura.

§ 1º Os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de equipamentos para a prática de es-

portes radicais e de insumos utilizados na montagem desses equipamentos ficam obrigados a exigir do adquirente, quando for o caso, a apresentação do competente Certificado de Comprador.

§ 2º Para efeito do parágrafo anterior, a comercialização consiste na venda, locação, permuta e revenda, realizadas por pessoas jurídicas ou físicas.

§ 3º A inobservância do disposto no § 1º deste artigo sujeita o infrator, ou responsável legal, quando for o caso, a multa e pena de detenção de seis meses a dois anos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei entende oferecer, ao País, solução oportuna e adequada às práticas inseguras, às vezes irresponsáveis, detectadas na oferta dos chamados esportes radicais ou de aventura, em todo o território nacional.

Nos últimos meses, têm sido largamente noticiados, especialmente em relação às modalidades conhecidas como **Bungee Jump** e **Rapel**, acidentes muito graves, nos quais jovens praticantes perderam suas vidas.

Conquanto o risco à vida até possa ser apontado como ingrediente emocional desses esportes, estamos convencidos de que a aventura pode e deve coexistir com práticas salutares, sem que se descaracterize. Em verdade, o controle de riscos tende a tornar-se, no futuro, importante atrativo e estímulo ao crescimento dos esportes radicais.

A propósito do desleixo com a segurança, e da conseqüente ocorrência de acidentes na prática de esportes radicais, especialistas, desportistas e autoridades governamentais têm demonstrado crescente preocupação com a lacuna na regulamentação da matéria. Alguns representantes desses segmentos chegam a atribuir a existência da aventura de risco à ausência de normativo legal prevendo a responsabilização dos provedores desses esportes. Para eles, o recurso ao Código de Defesa do Consumidor, objeto da Lei nº 8.078, de 1990, e à legislação penal vigente não têm tido a força necessária para impedir a oferta irregular dos serviços.

De nossa parte, estamos convencidos de que a proibição absoluta da prática desses esportes, sem qualquer alteração na capacidade de atuação do poder de polícia do Estado, não surtrá os melhores resultados. Soa mais factível o caminho da normatização, que enseja, entre outras medidas, o aumento dos cuidados para a prevenção de acidentes, a distribuição de competências fiscalizatórias entre as diversas instâncias dos

poderes públicos, a constituição dos pertinentes aparelhos de fiscalização e a previsão de responsabilização das pessoas ou profissionais de algum modo envolvidos com a prestação de serviços de esportes radicais.

A nosso ver, a informação e a prevenção, per se, constituem medidas apropriadas e suficientes para minimizar a ocorrência de acidentes. Ao reforçá-las, sem prejuízo da previsão de punição dos responsáveis nos casos de negligência, imperícia ou imprudência, a regulamentação proposta atende, por ora, à preocupação com a incolumidade dos praticantes.

Ademais, a lei sugerida abre espaço para a expansão dos esportes radicais, com incisivo controle de riscos, uma vez que a atividade, nessas condições, pode representar importante fonte de incremento do turismo em todo o País, que conta, até aqui, segundo diagnóstico do Ministério do Turismo, com cerca de quatro mil empreendimentos legalizados atuando no setor.

Para tanto, contamos com a compreensão e o apoio dos nobres colegas, pelo que os conclamamos a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senador **Efraim Morais**.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 404, DE 2005

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para flexibilizar as condições de aquisição de armas de fogo de cano longo e proibir a comercialização de revólveres, pistolas e similares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar seguintes dos seguintes artigos:

Art. 8º-A. O interessado em adquirir armas de fogo de cano longo e alma lisa permitidas no regulamento desta Lei deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal.

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.

§ 1º O valor da taxa de registro das armas previstas neste artigo será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 2º Será isento da taxa de registro aquele que se desfizer de qualquer arma de cano curto, raiada, registrada ou não, que deverá ser fornecida à autoridade competente.

Art. 28-A Fica proibida a comercialização de armas de fogo de cano curto, inclusive revólveres e pistolas, ressalvado o comércio relacionado aos casos previstos no art. 6º desta Lei ou em legislação própria.

Art. 2º Os art. 4º e 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 4º.....

.....
§ 8º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de aquisição de armas de fogo de uso permitido referidas no art. 8º-A. (NR)”

“Art. 5º.....

.....
§ 4º Os registros de propriedade relacionados às armas referidas no art. 8º-A desta Lei deverão ser renovados a cada 5 (cinco) anos. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O resultado do Referendo de outubro de 2005 permitiu algumas importantes constatações. Primeiramente, está claro que a população brasileira não abre mão do direito de defender-se e rejeita qualquer iniciativa de tolher esse direito fundamental. Em segundo lugar, os debates que precederam a consulta popular e a manifestação de cerca de um terço dos eleitores registram sua preocupação com o comércio de armas de fogo no Brasil.

Assim, ao mesmo tempo em que não aceita que lhe seja arbitrariamente extirpado o direito à legítima defesa, o brasileiro também se mostra preocupado com o aumento da violência, em especial com a criminalidade relacionada ao uso de armas de fogo e aos delitos cometidos por cidadãos comuns por motivos fúteis, como desentendimentos no trânsito ou problemas conjugais. Há ainda, o risco permanente dos acidentes domésticos com armas de fogo, que fazem sobretudo de nossos jovens e nossas crianças as grandes vítimas. Esses acidentes envolvem, em muitos casos, o manuseio de revólveres e pistolas.

Um aspecto desse debate diz respeito às armas de cano longo e alma lisa, utilizadas para a defesa patrimonial e que, a nosso ver, são menos sujeitas a acidentes e não despertam nos criminosos o mesmo interesse em possuí-las como as armas de cano curto raiadas, sobretudo revólveres e pistolas. Em outras palavras, as armas de cano longo e alma lisa são pouco convenientes para o crime. Assim, o cidadão que acredita

te que possa se defender com uma arma de fogo, pode adquirir essas de cano longo e alma lisa. Buscamos até flexibilizar os requisitos para a aquisição e registro dessa categoria de armas, para que o cidadão tenha o direito a mais esse recurso de autodefesa.

Por outro lado, se os crimes em geral são cometidos com armas de cano curto, raiadas, como revólveres e pistolas, percebemos ser conveniente que sua comercialização seja proibida, com a ressalva do comércio para as pessoas e instituições previstas no art. 60 do Estatuto do Desarmamento e em leis específicas. Assim, buscamos permitir que ao mesmo tempo em que o cidadão tenha garantido seu direito de defender-se, também se veja mais protegido contra o uso de revólveres e pistolas por criminosos e contra acidentes que vitimam nossos filhos.

Diante dessas constatações, apresentamos este Projeto de Lei, que altera o Estatuto do Desarmamento primeiramente flexibilizando a aquisição e registro de armas de cano longo e alma lisa e proibindo a comercialização de armas de cano curto raiadas, especialmente de revólveres e pistolas.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005 – Senador **João Batista Motta**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinann, define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma adquirida e na quantidade estabelecida no regulamento desta lei.

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 5º O Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, desde que seja ele o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§ 3º Os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais, realizados até a data da publicação desta lei, deverão ser renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 3 (três) anos.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última à decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2005

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 que dispõe sobre a remoção de

órgãos, tecidos e partes do corpo humano pra fins de transplante e tratamento, para permitir o transplante de órgãos de doadores anencéfalos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a viger com as seguintes alterações:

“Art. 3º A retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica ou de anencefalia, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

§ 1º Os prontuários médicos, contendo os resultados ou os laudos dos exames referentes aos diagnósticos de morte encefálica ou de anencefalia e cópias dos documentos de que tratam os arts. 2º, parágrafo único; 4º e seus parágrafos; 5º; 7º; 9º, §§ 2º, 4º, 6º e 8º, e 10, quando couber, e detalhando os atos cirúrgicos relativos aos transplantes e enxertos, serão mantidos nos arquivos das instituições referidas no art. 2º por um período mínimo de cinco anos.

§ 2º

.....

§ 4º Nos casos de anencefalia, a retirada de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento será permitida quando a manutenção das atividades cardiorespiratórias se der somente por meio artificial, e/ou comprovada impossibilidade de manutenção da vida, sendo estas situações constatadas e registradas por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O problema da anencefalia assumiu nos últimos anos importância cada vez maior, principalmente por envolver questões técnicas, médicas, jurídicas, éticas e religiosas. De forma literal, a anencefalia significa au-

sência de encéfalo. De um modo mais técnico poderíamos defini-la como má-formação rara do tubo neural acontecida entre o 16º e 26º dia de gestação, na qual se verifica ausência completa ou parcial da calota craniana e dos tecidos que a ela se sobreponem e grau variado de má formação e destruição dos esboços do cérebro exposto.

Atualmente, com toda a tecnologia já desenvolvida, a sobrevivência de um anencéfalo é bastante reduzida. A anencefalia é uma condição letal e normalmente nenhum recém-nascido sobrevive além dos três dias, sendo muito comum a vida resumir-se a horas.

Com relação aos transplantes de pequenos órgãos, já foi levantado que a necessidade para fins de transplante é muito superior à oferta. A maior parte dos pacientes na lista de espera de transplante morre antes que seja encontrado um doador. Os órgãos em idade infantil são necessários para os transplantes de pequenos pacientes, e eles são de grande interesse também pelas características de sobrevivência e de possibilidade de crescimento de seu potencial funcional.

Desta forma os recém nascidos anencéfalos se enquadram como doadores potenciais. Nossa legislação, entretanto, não permite a retirada de seus tecidos, órgãos ou partes do corpo destinado a transplante ou tratamento em virtude da impossibilidade de lhes ser declarado morte encefálica, uma vez que não existe um encéfalo. Assim, torna-se necessário alterar o **caput** do art. 3º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para que se inclua o diagnóstico de anencefalia como outra possibilidade para a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano para transplantes.

Tornou-se necessário, ainda, estabelecer quando a retirada será permitida, a fim de que os questionamentos quanto ao direito à vida dos recém-nascidos anencéfalos sejam minimizados. Por minha proposta, isto só será possível quando os anencéfalos forem declarados impossibilitados de manterem suas funções virais por si mesmos, sendo mantidos somente por meios artificiais.

Tocou-me profundamente a matéria que assisti em um Programa de Televisão onde os pais de uma criança que está na lista de espera por um transplante de coração pediam uma solução urgente para esta incorreção de nossa legislação de transplantes.

Mesmo que na imensidão de nosso país, apenas 20 doadores por ano tratar-se-á sempre uma vantagem em relação a possibilidade de sobrevivência de tantas outras crianças. Uma só doação no ano, já marcará a importância deste aperfeiçoamento de nossa legislação.

Devemos corrigir esta imperfeição da lei para que possamos levar esperança a tantos pais que vêem seus filhos a espera de um transplante, com o tempo se esgotando e a possibilidade de realizá-lo cada vez mais distante. Por isso, rogo aos meus pares para que apóiem esta proposição e consigamos aprová-la o mais rápido possível.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2005. – Senadora **Serys Shhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º

CAPÍTULO II
Da Disposição Post Mortem de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano, Para Fins de Transplante.

Art. 3º A retirada **post mortem** de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

§ 1º Os prontuários médicos, contendo os resultados ou os laudos dos exames referentes aos diagnósticos de morte encefálica e cópias dos documentos de que tratam os arts. 2º, parágrafo único; 4º e seus parágrafos; 5º; 7º; 9º, §§ 2º, 4º, 6º e 8º, e 10, quando couber, e detalhando os atos cirúrgicos relativos aos transplantes e enxertos, serão mantidos nos arquivos das instituições referidas no art. 2º por um período mínimo de cinco anos.

§ 2º Às instituições referidas no art. 2º enviarão anualmente um relatório contendo os nomes dos pacientes receptores ao órgão gestor estadual do Sistema único de Saúde.

§ 3º Será admitida a presença de médico de confiança da família do falecido no ato da comprovação e atestação da morte encefálica.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. SGM/P Nº 2169/05

Brasília, 2 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 1º de dezembro do corrente, do Senhor José Dirceu (PT/SP), nos termos do art. 55, inciso II, da Constituição Federal; dos arts. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4º, incisos IV, e art. 10, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, conforme a Resolução nº 35, de 2005, publicada no Suplemento ao **Diário da Câmara dos Deputados** nº 210, de 1º de dezembro de 2005, exemplar em anexo

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação, se até lá eu não conseguir trocar com algum orador regularmente inscrito. Estou negociando aqui com o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido. Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nos mesmos fundamentos, Sr. Presidente, também solicito a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Da mesma forma, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, por permuta com o Senador Mão Santa.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento e dois minutos de acréscimo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer ao grande Senador Mão Santa.

Ontem, o Presidente Lula pediu, durante o programa semanal de rádio denominado “Café com o Presidente”, que o Congresso Nacional aprove ainda este ano o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb. Segundo o Presidente da República, “se [o Congresso Nacional] aprovar o Fundeb, serão R\$4,3 bilhões a mais que nós vamos colocar na educação brasileira e isso vai permitir que a gente cuide das crianças brasileiras e possa fazer um investimento muito mais forte nos Estados mais pobres da federação, que estão atrasados em relação aos Estados mais ricos da federação”.

O Presidente Lula, que segundo as últimas pesquisas encontra-se em franca queda nos índices de popularidade, está se dedicando atualmente a tentar manter os últimos segmentos da sociedade que ainda acreditam em suas fantasias, que são os brasileiros mais desfavorecidos e desinformados.

Em suas participações semanais no programa de rádio, Sua Excelência tem se dedicado a falar para as pessoas ainda sujeitas à sua manipulação. Nas últimas edições, falou sobre o Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. São programas que, teoricamente, atingem as pessoas mais pobres.

É uma estratégia com claras intenções eleitorais, confirmando que é o próprio Presidente quem tenta antecipar os debates das eleições de 2006. Esse fato já foi constatado até pelo Tribunal Superior Eleitoral, que condenou Lula a uma multa de 30 mil UFIR por fazer propaganda política ilegal. Mas Sua Excelência, ao pedir pressa ao Congresso Nacional para o Fundeb, demonstra que, apesar de ter sido Deputado Federal, nada entende sobre o funcionamento da Casa onde serviu, um tanto apagadamente, diga-se de passagem, e que seu governo é incoerente entre o que o Presidente quer e que os seus aliados fazem nos Ministérios e no Legislativo.

Segundo o presidente da Comissão Especial do Fundeb, o Deputado Severiano Alves, a demora da emenda constitucional, que chegou ao Congresso em 14 de junho último, é devida à letargia do Governo Lula: “O governo não colaborou com o nosso trabalho. Eu fiz um calendário mais curto porque entendo a importância da matéria”.

O Governo, Senador Mão Santa, demorou dois anos e meio para encaminhar o projeto do Fundeb para

o Congresso Nacional. Existem aqui, e a maioria deles oriundos de Deputados do PT – todos os Senadores devem saber disso – diversos projetos criando o Fundeb. O Fundeb era estratégia do PT quando Oposição. Portanto, havia vários projetos quando o Presidente Lula assumiu o Governo. Ele demorou dois anos e meio para apresentar a versão do Governo. Chegou aqui em junho, final de junho, pode-se dizer agosto, porque julho é mês de recesso. Não era prioritário para o Presidente Lula.

Para o Deputado Gastão Vieira, ex-Secretário de Educação do Maranhão: “Há sempre uma contradição entre o que se trabalha politicamente e a posição efetiva do governo, principalmente da equipe econômica. A grande questão é: ou prevalece a impressão de que o Fundeb só vai existir em 2007, ou o governo garante recursos e apoio à proposta”.

A falta de apoio efetivo do governo às ações que viabilizem a implantação do Fundo é gritante. Foi necessário esperar um mês pela presença do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão Especial que estuda a matéria. Além disso, os Ministros do Trabalho e do Planejamento ainda não vieram para dar os devidos esclarecimentos.

Mesmo com toda a boa vontade do Congresso Nacional, que de fato existe, é impossível aprovar uma emenda constitucional em curíssimo espaço de tempo. Sua Excelência não sabe, ou nunca entendeu, que, depois de aprovada na Comissão Especial – lá na Câmara existe uma Comissão Especial para cada emenda, o que não existe aqui no Senado –, uma emenda constitucional deve ser submetida a duas votações, com interstício de cinco sessões, no Plenário da Câmara dos Deputados, para posteriormente ser encaminhada ao Senado Federal para uma tramitação semelhante à da Câmara. Só que aqui não tem Comissão Especial, o assunto é resolvido na Comissão de Constituição e Justiça. E faltam apenas 4 ou 5 dias úteis para terminar o ano legislativo. Portanto, não há como aprovar isso num prazo tão curto.

Desconhecer esses procedimentos constitucionais é, evidentemente, sinal de incompetência ou uma clara tentativa de iludir a população menos esclarecida da sociedade brasileira. Não só ele tentou infringir aos parlamentares uma responsabilidade que não é nossa, como buscou enganar o povo, prometendo o que a Emenda não prevê. Disse ele: “Quando tivermos o projeto aprovado, as crianças e os adolescentes brasileiros voltarão a ter esperança de que vale a pena acreditar no Brasil”.

Na sua fala, Lula disse que serão acrescentados 4,3 bilhões para a educação. Isso não é bem verdade. Trata-se de meia verdade. Os valores previstos no atual

Fundef, que atualmente são de R\$ 570 milhões anuais, deverão subir progressivamente de 1,9 bilhão para 4,5 bilhões anuais no quarto ano depois da implantação do Fundo, ou seja, quando torcemos para que Lula não seja mais o Presidente da República. A promessa que ilude o povo mais simples, a de que se o Congresso Nacional se esforçar e aprovar o Fundo até o final deste ano, não é exequível em qualquer circunstância e demonstra o seu caráter eleitoreiro e enganador.

O objetivo do Fundeb é atender 47,2 milhões de alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de explicar melhor qual é a diferença entre o Fundeb e o Fundef para aquelas pessoas que não acompanham de perto esse segmento da educação. O Fundef foi criado há dez anos – eu, aliás, fui relator da emenda constitucional, quando eu era Deputado – e a idéia era exatamente trabalhar apenas com o Ensino Fundamental, que é o ensino prioritário, para qual têm de participar Municípios, Estados e Governo Federal. Ele foi muito importante, pois, sem dúvida, todo esse acréscimo de matrícula é creditado ao Fundef. Qual é a diferença do Fundef? No Fundef, o dinheiro vai para onde está o aluno. Se o Município tem aluno, ele recebe o dinheiro; se o Estado tem aluno, ele recebe o dinheiro. Antes, não; existiam Municípios que tinham muito dinheiro e não tinham aluno e existiam Estados que tinham muito dinheiro e não tinham aluno. Então, ele se organizou e funcionou. Diga-se, de passagem, que, na época, Senador Mão Santa, o PT votou contra o Fundef. Eu era o relator e lembro-me bem de que o PT ficou contra o Fundef.

Agora, querem fazer o Fundeb. O que seria o Fundeb? Seria um Fundef acrescentando o ensino à chamada Educação Infantil e o Ensino de II Grau, o Ensino Médio que faria com que praticamente todos os alunos fossem incluídos. Só que no projeto que veio para cá retiraram da Educação Infantil as creches e aumentaram o percentual de recursos da Prefeitura. Portanto, as prefeituras colocariam mais dinheiro e ficariam sem o dinheiro para cuidar das crianças, que é uma atribuição específica do Município.

Portanto, é um projeto polêmico e, diga-se de passagem, não acrescenta grande quantidade de recursos. Hoje, por exemplo, o Fundef, para este ano estão previstos 30,6 milhões de alunos. São todos alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública, dos quais deve-se gastar R\$31 milhões. O Governo Federal só vai entrar com R\$150 milhões. Portanto, o Governo Federal não entra nem com 1% do valor total. Dez por cento seriam 3 bilhões; 450 milhões é 2% do valor total do Fundef. Essa é a situação do Governo Federal no Fundef.

No Fundeb o número de alunos vai aumentar, porque vai entrar Segundo Grau, e tudo, etc. Daqui a 4 anos vai passar para 60 milhões de alunos, e se esperam gastar R\$59 bilhões, dos quais, daqui a 4 anos, o Governo Federal entraria com esses 4,3 bilhões. Portanto, menos de 10%. Então, na realidade, o Fundeb é um avanço importante, mas tem muitos problemas a serem discutidos. Ele devia ter sido mandado pelo Presidente Lula no seu primeiro ano de governo. E Sua Excelência só mandou agora, no terceiro ano. E quer que seja aprovado em uma semana aquilo que ele demorou dois anos e meio para elaborar, e, portanto, não vai ser aprovado. Se o Presidente Lula não se preocupa em iludir os brasileiros mais desfavorecidos e menos informados, deveria ao menos evitar pedir apoio ao Altíssimo, pedir o apoio de Deus para algo que nem ele nem o seu Governo estão dispostos a fazer. Segundo o Lula: "Estou pedindo a Deus que o Congresso Nacional ainda este ano aprove o Fundeb." Sua Excelência se esqueceu do terceiro mandamento da Lei de Deus, Sr. Presidente, que diz "não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente quem tomar o seu nome em vão."

Portanto, Sr. Presidente, o Presidente Lula, além de enganar a população mais carente, mais pobre, mais despreparada do Brasil, ainda pecou contra o terceiro mandamento da Lei de Deus, que diz que "não tomarás o nome de Deus em vão."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papáleo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, que ocupará a tribuna por dez minutos e, se necessário for, por mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papáleo Paes, que preside esta sessão, Srs Senadoras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador José Jorge, pior são aqueles que diariamente estão desobedecendo ao "não roubarás!". Esse é que é o grave pecado do PT no Brasil: desobediência ao "não roubarás" dos dez mandamentos de Deus.

Senador Amir Lando, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a é um dos Senadores mais preparados, mais intelectuais, que passaram pelo Senado ao longo desses 181 anos. Graças a Deus não estou falando depois de V. Ex^a, porque Cícero disse: "Nunca fale depois de um grande orador".

Ao ver o jovem Senador de Minas – **libertas quae sera tamem** –, Professor Wellington Salgado, lembro-me de uma pessoa que muito admiro: Thomas Jefferson, ex-Presidente dos Estados Unidos. Oh, Lula, aprenda!

Senador Paulo Paim, sabe o que está escrito no túmulo de Thomas Jefferson? “Aqui jaz Thomas Jefferson, criador da Universidade do Estado de Virgínia”, Estado dele. Não escreveram que ele foi Presidente da República. Oh, Lula, o que vamos escrever em seu túmulo? Oh, Lula! Olha que os estudantes vão pichar a sua sepultura! “Aqui jaz Lula, que enterrou a universidade federal brasileira.” É! É! É, Suplicy, é um suplício para a mocidade estudiosa essa catástrofe.

Aqui tenho um requerimento que fiz em outubro de 2005.

Nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja convidado, perante a Comissão de Educação, o Ministro da Educação.

Agora é que eu vi o nome dele. Eu não conhecia. Ninguém conhece. É um desconhecido. Fernando, neste aqui é convidado. Na próxima reunião, vou colocar convocado, porque você é mal educado. Como é que um Ministro da Educação pode ser mal educado? Hein, Paim? Os professores estão aqui. Eles me entregaram isso aqui. A Andes, o sindicato nacional, localizado no setor comercial. Não vou ler tudo, vou sintetizar. Estão pedindo uma audiência.

Aquela bengalada, meu amigo do Paraná, tinha de ser era na cabeça do Lula! Era...

Amir Lando, o Lula é o pai da greve, é PhD em fazer greve. E ele não sabe terminar uma, tão nociva ao País?

Amir Lando, Bonaparte, o estadista, o do primeiro código napoleônico, disse: “Instantes perdidos na mocidade são certeza de desgraça no futuro”.

Há quatro meses, 500 mil jovens estão parados, ociosos, em greve. É, será convocado. Lula, o chefe e o mal-educado! Por que ele não recebe os professores? Senador Paulo Paim, Senador Wellington Salgado, 245 Deputados endossam o pedido, bem-feito, educado, dos professores. E há 75 assinaturas de Senadores. E o Lula, mal-educado que nem o Ministro, não recebe os professores. Fui prefeitinho e recebi; fui Governador do meu Estado e recebi. Encantado! Aliás, eu durmo com uma professora todo dia. São todos gente boa. A minha esposa é professora.

Atentai bem! Amir Lando, quantos picaretas, pilantras, ladrões foram a esse Alvorada? Porque o povo sabe. Ao Planalto? À Granja do Torto? E não recebe os professores? Depois de uma solicitação, por escrito, endossando o pedido dos professores, de 245 Deputados Federais e 75 Senadores. Isso é uma lástima!

Estão pensando em mandar para cá uma medida provisória. Já deviam ter mandado, vão completar quatro meses! Ô Lula, Vossa Excelência fez um governo pior do que todos os cinco da ditadura.

Quando eu era estudante, não tive nenhum dia de greve em oito anos, seis de medicina e dois de pós-graduado. O extraordinário médico que preside a sessão – quis Deus –, cardiologista famoso, também está acenando com a cabeça que estudou e não teve um dia de greve. O pai da greve não sabe acabar uma greve? Que negócio é esse? Eu, Lula, estou aqui porque toda operação que comecei eu terminei. Você não ensinou a fazer greve? Não sabe?

Dizem que vem uma medida provisória na qual ele vai liberar uns R\$600 milhões. Sabe o que é isso, Senador Amir Lando? Ó Lula, aprenda aqui um pouco. Isto não é nada. São 27 Estados. E perguntarei sobre isso em um aparte ao professor Wellington Salgado, que tem mais de uma universidade; parece que é em Minas onde tem mais. Então, esse valor é dividido em 27 Estados, e alguns deles têm mais de uma universidade e várias escolas técnicas. V. Exª sabe o que significa isso, Senador Amir Lando?

Ó Suplicy, desligue o telefone. Nós já escapamos da Marta, por respeito a V. Exª, pelo seu prestígio na CAE.

Seiscentos milhões significam sabe quanto, Senador Amir Lando? Por dia, o PT, Lula entrega aos banqueiros R\$400 milhões em juros. Um dia e meio de juros para dividir com 27 Estados, quase uma centena de faculdades e escolas técnicas, e 500 mil estudantes. Ô Lula, não dizia que era macho, que ia não sei o quê?

Já darei um aparte aos Senadores Wellington Salgado e Amir Lando.

E mais, curvou-se aos banqueiros ricos: ao Bird, ao BID, ao Banco Mundial e, pior agora, aos Estados Unidos. Ô Lula, se arrependimento matasse, eu já estava morto porque votei em Vossa Excelência. Isso é um grande ensinamento para a medicina: arrependimento não mata.

Grupo dos Estados Unidos compra a Anhembi Morumbi. Isso é uma molecagem: comprando as universidades um grupo americano. Vossa Excelência irresponsavelmente demitiu Cristovam Buarque, um homem que foi “prefeitinho” do PT. Olha o que dizia Tarso Genro a respeito: “O ex-Ministro da Educação Tarso Genro, ao defender limite de 30% do capital externo no setor, afirmava que a educação é estratégica para o desenvolvimento do País, por isso ela não poderia ser controlada por empresas internacionais”. E diz o presidente da Une, Gustavo Petta: “É por meio da educação que se formam os valores do nosso povo. Ela não pode ficar à mercê dos interesses estrangeiros”.

Concedo um aparte ao nosso Senador Wellington Salgado e, depois, com a generosidade, o sentimento e a sensibilidade pela mocidade, concedo um aparte ao Senador Amir Lando.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, foi muito bem colocada por V. Ex^a essa questão da compra de uma grande universidade paulista por um grupo americano. Nós temos legislação que só permite que grupos internacionais detenham 30% das ações das empresas de telecomunicações ou de radiodifusão no País; no entanto, para a educação, não temos nada disso. O Ministério da Educação, ao longo do tempo, vem redigindo normas e mais normas para a educação privada ou para a educação pública, no entanto, não trata da principal delas, que é essa que V. Ex^a acabou de colocar. Daqui a pouco, não me vou dirigir mais a V. Ex^a chamando-o de Mão Santa, e sim de “Saint Hand”. Talvez santa em inglês seja *saint* – não sei –, mas *hand* é mão. Do jeito que estamos indo, deveria existir uma legislação prevendo eles possam ter as ações, mas não possam dominar as universidades, porque, da maneira que estamos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O assunto é grave. E o pior, Excelência: quando a universidade pública faz greve, todos os alunos ficam esperando-a realizar o seu vestibular para que possam, primeiramente, escolher a federal e, depois, tentarem as universidades privadas. Com a universidade pública em greve, eles não têm o vestibular das federais; consequentemente, pára todo o sistema. Essa é uma colocação que ninguém faz. Estão todos os alunos aguardando o vestibular das federais para, depois, fazerem o vestibular nas universidades privadas. Isso não vai acontecer, Senador Mão Santa – aliás, “Saint Hand” –, porque, da maneira que estamos caminhando, daqui a pouco, seremos colônia cultural dos Estados Unidos. Talvez aqui venhamos a estudar não a vida do Presidente Lula, mas a vida do Presidente Bush, a vida do Kennedy. Talvez até no túmulo do Lula possa estar escrito alguma coisa em inglês, e tenho certeza de que V. Ex^a vai lutar contra isso. Eu tenho apoiado o Governo, mas não esse tipo de atitude que está acontecendo, ou seja, o Governo não se manifesta, o Ministério não se manifesta, Senador Mão Santa. Mais uma vez, V. Ex^a é o primeiro a notar isso que está acontecendo e sai na frente criticando, porque a sua visão é longa. Eu queria deixar aqui a minha manifestação de apoio a V. Ex^a, que protesta contra esse absurdo que está acontecendo agora. Essas empresas podem ter as ações. Elas não podem ter a gestão, como diz o Senador Amir Lando, das instituições de educação no País. Muito obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu incorporo o seu aparte, Senador Wellington Salgado de Oliveira. V.

Ex^a não é só elegante no tamanho. Nunca um Senador, em tão pouco tempo, se fez tão presente e contribuiu tanto para a educação do País quanto V. Ex^a.

Senador, eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a está sentindo porque estudou na universidade e sabe.

O poeta diz que quem ama cuida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O tempo é fatal. Concedo mais dois minutos para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Graças a Deus, PT é pouco tempo!

Eu quero dizer a V. Ex^a que daqui a pouco eles vão dizer lá na escola americana, na melhor escola, que a Amazônia é deles. Vamos cantar o hino norte-americano.

Quero falar do esforço do Senador Wellington Salgado de Oliveira. S. Ex^a enviou ao Ministro um requerimento pedindo informações. Atentai bem, que Ministro mal-educado! O requerimento começou a transitar em 1º de setembro; hoje são 6 de dezembro, e o Ministro ainda não respondeu a V. Ex^a. Isso é um desrespeito a Minas, que representa a liberdade e a educação, e a este Senado.

Concedo um aparte ao Senador Amir Lando. Depois ouvirei o Senador Sibá Machado, que é do PT, mas do Piauí e deve ser um PT bom.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Mão Santa, Senador Amir Lando e Senador Sibá Machado, V. Ex^as têm conhecimento de que o Regimento não permite que seja concedido aparte após o término do tempo do orador. Senador Mão Santa, já prorroguei por três vezes o tempo de V. Ex^a, cada vez por dois minutos. Logicamente V. Ex^a fez seu apelo, mas acredito que já tenha feito o último.

Abrindo uma concessão, peço ao Senador Amir Lando e ao Senador Sibá Machado que façam seus apartes usando apenas um minuto, se for extremamente necessário, para que o Senador Mão Santa possa concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, agradeço a solidariedade e a generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente, que, como cardiologista, sabe que o coração tem quatro espaços. V. Ex^a me cedeu três, mas falta um para que seja prorrogado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mão Santa, o assunto que V. Ex^a aborda esta tarde é grave, é gravíssimo. Nada mais estará seguro neste País se perdemos a nacionalidade dos nossos centros de excelência. A Universidade é onde se pensa a rea-

lidade de forma crítica, indo às causas, às raízes dos problemas. A Universidade é a construção do futuro, porque o mundo avança pela imaginação do homem, por essa capacidade que temos sempre de inventar uma coisa nova. Até a ciência não é definitiva, a ciência vai-se formando a cada tempo, em cada povo. E se perdemos o controle e, sobretudo, a soberania nacional na Universidade, o País será uma colônia cultural, desgraçadamente. Não posso responder em um minuto essa questão, porque ela foi construída através de séculos, desde que, pela primeira vez, no Brasil, instalou-se a universidade, os primeiros cursos superiores. E agora, de uma penada, podemos ameaçar toda essa história. Vamos invocar aqui, em primeiro lugar, que o Presidente Lula conceda essa audiência urgentemente, hoje ou amanhã. E, em segundo lugar, que possamos debater essa questão, porque aqui está o futuro deste País, a dignidade nacional e, sobretudo, a soberania do pensamento brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos, incorporamos e voltamos a dizer, como o poeta:

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Apenas quatorze segundos para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – “Quem ama cuida, mas para amar precisa conhecer”. Lula não sabe e não conhece o valor da Universidade. Então, em dois segundos, Cristo fez o melhor discurso: “Pai, perdoai, eles não sabem o que fazem”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
Pela ordem.) – É apenas para me inscrever, dentro das possibilidades, nas comunicações inadiáveis, já que o Senador Paulo Paim, que estava inscrito como tal, já conseguiu permutar com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a ficará como primeira suplente, pois já existem quatro inscritos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Também eu gostaria, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do Bloco. Chegará às mãos de V. Ex^a a autorização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a deseja fazer uso da palavra neste momento?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, após o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Após o Senador Paulo Paim.

Senador Eduardo Supilcy, V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)
– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, agradeço ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, que me cedeu o seu espaço para que eu pudesse aqui, da tribuna, homenagear o 29º aniversário da morte do ex-Presidente da República João Belchior Marques Goulart, um dos maiores líderes da história do trabalhismo no Brasil.

Cumprimento os familiares de João Goulart, na pessoa de seu filho José Vicente Goulart, que se encontra aqui neste momento, assistindo a esta nossa exposição.

Sr. Presidente Papaléo Paes, senhores e senhoras, inicio este pronunciamento com um verso que fala sobre o exílio, de autoria de Sophia de Mello Andresen, que diz o seguinte:

Quando a pátria que temos não a temos

Perdida por silêncio e por renúncia
Até a voz do mar se torna exílio
E a luz que nos rodeia é como grades.

Sr. Presidente, há 29 anos, em 6 de dezembro de 1976, morria em Mercedes, na Argentina, aos 58 anos – um jovem de 58 anos –, o ex-Presidente da República Federativa do Brasil, o Líder trabalhista João Belchior Marques Goulart, o Jango, único ex-Presidente a morrer no exílio.

Jango foi um político brasileiro que como poucos soube, com o sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano, mais solidário, mais justo e socialmente mais digno.

Esse homem público foi forçado a morrer no exílio, não por seus erros, mas pelos seus acertos. Mesmo morto, quase foi impedido de voltar à Pátria. Não teve sequer o direito ao luto oficial que a Constituição

determinava. Não porque o povo não quisesse, mas pelo temor dos ditadores militares que conduziam os destinos da Nação naquele período lamentável. Chegaram ao cúmulo de reunir tropas, engatilhar fuzis e pistolas, deslocar carros de combate por onde passaria o corpo para ser enterrado entre seus irmãos na histórica São Borja.

Até hoje, sob sua morte, paira a suspeita de ter sido encomendada pela operação Condor, que abateu vários líderes na América Latina e que foi objeto de investigação por uma comissão externa na Câmara dos Deputados.

Em outras conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a Proclamação da República e a Promulgação da Legislação Trabalhista, os políticos que a enfrentaram tiveram a grandeza de renovar as instituições básicas da Nação que haviam se tornado obsoletas. As crises conjunturais podem ter causas variadas e cabe aos políticos encontrar as soluções.

Ontem, em 1964, como hoje, a crise brasileira é uma crise política brasileira.

Lembrando um pouco do seu Governo, João Goulart assumiu a Presidência da República no dia 7 de setembro de 1961, com o País mergulhado numa grave comoção política, militar e econômica. Com a violação dos preceitos constitucionais, pretendeu-se impedir pela força que o Vice-Presidente eleito pelo voto direto, como determinava a Constituição de 1988, assumisse a chefia da Nação, vaga com a renúncia de Jânio Quadros. Após o Movimento da Legalidade, a posse, no entanto, só seria efetivada após ter o Congresso Nacional, em tumultuada reunião, reduzido sob pressão os poderes constitucionais do Presidente da República.

Adotando, então, um improvisado regime parlamentarista, que logo se mostraria inviável diante da realidade nacional, o parlamentarismo acabou repudiado pela vontade popular, manifestada em memorável plebiscito, em 6 de janeiro de 1963.

Dos 11,5 milhões de eleitores da época, 9,5 milhões devolveram a Jango os poderes de Presidente.

Muitos foram os atos e inúmeras as iniciativas do Governo João Goulart no sentido de encaminhar o País para uma verdadeira democracia social, promovendo e estimulando as reformas de base, dentro de um clima de plena liberdade de opinião e de amplo debate político. Com isso, provocou desesperadas reações de parte dos interesses econômicos, quer no plano nacional, quer também no plano internacional.

Em um de seus primeiros atos, o Governo Jango deixou bem clara sua firme disposição de defender sem vacilação os interesses nacionais: cancelou conces-

sões irregulares feitas à empresa Hanna Corporation, que, no Brasil, operava sob o nome de Companhia de Mineração Novalimense, para explorar as jazidas situadas no quadrilátero ferrífero mineiro.

Contra essa decisão de soberania do Governo, em defesa das riquezas minerais do subsolo da Nação, logo protestou o então embaixador norte-americano Lincoln Gordon, em telegrama ao Presidente, que foi devidamente devolvido.

Lincoln Gordon é o mesmo que se notabilizou no processo conspiratório que derrubaria o Governo Constitucional em 1964. Ele é o mesmo que assumiu – ele assumiu! –, abertamente, ser funcionário da CIA, rasgando a fantasia diplomática com que se disfarçava. Ele é o mesmo que esteve aqui, no nosso País, em novembro de 2002, em programas de televisão – não estou falando aqui nenhuma novidade –, lançando seu livro de memórias e dizendo publicamente que havia repassado, em 1964, cerca de US\$5 milhões de verba secreta da CIA para militares e políticos articularem o golpe contra o Presidente do nosso povo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, como eu havia permitido ao Senador Cristovam um aparte, concederei a S. Ex^a e em seguida a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O professor vem antes. Eu sou discípulo dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como S. Ex^a me cedeu o tempo, eu gostaria de ter o aparte dele, conforme havíamos combinado. Em seguida, passarei a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, em primeiro lugar, manifesto minha satisfação por ter cedido este tempo de discurso para o qual eu estava inscrito a fim de que V. Ex^a falasse. Embora eu seja do PDT, que é uma continuação do Partido do Presidente João Goulart, V. Ex^a, como gaúcho, tem uma ligação que pesa muito para quem lembra da história dele. Eu queria agregar apenas um ponto, que muitas vezes é esquecido na trajetória de Jango. Ele foi, talvez, o único Presidente que conviveu, que governou como uma verdadeira democracia: a do confronto de idéias e de propostas. Depois dele veio a ditadura e, posteriormente, entramos numa democracia muito bem comportada, em que não há Governo e Oposição. Existiu crítica e propaganda, crítica e contra-crítica. Não há embate de propostas sobre os rumos do Brasil. São Governo e Oposição prisioneiros do presente. Jango representou o momento decisivo do último grande debate sobre os destinos do Brasil: fazer ou não as reformas de base. Até hoje, 40 anos depois do golpe

militar e 29 anos depois da morte dele, as reformas de base continuam esperando. Pena que ele não tenha podido terminar o seu governo, porque ali poderíamos ter encontrado um novo rumo para o Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento em homenagem ao nosso Jango.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, admiramos toda a história do Rio Grande do Sul. “Paz e bem” era o que pregava Francisco, o santo. E essa foi a vida de João Goulart. Além do que, gosto de Montevidéu e Buenos Aires, que V. Ex^a conhece, e lá ele se hospedava em hotéis modestos do centro. Fico lá e converso com muita gente que com ele conviveu. Por que ele não reagiu? Porque ele tinha visto, tinha conhecido o Pentágono, a potência, as forças e ficou atemorizado de que acontecesse no Brasil o que está acontecendo lá no Iraque, em Bagdá. Então, João Goulart é para o Brasil um mensageiro de paz e bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, vou concluir o meu pronunciamento e, em seguida, darei a palavra ao Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se tratava, na época, apenas de derrubar o Presidente Jango. Tratava-se de rasgar a Constituição com a ingerência de um Estado externo, assim ferindo a soberania nacional. Até hoje, os detratores de Jango ficam calados a esse respeito. A história, como o Senador Cristovam Buarque falava, conhece o alto sentido democrático de João Goulart. Os fatos são teimosos e acabam por se impor. O Governo Jango estabeleceu leis que disciplinavam os investimentos estrangeiros no País, leis essas para controlar a limitação das remessas de lucros para o exterior, hoje lançadas ao lixo, por força da submissão às regras não do País, mas de uma economia globalizada.

Perguntamos aos chineses por que seu PIB sustentável, há mais de 10 anos, vem crescendo, em média, 7% ao ano.

O Governo Jango encampou as refinarias pertencentes ao capital privado e entregou à Petrobras o monopólio da importação de petróleo e seus derivados. Estabeleceu normas disciplinares em toda e qualquer concessão para a exploração da riqueza mineral do País, de modo a proteger os interesses nacionais.

O Governo Jango incentivou a sindicalização rural. Reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores por considerá-lo legítimo, entendendo que a pressão social

tem que acontecer. Nos primeiros dias do regime militar a CGT foi dissolvida e seus dirigentes presos.

No clima de atendimento das justas reivindicações dos assalariados que se estabeleceu no País foram atendidas velhas reivindicações, no Governo Jango, da classe trabalhadora, dentre as quais o 13º salário, cuja lei foi aprovada no Congresso Nacional com o incentivo e a sanção do Presidente da época.

A Eletrobrás que Getúlio Vargas, em sua carta testamento, denunciava estar sendo obstaculizada até o desespero por forças antinacionais, seria estruturada e implantada durante o Governo João Goulart.

A aprovação da Lei das Telecomunicações nas duas Casas do Congresso exigiu um combate sem tréguas por parte do Governo Jango a fim de vencer as resistências do poder econômico representado pelas multinacionais e seus agentes no País.

Foi no Governo Jango que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e deu início às negociações para montar idênticos laços com a República Popular da China. Com a política independente de seu Governo, o Presidente João Goulart deu nova dimensão às iniciativas e responsabilidades de um país que necessitava manter a mais ampla presença internacional, superando os preceitos da própria Guerra Fria.

No seu Governo, foi abolida a discriminação ideológica, tanto no plano interno como externo. Foi dada preferência absoluta aos interesses nacionais: a política externa do Governo Jango tinha em conta, principalmente, as realidades vizinhas e distantes, atraindo para o Brasil novos horizontes com os demais povos.

Com relação a Cuba, no conceito do Chanceler San Thiago Dantas, o Governo Jango manteve uma atitude intransigente de defesa do princípio da não-intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, sob qualquer pretexto, em negócios ou políticas internas.

Após a devolução dos poderes presidencialistas, o Governo João Goulart montou seu ministério e partiu para as reformas estruturais das bases econômicas através do Programa Reformas de Base.

Ouço o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, ninguém melhor que V. Ex^a para, neste momento, reportar-se a um filho daquela terra e fazer aqui uma referência desta natureza. Desejo apenas lembrar um pouco do que estudei do período. Ainda na época de sindicalista, eu gostava de ler sobre, basicamente, a história do movimento operário brasileiro. Observando aqui o comportamento e a *performance* do que foi o Governo Jango, vi que, em 1945, o Brasil estava encerrando o Estado Novo e o mundo encer-

rando aquele espectro do que foi o nazifascismo. O País reagiu rapidamente em direção à democracia. Em 1946, houve uma Constituinte, eleições diretas, e daí por diante. E Jango chega a ser, no meu entendimento, o apogeu da participação social nos destinos do País. Contudo, o grau de intolerância por conta do divisor de águas da Guerra Fria, liderada, de um lado, por John Kennedy e, de outro, por Leonid Brejnev, fazia com que o nosso País também convivesse com esse espectro. Diante disso, a intolerância característica do Governo norte-americano, que colocava o Brasil, de certa forma, como subserviente de interesses norte-americanos, fazia com que, nessa Guerra Fria, fosse intragável no Brasil existir um Governo com o perfil de Jango. Parabenizo V. Ex^a por tão brilhante pronunciamento. Ficam aqui também minhas parcas, mas bem sentidas homenagens a esse grande líder brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Estou tentando acelerar meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Lembro agora que o Plano Trienal de Celso Furtado se instalava, na época, para dar uma solução voltada ao mercado interno. O Plano desenvolveu as reformas de base que, infelizmente, levariam ao golpe: reforma agrária e educacional, reforma tributária e fiscal, voltando a economia para o mercado interno.

A conspiração começa. O golpe começou ali para impedir o ganho e as conquistas dos trabalhadores, de uma melhor distribuição de renda e de justiça social, por meio das reformas de base.

Jango, sabendo da possibilidade de intervenção no Brasil, pois a frota dos Estados Unidos rumava para o litoral de Santos, preferiu não resistir.

Nas palavras do jornalista Zuenir Ventura:

Jango teve um dos momentos mais bonitos ao evitar aquilo que imaginava que viria a ser uma guerra civil com um milhão de mortos. Conta pontos para ele não querer resistir dessa maneira.

Não acho, como muitos acham, que a atitude de Jango tenha sido covarde, que tenha fugido da luta, que tenha fugido do País. Chegou um momento em que ele deve ter visto que aquela seria uma luta sangrenta [...] Teve a grandeza de evitar muitas mortes.

Sr. Presidente, há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos do passado que a História guardou para nós?”

Cabe a nós brasileiros resgatarmos a memória política desse grande homem público. O Instituto João Goulart, entidade que tem vários Senadores como conselheiros, propõe-se a continuar esse resgate.

Ao concluir este pronunciamento de celebração ao 29º ano do desaparecimento desse grande brasileiro, gostaria de reiterar, respeitosamente, ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, o pedido que se encontra desde maio deste ano na Mesa desta Casa, para que o Instituto João Goulart tenha assento nas dependências do Senado Federal, até que tenha seu próprio memorial em Brasília, já encaminhado e doado pelo grande artista e arquiteto Oscar Niemeyer.

Dessa forma, João Belchior Marques Goulart, o Jango, continua mais vivo do que nunca no coração da classe trabalhadora e, tenho certeza, de todos os brasileiros.

Agradeço a todos presentes, especialmente ao Senador Cristovam Buarque, que me cedeu seu espaço.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Fará uso da palavra neste momento, por inscrição anterior, o Senador Sibá Machado. Em seguida, falará V. Ex^a.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, como Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar meu agradecimento à Direção do Banco do Brasil por retomar, de maneira bastante forte e positiva, os trabalhos em meu Estado do Acre. Participei da inauguração de agências novas, e há mais agências a serem inauguradas, o que nos faz acreditar que o Banco tem muita fé no dinamismo do Estado do Acre, fomentando a nossa economia e propiciando que o setor produtivo dê largos passos em seu desenvolvimento, gerando emprego e oportunidades para muitas pessoas. Parabenizo a Direção do Banco, especialmente a Superintendência do Estado, o Dr. Joaquim Araújo e toda a sua equipe.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna hoje em razão da notícia divulgada na imprensa a respeito da redução do desmatamento na Amazônia. São 31% a menos de desmatamento que se apresenta naquela região. Se consultarmos o caderno Ciência do jornal **Folha de S.Paulo**, que traz o gráfico desde 1988/1989 até 2004/2005, verificaremos que o biênio campeão de desmatamento foi 1994/1995, chegando a quase 30 mil km2. O biênio 2003/2004 registrou 27 mil km2, e este biênio, 2004/2005, apresenta-se com cerca de 19 mil km2, havendo uma queda de aproximadamente 31%.

Sobre esse aspecto, Sr. Presidente, quando o Governo, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e outros Ministérios correlatos nessa área, lançou o Pacote Verde, em razão também de uma resposta imediata aos bárbaros conflitos de terra ocorridos naquela região, especialmente no Estado do Pará, culminando com o assassinato brutal da irmã Dorothy Stang, muitas pessoas diziam que esse era apenas um paliativo para dar uma resposta ao mundo sobre a morte da irmã Dorothy.

Sr. Presidente, este é o grande resultado de um trabalho estruturante. Cumprimento a Ministra Marina Silva, o Ministro Miguel Rossetto, o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, o Ministério Público, a Polícia Federal e todas as instituições que atuaram, até o presente momento, de maneira muito forte e precisa, a fim de coibir os desmandos dos trabalhos realizados sob a forma de rapina, infelizmente, como a exploração econômica da floresta amazônica.

Ainda acredito no lado positivo. Muito mais do que realizar uma ação policial, uma ação repressiva, ações que, com certeza, também contribuem para a redução do desmatamento, é preciso mostrar o outro lado do que está ocorrendo, e que é o lado promissor, que temos que trilhar daqui para frente, que são as negociações; devemos encontrar uma saída negociada, Sr. Presidente, para a situação de conflito naquela região.

Diante disso, precisamos lembrar o que ocorreu na BR-163. Ao se anunciar o asfaltamento daquela rodovia, que liga as cidades de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, a Santarém, no Estado do Pará, para lá se dirigiram todas as pessoas boas e ruins, pessoas de bom caráter e pessoas de mau caráter, e aquela região estava à beira da explosão de um caldeirão social. A liderança da Ministra Marina Silva e de todos os que atuaram nas negociações evitou isso. Atualmente, existe um ordenamento às margens daquela BR. Mais de oito milhões de hectares de terra já estão ordenados, com as propriedades definidas, o que evitou um verdadeiro massacre social e uma verdadeira destruição ambiental da região.

Não gosto de falar, nos eventos que ocorreram, da parte repressiva. Foram tantas as prisões e apreensões! Prefiro falar do lado bom da construção, das negociações que estão sendo feitas para “desjudicializar” as hidrelétricas, como é o caso de Belo Monte, no Estado da Senadora Ana Júlia Carepa, como é o caso do gasoduto do Estado do Amazonas, para abastecer a cidade de Manaus, a questão da interligação rodoviária, os “linhões”. Tenho participado, tenho acompanhado, e digo a V. Ex^a, com toda a segurança: o caminho é o das negociações.

Agora, é claro, o Governo tem de ser implacável na repressão contra as pessoas que insistirem em cometer crimes contra a economia.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá, só para parabenizá-lo por este registro e dizer que o Ministro Miguel Rossetto está indo para o Estado do Pará com várias ações positivas, inclusive na área do biodiesel, com recursos, premiando as empresas que V. Ex^a visitou – a Agropalma, por exemplo – e liberando mais recursos para agricultores familiares exatamente para a produção do dendê, que vai contribuir para o crescimento. A Agropalma está isenta de PIS, Cofins, Pasep, por ser uma empresa que compra a sua produção também da agricultura familiar, dando-lhe apoio. Então, o Governo está avançando. O próprio TAC, a que V. Ex^a se referiu, Senador, o Termo de Ajuste de Conduta, celebrado entre o Ministério Público Federal, o Incra e o Ibama, em relação à atividade madeireira, permite que quem queira trabalhar na legalidade possa fazê-lo. Tenho certeza de que a Ministra Marina está no caminho da solução com o Ibama em relação aos problemas recentes. Faço esse registro porque estamos colhendo os resultados com a diminuição do desmatamento na nossa região amazônica.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço que incorpore o aparte ao meu pronunciamento.

Para encerrar, gostaria de dizer que, nessa linha dos bons investimentos, visitei a empresa a Agropalma, cujo trabalho quero parabenizar, pela geração de emprego, distribuição de renda, envolvimento na reforma agrária, com participação na produção, gerando renda de alto valor para aquelas famílias. Quem sabe possamos fazer do chamado arco do desmatamento, do chamado arco do fogo, assentamentos dirigidos para o abastecimento de grandes empreendimentos como o da Companhia Vale do Rio Doce e de outras grandes empresas que operam na região – uma que precisa do carvão vegetal, outra que precisa da madeira de lei. Chamo isso de inclusão do capital comunitário no planejamento da macroeconomia.

Sr. Presidente, era isso. Agradeço a V. Ex.^ª pela tolerância e encerro parabenizando os órgãos públicos do Governo Federal, Polícia Federal e Ministério Público pela redução do desmatamento em 31%.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, pelo PDT.

Como Líder, V. Ex.^ª terá cinco minutos para seu pronunciamento. Em seguida, o Senador Magno Malta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Estamos chamando os líderes partidários. Em seguida aos Líderes, chamaremos pela ordem os oradores inscritos.

Senador Osmar Dias, V. Ex.^ª terá cinco minutos mais dois, se necessário for.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, já não chega a taxa de câmbio que deteriora o preço dos produtos brasileiros; não chega a taxa de juros que corrói a possibilidade de lucros de qualquer atividade econômica, em especial dos agricultores brasileiros; não chegam as dificuldades impostas aos produtores brasileiros por uma legislação muitas vezes equivocada. A agricultura brasileira é obrigada a sobreviver ainda com equívocos e erros do Governo cometidos de forma escandalosa.

Tenho em mão uma nota técnica, que não me foi encaminhada oficialmente, do Ministério da Agricultura, à qual tive acesso e estou com cópia. É de se espantar o que está escrito nela. Faz referência à ocorrência da febre aftosa no Mato Grosso do Sul e a trapalhadas na divulgação da febre aftosa no Estado do Paraná, depois de se constatar em exame de laboratório que ela não existe. Mesmo assim, estamos sob o risco de anúncio oficial da existência da febre aftosa no Estado do Paraná, que, repito, não existe. Nesta nota técnica, percebe-se uma disputa entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. E, nesta disputa, quem está perdendo é o produtor paranaense, é a sociedade paranaense e a sociedade brasileira. O Paraná está servindo de bode expiatório nesta confusão que se estabeleceu.

Resumidamente, a nota técnica diz que “o Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura manifesta grande preocupação com os procedimentos adotados pelo Estado do Paraná e considera que a continuidade do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa nos moldes atuais estará na dependência das medidas que forem adotadas e na sua aceitação

nacional e internacional. Mais: “O Estado do Paraná, sem conhecimento do DSA – o que é gravíssimo – colheu 548 amostras de soro sangüíneo e enviou para análise junto ao Laboratório Estadual Marcos Henrique, não autorizado para realização de testes para febre aftosa. Por diversas vezes, o DSA, que é o Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, solicitou ao serviço veterinário estadual informações para as datas de colheita e envio das amostras, mas não obteve retorno. Os resultados foram enviados dia 03/11/2005. Isso aqui é gravíssimo.

Ao se enviarem essas amostras ao Laboratório Marcos Henrique, que não tem credenciamento e não pode fazer análise de material com suspeita de febre aftosa ou de qualquer doença por vírus, parece-me que se incorreu em crime de responsabilidade, o que é gravíssimo. Isso depõe contra toda a política de controle de erradicação de doenças em nosso País; isso depõe contra o conceito de qualidade que têm os nossos técnicos sanitários; isso depõe contra o País, contra a imagem do País no mercado internacional, porque é um ato repreensível sob todos os aspectos. A nota técnica conclui que “as ocorrências anteriormente comentadas poderão causar dano de grande proporção à credibilidade dos serviços veterinários brasileiros, com possíveis consequências negativas no que diz respeito à recuperação do **status** sanitário anterior; interpretando o Código Sanitário para animais terrestres, a OIE (Organização Internacional de Epizootias) retirou o Paraná, entre outros, da zona livre de febre aftosa com vacinação do Brasil, dando a entender claramente que o evento ocorrido naquele Estado foi por ela considerado foco; considerando o exposto no item anterior, a não utilização no Paraná dos mesmos procedimentos desenvolvidos no Estado do Mato Grosso do Sul poderá inviabilizar o pedido de recuperação do **status** em seis meses; as garantias sanitárias junto aos países importadores poderão ser duramente questionadas; as ocorrências observadas no Estado do Paraná poderão ocasionar dano irreversível ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.”

Sr. Presidente, a situação é grave. Os produtores de suínos estão comercializando os seus produtos a sessenta centavos mais barato o quilo. Os suínos são abatidos, em média, com 100 quilos; portanto, R\$60 a menos por animal. Isso é a margem de lucro do produtor de suínos ou um pouco menos que isso, o que significa que os produtores de suínos começaram a operar com prejuízo depois do anúncio precipitado da existência da febre aftosa, que não existe no Paraná.

Os avicultores estão alarmados porque também há restrições ao comércio de carne de frango, e já

começamos a perder mercado. Aqueles que têm boi no pasto e querem fazer os seus abates para atender suas demandas, pagar suas contas, estão impedidos de fazê-lo. Os frigoríficos estão demitindo de forma espantosa os trabalhadores.

Há uma crise instalada no setor de carnes no Paraná que extrapola qualquer previsão. Ninguém pensava que isso pudesse acontecer. Isso aconteceu, Sr. Presidente, porque houve um anúncio precipitado. Cometeram um erro. Então, agora, seria prudente que o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Paraná, que cometeram esse equívoco, tivessem humildade suficiente para, primeiro, reconhecer que erraram e não ficassem empurrando o problema um para o outro. Segundo, reconhecendo o erro, informassem às entidades internacionais de que não há aftosa no Estado e solicitassem imediatamente ou simultaneamente que o Paraná fosse novamente decretado zona livre de febre aftosa, autorizando a vacinação de todo o rebanho no entorno daqueles Municípios onde se constatou a suspeita divulgada como foco de febre aftosa, que, repito, não havia.

Faço essas recomendações não apenas como Senador, mas também como ex-Secretário de Agricultura do meu Estado, durante oito anos, que conviveu com esse problema. Não podemos jogar no lixo todo o esforço feito desde os anos 60 para erradicar a febre aftosa. Não podemos concordar que, pelo desejo de se antecipar aos fatos, se faça uma divulgação precipitada, jogando no lixo todo o trabalho de erradicação e controle da febre aftosa, além do conceito do Brasil no mercado internacional.

Sr. Presidente, o que está acontecendo agora exige apenas uma coisa: humildade dos responsáveis por esse fato, para reconhecer que erraram. Eles devem comunicar imediatamente que não existe febre aftosa.

Quero fazer uma denúncia. O que estão querendo fazer é um crime contra o meu Estado. Vamos lutar até o fim para impedir que isso aconteça. Para justificar ou tentar explicar o erro que cometeram, querem anunciar que houve febre aftosa e decretar o Paraná fora da zona livre de febre aftosa. Isso é condenar o Paraná a pagar uma conta que ele não deve. Os produtores do Paraná não têm culpa se as autoridades tiveram pressa demais para divulgar. Espero que, com humildade, eles reconheçam o erro e, de uma vez por todas, encerrem esse episódio, porque temos agora um prazo para a recuperação de nosso conceito no mercado internacional. Quanto mais tempo levarem para admitir que erraram e pedir desculpas à população e aos produtores e pedir clemência àqueles que decidem internacionalmente sobre os Estados con-

siderados livres da febre aftosa, quanto mais esse processo se arrastar, mais prejuízos ao Paraná, ao Brasil, à sociedade brasileira. Os pecuaristas estão perdendo, mas a sociedade brasileira está perdendo junto. Repito: é preciso humildade para reconhecer o erro e pedir às autoridades que declarem que no Paraná não há febre aftosa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar que está sobre a mesa autorização da Liderança da Minoria para que eu utilize, após a Ordem do Dia, a palavra, em nome dela. Eu gostaria só de confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é o primeiro orador inscrito para falar após a Ordem do Dia, no caso, como Líder da Minoria do Senado Federal.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se Deus me ajudar, pretendo tratar de dois assuntos nesta tarde.

Inicialmente, vou falar de um assunto que diz respeito a todo o País, que é educação.

Sr. Presidente, que país conseguiu se desvincilar do atraso e alcançar altos níveis de prosperidade econômica e social sem investir pesadamente em educação? A resposta é muito fácil de ser dada: nenhum. A Europa saiu do pós-guerra completamente arrasada, com sua população entregue à pobreza e à indigência e levantou-se de forma brilhante, investindo em educação. O exemplo da Coréia do Sul é emblemático. Em três décadas, aquele País do sudeste asiático saiu de condições sociais e econômicas inferiores às do Brasil e entrou no seletivo grupo dos países mais prósperos e mais modernos do mundo. O segredo de tamanho salto quantitativo e qualitativo: investimentos maciços e continuados em educação. Assim a força de trabalho rudimentar tornou-se qualificada, o que permitiu um avanço tecnológico sem precedentes em um país até então eminentemente agrícola.

Diante de tantos bons exemplos, torna-se até repetitivo o questionamento: qual a receita para o Brasil? A receita recai sobre uma obviedade absoluta: é preciso educar nosso povo e para tal é preciso investir em

educação, seja nas condições físicas das escolas e universidades, seja na valorização do professor.

Antes de se eleger Presidente da República, em 2002, o candidato Lula, ao lado de diversos colegas do PT, sentados naquelas mesas em que se reuniam para gravação dos belíssimos e caríssimos programas eleitorais, prometia mundos e fundos para a educação: seria prioridade número um do seu Governo.

Passados quase três anos desde que o PT ocupou o Palácio do Planalto, o cenário que temos visto não é dos melhores. Vários milhões de reais destinados ao financiamento de programas na área de educação vêm sendo cortados ou contingenciados para obtenção do famoso superávit primário. As universidades públicas estão completamente sucateadas. Falta material, faltam professores, faltam laboratórios decentes, e se o ensino vai de mal a pior, o que dizer das atividades de pesquisa e extensão?

O principal motivo da situação caótica que vive o ensino superior deste País é a forma aviltante, humilhante e cruel como os professores vêm sendo tratados pelo Governo Federal.

O último exemplo do descaso do Executivo para com os docentes é a maneira como vem sendo conduzida a negociação em torno da greve da categoria, que dura mais de 100 dias. Inconformados com a ausência de resultados do grupo de trabalho criado pelo MEC (Ministério da Educação), para negociar as reivindicações, os docentes decidiram entrar em greve como forma de pressionar o Governo e pelo menos tratar dos problemas das instituições federais de ensino.

Até então, Sr. Presidente, o MEC não acenava com qualquer reajuste, a não ser com seu vergonhoso percentual de 0,01% concedido neste ano a todos os servidores federais. Esse é o Governo do Presidente Lula, aquele que prometeu priorizar a educação e valorizar o servidor público! Seria cômico, não fosse trágico!

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Governo Lula, um dos maiores exemplos que se pode ter de uma comédia de erros, abandonou a negociação com os professores em greve, oferecendo-lhes apenas 9% de reajuste salarial, a metade do que é reivindicado. Numa clara demonstração de afastamento entre discurso e prática, entre democracia real e democracia verboréica, o Governo decidiu enviar ao Congresso Nacional, à revelia dos docentes federais, sua proposta de reajuste.

Como é “democrático” o Governo do PT! Como se preocupa com o ensino superior!

É revoltante ver o progressivo descaso com a educação e com os educadores, perpetrado sem dó nem piedade pelos burocratas petistas, encastelados

nas salas refrigeradas da Esplanada dos Ministérios! Para os pagamentos de juros da dívida, muitos milhões! Para investir no futuro do nosso povo, nenhum centavo! Essa é a lógica cruel, perversa e insensível do Governo Lula!

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho recebido, nos últimos dias, dezenas de e-mails de cidadãos, preocupados com a greve das instituições federais de ensino. São, em sua maioria, provenientes de professores e estudantes, ansiosos por um desfecho rápido e satisfatório para a greve.

Na Universidade Federal da Paraíba, o meu Estado, a situação é ainda mais caótica. O primeiro semestre letivo deste ano não havia sequer sido concluído quando foi deflagrada a nova greve dos docentes. Se o semestre foi perdido, os estudantes não poderão se formar no prazo previsto, o que trará grandes prejuízos à sua vida profissional, pois verão retardada a sua entrada no mercado de trabalho.

A todos aqueles que me escreveram, dou apenas uma resposta. O desfecho para essa greve, que todos desejamos seja rápido, depende, exclusivamente, do Governo Federal, do Governo do PT. As reivindicações dos professores são todas justíssimas e merecem ser atendidas. Quem abandonou as negociações, demonstrando a mais absoluta falta de compromisso democrático, foi o MEC, e não os professores!

Por isso, gostaria de fazer um apelo ao Ministério da Educação, pelo menos aos poucos indivíduos sensatos que nele ainda permanecem! Vamos retornar à mesa de negociações! Essa posição de intransigência e de pobreza de espírito democrático não levará a nada, a não ser a um prejuízo ainda maior para todos os alunos das instituições federais.

Em última instância, o maior prejudicado é o nosso País, que continua carente de uma política educacional séria, que seja realmente prioridade do Governo. Enquanto a educação não for prioridade, continuaremos presos aos grilhões do subdesenvolvimento econômico e social e veremos países mais atrasados passarem à nossa frente, como é o caso da Coréia do Sul.

Sr. Presidente, o primeiro passo para priorizar a educação é, sem sombra de dúvida, valorizar aqueles que nela militam: os professores. Profissionais dedicados e competentes precisam de mais respeito e consideração por parte do Governo Federal.

Sr. Presidente, como primeira etapa, era essa a nossa preocupação. Mas eu queria dar ciência aos Srs. Senadores e Senadoras do perigo que acontece hoje na democracia do PT. Deixo bem claro, Sr. Presidente e Senador Mão Santa, que os jornais do País, no último domingo, publicaram o seguinte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu peço a V. Ex^a mais cinco minutos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a terá a prorrogação que a Mesa possa proporcionar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O jornal **Folha de S.Paulo** publicou na coluna Painel, de domingo passado, dia 4 de dezembro de 2005, o seguinte – Prestem atenção os Srs. Senadores:

Prato frio 1

Irritados com o boicote da oposição ao Orçamento, líderes aliados no Senado discutiram na semana passada a distribuição das emendas deste ano que, segundo promessa, começarão a ser liberadas. Fizeram uma lista de quem será contemplado e de quem ficará a pão e água.

Prato Frio 2

Quem puxará o cordão dos sem-emendas...

Há os sem-terra, os sem-teto, os sem-emprego e, agora, os sem-emendas!

...segundo opinião geral dos governistas, será o Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes (PFL – PB), a quem o Governo atribui boa parte de seus percalços recentes.

Vou ler mais uma outra etapa de jornais, para fazer um comentário. Está aqui publicado no **Jornal da Paraíba** de hoje, na coluna do jornalista Arimatéa Souza:

Os donos do...

...Cofre. Os Líderes do Governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB – RN); do Governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT – SP); do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS); e do PMDB no Senado, Ney Suassuna, além do Senador Romero Jucá (PMDB – RR), Relator do Orçamento de 2005, foram encarregados pelo Presidente Lula de realizar um ‘pente-fino’ nas reivindicações parlamentares em termos de emendas ao Orçamento da União para a liberação ainda este ano.

Continua a coluna:

Toma lá...

... É o combustível que será utilizado para aprovar as matérias de interesse do Governo até o Natal.

Pão e água.

Já há um consenso entre esse grupo e o Governo: O Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes (PFL), deve ser excluído de qualquer contemplação de verbas.

Pois bem, Sr. Presidente! Quero dizer ao Governo e àqueles que vão fazer o pente-fino que o Senador Efraim Moraes não fez nenhuma emenda para ele, não. Não fiz nenhuma emenda para o Senador Efraim Moraes e nem costume negociar voto através de emenda. Agora, como Deputado Federal por três mandatos e Senador da República, minhas emendas foram voltadas para os interesses dos Municípios paraibanos e da Paraíba. E vejam bem os senhores o que é que eles não querem liberar. Estão aqui as minhas emendas que estão para serem liberadas, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peço tolerância a V. Ex^a, pois esta é uma matéria que interessa a toda a Casa.

Está aqui, por exemplo: “Estruturação da rede de serviços de atenção básica no Estado da Paraíba; apoio à estruturação de unidades; aquisição de equipamentos à fundação assistencial da Paraíba em Campina Grande; apoio à estruturação de unidades; aquisição de equipamentos para o Hospital Napoleão Laureano de Combate ao Câncer, em João Pessoa; construção e ampliação de centros públicos de atendimento à pessoa idosa; reforma e equipamento para o Abrigo de Idosos Instituto São Vicente de Paula, em Campina Grande”.

Está aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores: “Prestação de serviço de saúde à Rede Nacional das Pioneiras Sociais – é o Sarah Kubitscheck.” Está aqui, ainda, para que V. Ex^as tenham uma idéia: “Modernização e recuperação de hospitais de ensino superior no Estado da Paraíba; recursos para a Universidade Federal da Paraíba”.

Pois bem, está aqui ainda: “Apoio à estruturação de unidades de atenção especializada – Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba; apoio de serviços à proteção sócio-assistencial ao Instituto Dom Úrico, em João Pessoa; e uma Apae na cidade de Esperança.”

São essas as emendas, Srs. Senadores, que o Governo está dizendo que não irá liberar. Eu digo ao Governo que as minhas emendas são voltadas para o meu Estado da Paraíba e que os paraibanos que me colocaram aqui entendem muito bem e preferem que eu continue fazendo o que eu estou fazendo no Congresso Nacional e no Senado: que eu continue a defender o povo brasileiro contra a corrupção do PT,

contra o dinheiro público que está sendo usado para se aprovar matéria desse interesse.

Eu estava ausente da Comissão de Orçamento, mesmo sendo membro da Comissão de Orçamento. E quero dizer ao Governo que, a partir de agora, eu estarei presente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para defender os interesses dos brasileiros, da minha Paraíba e dos paraibanos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Aqueles que se dizem donos da chave do cofre tenham certeza de que não arredarei o pé, sequer por um minuto, da minha missão de presidir a CPI dos Bingos, porque estou com a minha consciência tranqüila. Ao lado dos companheiros, como o Senador Garibaldi Alves Filho – a quem, em seguida, darei um aparte ao meu pronunciamento –, não arredarei um pé, nem por causa das perseguições nem por causa das ameaças deste Governo, porque tenho compromisso com o povo brasileiro e com o povo que me elegeu no meu querido Estado da Paraíba.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a é o Presidente da CPI dos Bingos e eu, como Relator desta comissão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Proroguei por mais dois minutos, para V. Ex^a não arredar da tribuna.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ...quero parabenizá-lo pelo trabalho que tem realizado, um trabalho sério, desassombrado, equilibrado. De modo que V. Ex^a não poderia, de maneira nenhuma, por este trabalho que está prestando, sofrer qualquer retaliação como está se anunciando nesta nota. Daí por que quero manifestar a minha solidariedade a V. Ex^a neste instante e dizer que, conhecendo V. Ex^a, sei que vai continuar da mesma maneira, com o mesmo trabalho, na certeza de que está cumprindo o seu dever, sem temer qualquer retaliação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves filho, agradeço a V. Ex^a e devo dizer que, graças à qualidade, posso dizer, à qualidade de membros independentemente de ser Governo ou Oposição que temos hoje fazendo esse trabalho na CPI e à felicidade de ter V. Ex^a indicado como Relator, é que vamos avançar, avançar com o único objetivo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito: o de buscar exatamente a verdade. Agradeço a V. Ex^a e agradeço a tolerância do Sr. Presidente, inicialmente

o Senador Papaléo Paes e agora S. Ex^a o Senador Mão Santa, deixando bem claro que eu, daqui para a frente, pretendo dedicar-me bem mais à Comissão de Orçamento, na qual meu Partido me colocou como um dos titulares.

E vou para lá para lá para saber se querem ou não querem fazer um orçamento voltado para os interesses do País. Ou se querem, mais uma vez, dar continuidade àquilo que foi traçado pelo Governo do PT. Ou seja, acima de qualquer coisa, é pela corrupção, é pelo desvio do dinheiro público, é pelo caixa 2 que querem governar este País.

Mas isso tem prazo. E o prazo é a próxima eleição, quando o povo brasileiro saberá dar o troco, Sr. Presidente, fazendo com certeza no próximo ano nas eleições a verdadeira CPI deste País, que é a CPI do voto, contra aqueles que usaram a tribuna, que usaram a vontade de mudança do povo num determinado momento e que enganaram o povo, que mentiram para o povo e que disseram exatamente o contrário do que estão fazendo.

Mas confio, acima de tudo, na sensibilidade dos Parlamentares do Congresso Nacional, para que possamos dar continuidade, sem medo, com transparência e com bastante independência às investigações que estamos fazendo.

Aqui, repito, não estão tirando nenhuma emenda do Senador Efraim Moraes. Estão prejudicando. O Governo Lula, o Governo do PT está apenas prejudicando um dos Estados mais pobres da Federação, que é a minha querida Paraíba. Mas é conhecida Paraíba pequenina, Paraíba resistente, Paraíba que não se curva, Paraíba que sabe buscar os seus direitos. E podem ter certeza os paraibanos que, como representante desse povo, irei buscar os direitos e aquilo que merece a Paraíba. Não vou me curvar; não vou arredar, repito o termo, nenhum milímetro, porque estarei defendendo, em qualquer hipótese, os interesses da minha Paraíba e dos meus conterrâneos paraibanos.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, do PMDB, por cinco minutos.

Em seguida, ouviremos a palavra do Senador Magno Malta, depois o Senador Amir Lando.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB MA) – Pela ordem, V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Senador Ramez Tebet, só um pouquinho. Sr. Presidente, para que V. Ex^a me inscreva para uma comunicação da Liderança do P-Sol.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo destinado à comunicação inadiável, em nosso Regimento, é muito limitado, mas creio ser suficiente.

Li uma notícia de que o Governo estuda liberar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a mensalidade escolar, especialmente para aqueles matriculados no ensino superior, o que considero um fato auspicioso.

Atualmente, o ensino superior no Brasil é dominado pelas instituições privadas e constitui-se um anseio de todos os brasileiros. A notícia diz que essa proposta ajudará a classe média, e eu digo que ajudará até as classes C e D, porque hoje não há quem não queira progredir e não há família que não queira ter, entre seus membros, alguém que disponha de um diploma de curso superior.

Senador Leomar Quintanilha, esse assunto é antigo, já que se discute há muito tempo o aproveitamento dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Em 1999, por exemplo, apresentei o PLS 122 de 1999 que, por término de legislatura, foi arquivado. O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais.

O Senador Sérgio Zambiasi há pouco tempo apresentou proposta no mesmo sentido e que foi arquivada. O Senador Eduardo Azeredo apresentou igual projeto. O que apresentei está anexado ao projeto que se encontra em mãos do Senador Eduardo Azeredo e, com certeza, nós teremos uma rápida tramitação e a sua aprovação.

Sei que o assunto, segundo notícias do jornal **O Estado de S. Paulo**, já está sendo discutido no Governo. A idéia teria sido apresentada, segundo o órgão de imprensa que acabo de citar, pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, do Turismo, um ministro competente, ágil, que merece os nossos aplausos por ter dado essa contribuição, que foi aceita, ao Governo. E a Ministra

Dilma Rousseff convocou até o Ministério da Fazenda, da área econômica, para discutir esse assunto.

E aí eu penso: se o Governo tiver interesse, naturalmente, aquela proposta apresentada por mim e por vários Senadores, vai ter andamento, porque aí o interesse é do Poder Executivo.

A resistência está no Ministério da Fazenda, que não quer abrir mão. E ele nem aplica em infra-estrutura, que é a alegação que tem para ser contrário a essa idéia magnífica, a projeto dessa envergadura. Vemos quantos desistem no meio do caminho. Passam no vestibular, sempre difícil, matriculam-se, ficam inadimplentes, não têm condições. As escolas superiores agora mudaram os cursos de anuais para semestrais, dificultando e apertando mais, portanto, para o aluno. As universidades ou as faculdades particulares também reclamam de que não têm condições, dado o grande número de inadimplência.

Sr. Presidente, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, hoje, pode ser retirado pelo trabalhador brasileiro quando este é demitido sem justa causa, quando é portador de doença grave, quando se aposenta, ou então quando falece, quando o contrato é rescindido por extinção da empresa, quando precisa de recurso para construir casa própria. Pergunto eu: se a educação é prioritária, por que não incluir mais esse motivo para que o trabalhador brasileiro possa aplicar o que lhe pertence? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço pertence a ele, é um pecúlio. Então, por que não permitir que seja aplicado em educação? Não dá para entender isso! Não dá para entender! Então, o FGTS só pode ser utilizado quando o trabalhador morre ou está acometido de doença grave? Se o SUS funcionasse bem, o trabalhador não precisaria retirar o dinheiro para tratar da saúde. É porque falta remédio, e ele não tem recursos para comprar. A saúde pública é insuficiente, sofre de uma doença terminal.

Sr. Presidente, é importante que o Governo continue com essa idéia e ajude o Legislativo, porque são vários projetos que estão tramitando na Casa neste sentido.

Vou encerrar o meu pronunciamento, cumprimentando o autor da idéia, que é o Ministro do Turismo, e a Ministra Dilma, que convocou uma reunião, e o assunto agora está sendo discutido.

E o que venho fazer nesta tribuna? Um apelo para a área econômica do Governo, um apelo ao próprio Governo Federal: que ajude o estudante pobre desse País, permitindo que o trabalhador utilize os seus recursos para o seu próprio estudo e o de sua família. Nada há de mais meritório, portanto, do que dar a liberdade para que o trabalhador brasileiro utilize os recursos do Fundo de Garantia para pagar o seu estudo e o dos seus familiares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância. O assunto merecia maiores considerações, mas, para fazer o apelo, acho que foi o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, ao Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna hoje. O primeiro é que, nesse final de semana, visitei um pequeno e simples Município do interior do meu Estado, chamado Laranja da Terra.

Num esforço da Bancada federal, estamos vivendo agora o sonho de vermos terminada a estrada que liga Laranja da Terra aos outros Municípios. Porém, o que mais me encantou em Laranja da Terra, Sr. Presidente, foi o trabalho que está sendo feito pelo Ministério Público, pela Juíza do Município, como também pela Sargento, duas jovens.

Senadora Heloísa Helena, dou daqueles que defendem que, nos pontos cruciais, críticos e mais importantes da sociedade, a Constituição deveria vetar a presença de homens. Somente mulheres. Juízas deveriam ser mulheres, desembargadoras, juízas de Tribunal Superior, delegadas, todos esses deveriam ser cargos femininos. Parece que, nas mulheres, o senso de justiça é mais apurado. Em cada caso grave de corrupção que aparece neste País e no mundo, há mil homens para meia mulher envolvida. Se fôssemos aqui relatar o que este País já se beneficiou com a força das mulheres, passaríamos a tarde nesta tribuna.

No meu Estado, há uma delegada chamada Fabiana Maioral. E ela é maioral mesmo. Ela suplanta, está acima das expectativas e é uma jovem delegada. Sem me esquecer da ação de Denise Frossard contra os bicheiros, sem me esquecer daquelas que estão nos tribunais e das jovens promotoras nos Ministérios Públicos espalhados por aí. Se alguém quiser encampar a minha luta, defendo isso com unhas e dentes, porque acredito nisso. É só ver a força da nossa candidata à Presidência da República, Senadora Heloísa Helena. Cresceu bem nas últimas pesquisas. Foi a 5,5% e, dependendo da simulação, 6%. Está de parabéns a Senadora, que teve um resultado muito bom para quem não tem mídia, que tem apenas a mídia do Senado. Mas isso é porque o povo acredita na sua força, na sua determinação, no seu conteúdo.

Quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar a juíza do Município, uma jovem juíza com 25 anos de idade, que está fazendo um belo trabalho em Laranja da Terra, e

o promotor público, que já tem história de combate à corrupção, por fazer enfrentamentos.

Liguei para o Presidente do Ministério Público do meu Estado e falei com seu assessor mais próximo, que o Ministério Público de Laranja da Terra deve ser fortalecido e que não deve haver interferência política para que o promotor saia de lá. E vou ficar de olho.

As mortes, as cachaçadas, os tiros fora de hora que aconteciam nos bares, os roubos de bombas e de canos das irrigações acabaram, depois que essa sargento foi para lá tomar conta do destacamento. Tudo mudou. Os homens bêbados que batiam em mulher estão caladinhos, de bola murcha, porque a sargento está fazendo o papel que os outros que passaram por lá – perdoem-me – não fizeram.

Então, tomei esta liberdade de falar em nome deles, que me elegeram e me trouxeram para cá. Meu Estado teve 1,17 milhão de votos válidos; eu tive 900 mil. Recebi o voto de quase todo mundo, então tenho obrigação. E o povo de Laranja da Terra me mandou para cá. Visitei comunidades e distritos de Laranja da Terra, tomei café e almocei com aquele povo, e foi um dos finais de semana mais significativos da minha vida. Muito obrigado ao povo querido.

Registro a sessão solene em que recebi o título de cidadão de Laranja da Terra, uma sessão bonita. Agradeço ao Deputado Neucimar Fraga. Parabéns ao Presidente e ao Vice-Presidente da Câmara, meu amigo Mira Seibel, ex-Deputado no Estado, e ao seu filho, Vereador Judazio. Um grande abraço a todos vocês. Muito obrigado pelo carinho a mim dedicado.

Sr. Presidente, na segunda parte da minha fala – gostaria que V. Ex^a fosse complacente comigo e me desse pelo menos um minuto –, gostaria de falar sobre o problema de Santo André. Eu tenho me debruçado sobre ele. No último final de semana, debrucei-me sobre toda a documentação que chegou às minhas mãos, cinco pastas entregue à CPI pela Dr^a Rosângela Gabrilli, que foi a denunciante do esquema ao Ministério Público. Hoje nós tivemos a oportunidade de ter sua irmã na Comissão, Mara Gabrilli, uma moça bonita, tetraplégica, que quebrou o pescoço, perdendo os movimentos, há alguns anos – acho que em 94. Ela é Secretária de Esportes e Integração para as Pessoas Portadoras de Deficiência. Trata-se de uma moça aguerrida, valente, corajosa, que ama a vida, e que aqui veio testemunhar, que aqui veio convidada pela CPI para prestar esclarecimentos, porque teve um encontro com o Presidente Lula.

Com relação a esse encontro, eu acho que o fato de ela ter falado com ele é de muito relevância, mas as atitudes... Não quero entrar no mérito dessa questão, porque não sei se foi tomada alguma atitude. Parece

que não. Não houve nenhum ofício ou documento que comprove qualquer atitude tomada. Embora se tenha dito que sim, não há nenhum documento que comprove isso, absolutamente nada.

Senadora Heloísa Helena, tendo me debrucado sobre esses documentos – o que comprova o Senador Jefferson Peres –, percebi que Celso Daniel foi vítima de uma armação, de parte de pessoas gananciosas, ávidas pelo poder e por dinheiro. Elas colocaram Celso Daniel numa bandeja, levaram-no para o seqüestro e para a morte. Qualquer tipo de argumento pela tese de que Celso foi assassinado em crime comum é extremamente frágil e constitui um atentado contra a inteligência do povo de Santo André, de São Paulo e do Brasil. Foi um crime estudo. Foram três carros com armamento pesado, descaracterizados. Se pretendiam tão-somente matar Celso, por que não deram um tiro na cara dele e o deixaram morto dentro do carro? Por que não levaram o carro e as duas pessoas? Por que não levaram os dois e soltaram na rodovia? Levaram apenas o Celso, deixaram um sem nada, mas deixaram o outro com tudo. Quanto a esse que ficou com tudo, há uma tese que só vai se cumprir na volta de Jesus. Diz a Bíblia: “Um será levado, e o outro será deixado”. Em seqüestro, os dois são levados, e o carro, e a arma, e o celular. “Estarão dois no campo, um será levado, e o outro será deixado” apenas no Arrebatamento, na volta de Jesus, como diz a Bíblia; mas em seqüestro?

No seqüestro de Celso Daniel, puseram na bandeja uma quadrilha de aventureiros. A minha visão, a consciência que tenho, Sr. Presidente, é que o Celso já atrapalhava. O Celso já estava incomodando; por isso, era preciso dar fim à vida dele.

Quero ir fundo nesse crime, e agradeço a Mara por ter vindo hoje corroborar com documentos e pela atitude de quem denunciou. Existem documentos fartos. É necessário que quem é alvo dessa denúncia procure provar sua inocência. O que quero nesta CPI, com esta Sub-Relatoria, Senadora Heloísa Helena e Senador Mão Santa, é oferecer subsídios à Justiça para que julguem com justiça o crime de Celso Daniel, a fim de que os criminosos não fiquem impunes, pois isso caracteriza um completo desrespeito para com a sociedade de São Paulo e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Amir Lando, PMDB, Rondônia. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, P-Sol, Alagoas, pela Liderança do Partido, por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E candidata a Presidente da República. É candidata ou não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço muito, de coração, a generosidade e o coração cristão do Senador Magno Malta. V. Exª não pode ficar falando muito, porque daqui a pouco vou ter que levá-lo. Não vou ter dinheiro para fazer *show*, portanto, V. Exª terá que ir lá cantar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Efraim Moraes teve a oportunidade de falar na tribuna da questão da liberação das emendas ao Orçamento. Eu também já tive a oportunidade, e parece que há do mesmo jeito, de um lado, uma postura inconstante, repetitiva, quase que enfadonha dos governos em estabelecer o pacto da mediocridade ao selecionar parlamentares a terem suas verbas liberadas. Acho isso escandaloso, Senador João Alberto. O Senador Efraim tratava disso, e eu também já tive essa oportunidade.

O mais duro para mim é que parece até que estou a reviver os quatro anos em que atuei nesta Casa como Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Era exatamente a mesma fala que eu fazia aqui. Como eu não tenho relação partidária com os Prefeitos do meu Estado e, portanto, não tenho as chamadas vinculações eleitorais com as bases eleitorais dos Municípios do interior de Alagoas, para mim, o mais fácil é traçar um perfil do meu Estado, identificar onde existem problemas relacionados ao saneamento básico, à mortalidade infantil, à doença de Chagas. Para mim, o mais consequente, racional, que possibilita a eficácia de um mandato é analisar o perfil dos Municípios e de suas respectivas populações e, assim, definir as emendas a serem atribuídas.

Não consigo achar outro adjetivo para o que acontece no Brasil a não ser a vigarice política, a vigarice eleitoreira, nessa relação promiscua, Senador Jefferson Péres. Sei que independência entre os Poderes é uma lenda. Agora, emendas parlamentares, que é outra forma de mensalão, que entra no balcão de negócios sujos que o Palácio do Planalto monta aqui, no Congresso Nacional, isso é muito feio, vexatório.

Então, mais uma vez deixo aqui – este é o meu sétimo ano de mandato – o registro, o repúdio que tem que ser feito por qualquer pessoa séria, consequente.

O problema, Senador Jefferson Péres, é que, desde o início do Governo e no Governo passado, há uma lenda, um debate entre desenvolvimentistas e monetaristas a respeito de se liberar ou não mais dinheiro. Tudo mentira! No atual Governo, não tem. No início, nos dois primeiros anos, quando o Ministro José

Dirceu mandava, havia uma disputa pública entre ele o Ministro Palocci. Agora, há uma disputa pública entre o Ministro Palocci e a Ministra Dilma Rousseff. Mas não existe nada de ético, de consequente, de racional nesse falso dilema! Não é nada disso. O debate agora, essa oscilação entre três anos de arrocho fiscal e a libertinagem financeira nada mais é do que o velho mecanismo eleitoreiro, putrefato que ronda o mundo da política! É só isso.

Os três anos de arrocho fiscal – portanto, sem recursos para a saúde, para a educação, para os setores que dinamizam a economia local e geram emprego, geram renda, para a área de segurança pública, isso é passado. Agora, membros do Governo, membros da base de bajulação de Governo vão para a imprensa e dizem: "Tem de gastar mais, tem de liberar recursos". Simplesmente é a transformação da política do arrocho fiscal na política da libertinagem financeira eleitoralista"

E, como se isso não fosse pouco, ainda...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

...há essa – volto a repetir porque não encontro um adjetivo pior a dar – seletividade dos Parlamentares a verem liberadas as emendas parlamentares. Isso é quase assim: o Parlamentar que aceita que o Chefe do Executivo coloque uma etiqueta na sua testa dizendo qual é o seu preço libera recursos. E os outros, que são sérios, consequentes, honestos, que não se vendem para o mensalão nem para o "propinódromo" da liberação de cargos, prestígio, emendas e poder, a esses simplesmente a ausência.

Eu já disse várias vezes que já vi Parlamentar no meu Estado fazer festa de inauguração com emenda que eu coloquei no Orçamento. Eu nem ligo; podem fazer a sua demagogia com a liberação da emenda que eu coloquei para determinado Município; agora, ao menos liberar, porque é um absurdo o que tem sido feito. Já basta!

Há uma política de irresponsabilidade fiscal, irresponsabilidade social, irresponsabilidade administrativa, e, como se isso muito já não fosse, ainda há a vigarice política da relação promíscua entre o Palácio do Planalto e essa coisa chamada Congresso Nacional!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, PFL, Bahia, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Se eu não for o próximo, peço a palavra pela Liderança do PDT em seguida, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O PDT já usou o tempo. V. Ex^a está inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é a minha posição?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a é o próximo orador, com a ausência da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra V. Ex^a, querido Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Excelência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo tem acontecido na República. Agora, o nosso ex-compañheiro José Alencar, que todos estimam e que merece o nosso apreço, a sua empresa recebe R\$1 milhão do PT em dinheiro! Não foi em cheque, foi em dinheiro. E o PT diz, em nota oficial, que esses recursos não estão contabilizados nas suas contas.

Será que o Presidente da República quer desmoralizar imediatamente o seu vice? Isso é bem possível. E acho que as críticas que o Sr. José Alencar tem feito à política do Governo, principalmente à de juros, faz com que o Presidente, o Senhor Lula, desmoralize a empresa do Sr. José Alencar que, por sua vez, diz que o PT lhe deve R\$12 milhões. Eu quero saber qual é a empresa no Brasil que suporta por três anos um débito de R\$12 milhões? Só mesmo a do Vice para atender ao Presidente, mas isso nunca será de graça. Quem paga é o povo.

Venho logo trazer esse assunto.

Por outro lado, quero dizer que os bancos reduzem, pela quinta semana seguida, projeções para o crescimento do País. Dessa vez o PIB, que cresceu 5,2% em 2004, tem previsão para este ano de 2,66%. Será menos. Os bancos não querem dizer a verdade, mas será menor que 2,66%. Essas projeções estão sendo feitas pelos economistas do País; daí o resultado pífio de 1,2% deste Governo.

À primeira vista, a culpa é da área econômica, talvez por ceder aos caprichos deste Governo corrupto, que só faz ofender à moralidade pública com o dinheiro do cidadão brasileiro.

As parcerias público-privadas federais não aconteceram. Empresas como a gaúcha Azaléia fecham fábricas e desempregam milhares, excluindo a Bahia de seus investimentos. É assim que age o Governo Federal, prejudicando a fábrica gaúcha que está hoje na Bahia, a Azaléia, uma grande conquista do povo baiano e se não me engano do Governador César Borges.

A Bahia também é excluída dos investimentos da duplicação da BR-101, por exemplo, que começa no Rio de Janeiro e é interrompida na divisa do Espírito Santo com a Bahia. Vejam bem, Excelências, começa no Rio, vai ao Espírito Santo, pára, pula a Bahia e vai para Alagoas, certamente para dar um agrado ao nosso querido Presidente Renan Calheiros. Deve ser por isso, porque senão não pularia Sergipe. Certamente o Presidente Renan Calheiros deve ter dado algum barulho no Lula, porque ele só aprende com barulho. Os petistas não dão, têm medo, mas os que dão barulho recebem sempre em troca alguma coisa. E se interrompe uma estrada dessa maneira.

Desde as eleições passadas, há denúncias comprovadas do uso político dos recursos da Petrobras. Agora o Presidente da estatal aparece na TV, não com a bandeira nacional, mas com a estrela do PT, estrela que está desaparecendo, não dos céus do Brasil, mas da lapela dos petistas. E deita falação, e não diz por que se retirou da Prefeitura da Bahia o fornecimento que lhe cabia de combustível até para as coisas mais essenciais.

O Governo do Estado e todos nós reagimos, e eles voltaram atrás e fizeram o financiamento. Mas a mágoa do Prefeito ficou, pois ele sabe que é o Governo Lula e seus aliados...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mais dois minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O Prefeito sabe que é o Governo Lula e seus aliados que estão querendo colocar-lhe a corda no pescoço. Mas a Bahia reage. A Bahia não se vende nem se dá. Salvador é a mesma coisa. Reage, e o Prefeito vai reagir inclusive com aliados petistas e com alguns outros aliados que se aproveitaram do seu prestígio para bancar eleição na Bahia. Alguns que nunca tiveram votos. Não vou nem citar os nomes para não dar confiança, pois eles não merecem o meu respeito, não merecem a minha voz.

Para que o planejamento se a palavra final solitária do Presidente Lula é que vai determinar o destino dos recursos de mais de R\$2 milhões que serão liberados para obras faraônicas ou desnecessárias ou então para atender aos deputados que se rendem as migalhas do Palácio do Planalto?

Enquanto isso, respeito o Senador Tião Viana, não quero entrar em assuntos pessoais, respeito inclusive a posição da família do Presidente da República, mas pelo menos é um erro político da esposa e da filha do Presidente da República ao dizerem ao Brasil todo: "Nós somos brasileiros, mas nós somos, acima de tudo, italianos." Por que esse escândalo da cidadania italiana da Primeira-Dama do País? Ela devia se orgulhar de ser apenas brasileira e não pedir passaporte italiano para si e para a sua família. Isso é uma coisa relevante. Parece uma coisa insignificante, mas o povo brasileiro está vendo que não está certo a mulher do Presidente da República dizer que utiliza passaporte italiano e não da cidadania brasileira. É uma tristeza, que atinge a todos nós, brasileiros, principalmente aos menos favorecidos. Ela já tem um passaporte vermelho, diplomático, não precisava ter um simples passaporte italiano, não sei se é verde ou azul, mas, com certeza, vermelho não será.

Sr. Presidente, eram essas as comunicações e agradeço a V. Ex^a pelo tempo que me concedeu a mais, porque o Brasil precisa de que muitos venham a esta tribuna – e certamente virá o Senador Jefferson Péres – para verberar contra esta situação calamitosa a que o Presidente Lula está levando o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Jefferson Péres, já inscrito. Depois da Ordem do Dia, vou conceder a palavra ao Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Tião Viana.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora eu seja um torcedor do Santos Futebol Clube, eu gostaria de prestar a devida homenagem ao Corinthians, que se sagrou tetracampeão brasileiro de futebol.

Antes que o Senador Jefferson Péres fique preocupado com as razões pelas quais aqui trago este tema, eu gostaria de lhe transmitir que há uma razão especial. Há poucos dias, em Foz do Iguaçu, o Pre-

sidente disse que o jogador argentino Carlitos Tevez acabou se tornando um elemento muito importante de integração entre o Brasil e a Argentina. Quero cumprimentar os corintianos e em especial esse argentino, que, ao jogar com tanta garra no time do Corinthians, de fato, contribuiu para que houvesse um entrosamento da enorme torcida corintiana e dos brasileiros com os argentinos, de uma maneira que talvez só mesmo o futebol, esse esporte tão apreciado pelos brasileiros, pudesse fazê-lo.

Então, quero enaltecer a vitória do Corinthians, que, na verdade, passou por um aperto muito grande diante do Goiás, que, na final, derrotou o Corinthians por 3 a 2, embora também o Internacional tenha sido derrotado pelo Coritiba. Mas o aspecto que coloco aqui é que foi muito interessante, como já salientado pelo Presidente Lula junto ao Presidente Néstor Kirchner na semana passada, que, de fato, o Carlitos Tevez desempenhou um papel muito importante para simbolizar essa integração entre o Brasil e Argentina e a integração melhor dos povos da América do Sul, em especial do Mercosul.

É muito importante que isto esteja acontecendo. Possa o exemplo dado pelo jogador Carlitos Tevez, entrosando-se e tendo-se feito tão respeitado e apreciado pelos brasileiros, ser um exemplo promissor, como que uma avenida aberta para que possamos nós, brasileiros, e os argentinos estarmos mais bem entrosados.

No dia de hoje, o Presidente Lula recebeu Carlitos Tevez e os jogadores do Corinthians. Não sei exatamente tudo que aconteceu, mas quero saudar o que foi um fenômeno do esporte brasileiro, um fenômeno humano, que, certamente, dará bons frutos, pois nós, brasileiros, gostamos muito de futebol e é muito significativo que, desta vez, ao invés de termos conflitos nos estádios, o que tivemos foi uma explosão de alegria e confraternização, o que é muito bom.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É claro, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – No momento em que V. Ex^a homenageia o jogador de futebol Carlitos Tevez, eu quero pedir permissão a V. Ex^a para homenagear também o brasileiro Ronaldinho Gaúcho, escolhido o maior jogador do mundo. Quem tem jogadores como os que o Brasil tem não precisa homenagear, eventualmente, aqueles que, pelo sucesso de uma temporada, merecem destaque. O Brasil tem um celeiro de jogadores de futebol, e V. Ex^a, como brasileiro, como amante do futebol, tenho certeza, se associará a mim na homenagem a Ronaldinho Gaúcho.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Incorporo inteiramente a sugestão de V. Ex^a. Ronaldinho Gaúcho tornou-se o maior craque do futebol europeu e é considerado hoje, com justiça, o maior craque dos campos de futebol do mundo. Certamente, isso tem cooperado muito para que o Brasil, através do futebol, do esporte, tenha admiradores para a nossa Nação em todos os países do mundo.

Incorporo e abraço a sua homenagem ao Ronaldinho Gaúcho.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Deus o trouxe em boa hora.

Eu estava ouvindo, atentamente, à crônica esportiva do Senador Suplicy – não sou corintiano – e ao aparte muito justo do companheiro Heráclito Fortes. Ouvi que o Presidente Lula recebeu os jogadores do Corinthians, mas não recebe os professores da universidade federal que estão em greve há cem dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comunico à Casa que ainda não foi possível fazermos um acordo para que votarmos o Item 1 da pauta, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005.

Em razão desse fato, transferimos a Ordem do Dia para amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória
nº 261, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos
termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do projeto de lei de conversão nº 31, de 2005 (proveniente da medida provisória nº 261, de 2005), que abre

crédito extraordinário, em favor do ministério da previdência social e de encargos financeiros da união, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica.

Relator revisor:
Prazo Final: 29-3-2006

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.351, de 2005.

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das*

Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).*

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro

signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

8 REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1998

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.059, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).*

9 REDAÇÃO FINAL DA EMENDA DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2003

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.061, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na Casa de origem), que *altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.*

10 REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2004

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.060, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.*

11 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de origem), que *denomina "Viaduto Colonizador Énio Pipino" o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na BR-163.*

Parecer sob nº 1.956, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com apresentação da Emenda nº 1-CE, de redação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos para a sua intervenção.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ouvimos, há pouco, a comunicação inadiável e relevante do Senador Eduardo Suplicy de que o Presidente Lula recebeu os jogadores do Corinthians. Realmente, isso é de grande relevo, Senador, para a Nação brasileira.

Também ouvi, hoje de manhã, Senador Eduardo Suplicy, o relato comovente de uma senhora tetraplégica que também foi recebida pelo Presidente da República há dois anos, quando a ele ela narrou o drama do seu pai, proprietário de empresa de ônibus extorquido pela Prefeitura do PT em Santo André.

Ela narrou a todos nós a quase indiferença com que o Presidente da República a ouviu, prometendo providências, prometendo procurá-la. Não tomou providência alguma nem a procurou jamais. Ela esperava ver no Presidente da República uma explosão de indignação. Viu um homem desviando a conversa, fazendo perguntas sobre o estado de saúde dela. O que ele menos queria saber era sobre a corrupção em Santo André. Ele já era Presidente da República. Eu queria que ele tivesse dado a essa senhora a mesma atenção que deu aos jogadores do Corinthians.

Mas, Sr. Presidente, ouvimos também o Senador Antonio Carlos Magalhães falar em um milhão pago pelo PT à Coteminas, do Vice-Presidente da República.

Senador Antonio Carlos Magalhães, depósitos de menos de 10 milhões não impressionam mais ninguém, não são mais corrupção neste País. Um milhão é troco.

Senadora Heloísa Helena, eu ouvia há pouco V. Ex^a falar sobre troca de favores entre Presidência da República e Congresso em torno de emendas parla-

mentares. Senador Heloísa Helena, isso não escandaliza mais ninguém. Sabe o que dizem? Isso é da política, é próprio dos costumes políticos.

Senadora Heloísa Helena, eu e V. Ex^a somos “dom quixotes”, somos figuras patéticas, deslocadas no tempo, quase ridículas. Falar em ética neste País, nessa política podre do País, começo a me sentir ridículo, Senadora, e **vox clamantis in deserto**.

E por falar em Orçamento, Senadora, li uma notícia preocupante, que está passando despercebida, a esse respeito. Um jornal de ontem noticiou que, na proposta orçamentária para 2006 – veja bem, Senadora –, as verbas de publicidade subiram 44% em relação a 2004. Serão R\$322 milhões, dos quais R\$156 milhões para propaganda institucional. Leia-se: propaganda eleitoral! Gostaria que estivessem aqui os Líderes do PSDB e do PFL para alertá-los para a batalha no Orçamento. Cento e cinqüenta e seis milhões para propaganda institucional! Note-se que, de acordo com a Lei Eleitoral, só poderão ser gastos até junho. Cento e cinqüenta e seis milhões, de janeiro a junho, serão 25 milhões por mês, em propaganda eleitoral.

Senador José Agripino, estou alertando o PSDB e o PFL, pois são Partidos que têm mais força numérica do que o meu na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Segundo o jornal **O Globo**, do Rio, as verbas para publicidade, no Orçamento para 2006, subiram 44% em relação a 2004. Trezentos e vinte e dois milhões, dos quais cento e cinqüenta e seis para propaganda institucional, propaganda eleitoral, gastos de janeiro a junho. Vinte e cinco milhões por mês, Senador!

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Jefferson Péres?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Veja bem: o Presidente que aí está, cambaleante, quase moribundo política e moralmente, vai gastar vinte e cinco milhões por mês em propaganda eleitoral. Primeira inconveniência. Segunda: já vimos que não são mais as empreiteiras as fontes de financiamento de campanha, Senadora Heloísa Helena. Agora são as agências de publicidade. Cento e cinqüenta e seis milhões servirão, ao mesmo tempo, para a promoção pessoal do Presidente – candidatíssimo! – e para alimentar um novo “valerioduto”. Isso não pode passar!

Concedo o aparte, em primeiro lugar, ao Senador Sérgio Cabral.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Senador Jefferson Péres, gostaria apenas de corroborar com V. Ex^a e lembrar que o valor de R\$156 milhões é da administração direta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Direta só não. Com as estatais vai um bilhão.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Exatamente. Todas voltadas para o projeto eleitoral, todas com a restrição de calendário que V. Ex^a apontou. E V. Ex^a faz muito bem. Faço um comparativo com o que vivi na sexta-feira, Senador Jefferson Péres, V. Ex^a que é um profundo conhecedor do Estado do Rio de Janeiro. Voltava eu de Campos dos Goitacazes, no norte do Estado, pela BR-101. Certamente, no Iraque não existe uma estrada semelhante à BR-101, no trecho que liga Campos ao Rio de Janeiro. Chovia muito e contei mais de oitenta automóveis parados na estrada, com pneus furados, suspensão quebrada, caminhões tombados. Ou seja, este é um Governo leniente e incompetente, um Governo que está preocupado em fazer publicidade com o objetivo de divulgar qualquer coisa do proselitismo político, porque não tem o que divulgar, com objetivos, como V. Ex^a explicitou, escusos, utilizando as agências de publicidade para outros fins, como verificamos no “valerioduto”. V. Ex^a está de parabéns. Fiz um relato do que vi na BR-101, na última sexta-feira: uma situação calamitosa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A propósito, Senador Sérgio Cabral, que é Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital é a segunda cidade que mais amo – a primeira é a minha Manaus e a segunda é o Rio de Janeiro –, veja o estado em que se encontra seu Estado, com as estradas esburacadas, a questão da segurança pública, os três fatos ocorridos na semana passada. O narcotráfico comete crime hediondo, mata cinco pessoas, toca fogo em cinco pessoas. A polícia não encontra pistas; vem outro bando, desta vez de narcotraficantes, faz o papel de polícia, de Judiciário, e pune os que incendiaram o ônibus, executando quatro pessoas. É o vácuo do Estado. E mais – um caso que só acontece no Brasil e em nenhum país do mundo –: o chefe do tráfico na Rocinha, cujo nome esqueci, decretou que não haverá outros crimes, desde a Barra até Humaitá, porque outros criminosos, assaltantes e vagabundos estão atrapalhando o narcotráfico. Ele decretou que o narcotráfico vai acabar com os outros tipos de crime em todo o seu “pedaço”. Acabou o Poder Público no Rio de Janeiro!

Senador Sérgio Cabral, faço uma provocação a V. Ex^a, no bom sentido: vamos colocar R\$156 milhões do Orçamento para a segurança e para as estradas no Rio de Janeiro.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – É uma belíssima idéia. Até porque, Senador Jefferson Péres, o previsto para a área de segurança pública do Governo Federal para o Rio de Janeiro não foi nada até agora.

O ano acaba agora em dezembro, e não foi um tostão repassado para o Estado do Rio de Janeiro. V. Ex^a tem razão. Já tive a oportunidade de me manifestar a esse respeito. Tem que haver uma ação articulada dos três níveis de Poder, sem politicagem; uma ação enérgica das autoridades de segurança; intervenções urbanas nas favelas para acabar com esses guetos, com essas verdadeiras fortalezas. Já tive a oportunidade de passar para V. Ex^a a minha impressão e as minhas propostas. Mas V. Ex^a tem toda razão em colocar esses recursos em estradas e em segurança pública. Parabéns.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador José Agripino, ao conceder o aparte a V. Ex^a, faço uma sugestão: além da batalha para suprimir esses R\$156 milhões do Orçamento para 2006, colocar na LDO – a Lei de Diretrizes Orçamentárias –, daqui para o futuro, zero para a propaganda institucional em ano eleitoral.

Ouço V. Ex^a, Senador José Agripino, com muito prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jefferson Pérés, V. Ex^a aborda, com muita propriedade, um assunto que seu Partido e seu Gabinete já identificaram como problema a ser extirpado do Orçamento para o próximo ano. Veja V. Ex^a que a Ordem do Dia de hoje contém uma medida provisória sobre a qual existem muitas dúvidas. Trata-se de um crédito concedido, de um dinheiro já gasto. A medida provisória está para ser aprovada, mas todo o dinheiro já foi gasto. A informação de que dispomos é que esse dinheiro, destinado à saúde, foi gasto em programas sociais. Veja a qualidade da elaboração do Orçamento. Quando é defeituoso, a que leva! O Governo, a essa altura, no final do ano, suplementa um ramo de atuação por meio de outro, utilizando inclusive vinculações constitucionais. Este é um Governo que, definitivamente, não está adestrado para governar. O Orçamento do próximo ano tem de ser objeto de análise com lupa. Não se trata de obstruí-lo. Não passa pela nossa cabeça obstruir o Orçamento, mas não vamos, em hipótese alguma, apreciar, votar e aprovar o Orçamento sem uma detida análise sobre o ponto para o qual V. Ex^a chama a atenção e sobre vários outros pontos em que as Assessorias do PFL, do PSDB e de diversos partidos já estão se debruçando. O Orçamento do próximo ano, que é ano de eleição, tem que ser visto com lupa, com lente de aumento, a fim de corrigir as distorções que a todo momento flagramos no Orçamento Geral da União.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Senador José Agripino. Conte com a solidariedade do PDT para esse exame minucioso, criterioso do Orçamento. Não se trata de obstrução – V. Ex^a disse muito bem –, mas não vai passar aqui o que o Governo

quiser. Em ano eleitoral, palanque para esse cidadão ficar mais quatro anos aí, definitivamente, não.

Senador Heráclito Fortes, ouço-o com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Jefferson Pérés, parabéns pelo alerta que faz à Casa e à Nação. V. Ex^a tem toda razão. Vai-se votar, teoricamente, um orçamento de publicidade para o ano inteiro, quando as restrições eleitorais limitam a um curto espaço. Este Governo nunca economizou em publicidade; pelo contrário, tem sido pródigo em gastar e gasta mal na publicidade. E gastar de maneira pouco entendida, as CPIs que tratam do assunto estão aí para mostrar. De forma que, esse alerta feito por V. Ex^a é oportuno e foi reforçado pelo Senador Sérgio Cabral. Junte-se a isso a administração indireta, onde o orçamento é maior. Vimos, recentemente, em órgãos, por exemplo, como o Banco do Brasil, que esse orçamento de publicidade foi alta e criminosamente manipulado. De forma que eu me congratulo com V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Senador Heráclito. Ao que eu sei, o orçamento das estatais para a publicidade irá a mais de R\$700 milhões, somados aos R\$322 milhões, Senador Efraim Moraes, serão R\$1 bilhão gastos no ano eleitoral. Repeito: propaganda eleitoral e fonte, quem sabe, de um novo “valerioduto”.

Senadora Heloísa Helena, ouço-a realmente com muito prazer.

A Sra. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Primeiro, agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a, Senador Jefferson. Agora veja: o pior – e aí tem V. Ex^a razão e merece os parabéns, inclusive por ter apresentado um projeto que enquadra em crime contra a Administração Pública e crime de responsabilidade a publicidade feita para promoção pessoal. Esse projeto de V. Ex^a tem de ser o mais rapidamente aprovado pelo Plenário da Casa, porque é essencial. No entanto, o mais doloroso, Senador Jefferson Peres, relaciona-se àquele item da administração pública que traz o termo “publicidade”, cujo sentido é, por exemplo, apresentar à sociedade a transparência das contas públicas. Aquele termozinho da Constituição que se refere a publicidade é isso. É um dos atributos que precisa ter a Administração Pública: a publicidade. Ou seja, todos os fatos da Administração Pública precisam ser tão transparentes que possibilitem o acompanhamento da sociedade. Eu vejo pouco televisão, mas eu sei exatamente qual é a publicidade oficial, porque é vista quando ligamos a televisão, na propaganda dentro do aeroporto ou numa viagem que fazemos... V. Ex^a já viu alguma publicidade oficial, por exemplo, alertando as meninas da problemática da gravidez na adolescência? Alertando aos jovens sobre a questão da utiliza-

ção das drogas psicotrópicas? Isso era o que deveria acontecer todos os dias. O que é direito da mulher e do homem em relação ao aparato de segurança pública; em relação ao serviço de educação e saúde para que o cidadão, ao ser comunicado do seu direito, lá estivesse cobrando o acesso ao direito e monitorando a eficácia e a racionalidade da Administração Pública. V. Ex^a já imaginou uma publicidade em que o governo pudesse prestar contas da execução orçamentária, para que não coubesse a dúvida – aliás não é dúvida, e sim certeza – sobre a sem-vergonhice e o banditismo político, que estabelece a promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional? V. Ex^a já imaginou o que é isso? O Governo poderia, na propaganda, dizer que estavam previstos, por exemplo, R\$54 milhões para os programas de prevenção à violência; que, embora esses recursos sejam insignificantes se comparados aos R\$180 bilhões entregues aos parasitas sem pátria do capital financeiro, o Governo fez isso ou aquilo. Por que não vai fazer isso? Porque liberou zero real para os projetos de prevenção; liberou só 2% para a área de saneamento e nem 3% para a área de habitação. E, como as relações da liberação do recurso público são, ora pela promiscuidade política, ora pelo setor financeiro, onde se pode instalar um “propinódromo”, a publicidade, como bem disse V. Ex^a, serve, única e exclusivamente, para a promoção pessoal e, portanto, para fins eleitoreiros. Eu gostaria muito de ver a publicidade alertar as nossas meninas, os nossos meninos, os direitos das mulheres e sobre aparato de segurança pública. Infelizmente, nada disso acontece. Quero, portanto, saudar com entusiasmo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senadora Heloísa Helena, o meu projeto de lei que tipifica como crime de improbidade a promoção pessoal na publicidade oficial foi aprovado em caráter terminativo e deve estar seguindo para a Câmara, mas acho que não basta.

Gostaria muito de mudar a Constituição.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Jefferson Péres...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Já lhe concedo a palavra, Senador.

Seria apenas a publicidade oficial, Senadora, exclusivamente para campanhas educativas de utilidade pública. Se eu tivesse poder neste País, seria o primeiro projeto que mandaria para cá. Nada de publicidade.

Senadora Heloísa Helena, se eu fizesse um bom governo, o povo saberia; não é preciso colocar na televisão. Ou será que eu mudaria? Como gostaria de me testar. Será que o poder corrompe mesmo? Será que você vira patife quando chega ao governo, Sena-

dora? Gostaria muito de me testar. Duvido muito. Acho que quem se mostra patife no poder é porque já era, sempre foi; revelou-se apenas. Não acredito que as pessoas mudem da água para o vinho. Não acredito mesmo nisso. Mas gostaria muito de me testar.

Senadora, V. Ex^a ainda quer falar alguma coisa?

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Depois, se sobrar tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permitir?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Efraim Moraes, concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Jefferson Péres, parabéns pelo seu pronunciamento e pela proposta que V. Ex^a faz. Incorporo-me a ela sem obstrução. V. Ex^a propôs ao Rio de Janeiro mudanças na questão da segurança, que é um problema nacional, e na questão da infra-estrutura. Estamos hoje, Senador Jefferson Péres, com 100 dias de paralisação dos professores universitários por falta de diálogo. O que simplesmente desejam os senhores professores – e olhe que é com o Governo do PT – é sentar à mesa para conversar. E o Ministro diz que, se a categoria não voltar ao trabalho, caberá ao Governo cumprir a lei e cortar salários. Veja V. Ex^a qual é a linguagem do PT para com os professores universitários, pessoas que estiveram o tempo todo ao lado do Presidente Lula e do PT. Agora, eu quero só dizer que educação é um serviço público essencial, que tem de ser tratado com responsabilidade a partir de quem educa, que são os professores. Então, por que, dentro da proposta de V. Ex^a, não pensarmos em fazer com que as universidades voltem a funcionar normalmente, dando o aumento que merecem os professores, elevando as condições de infra-estrutura, para que possam funcionar nossas universidades públicas? É mais uma proposta que eu espero que o Governo tente ouvir, para que este País possa continuar trabalhando.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tem razão, Senador Efraim Moraes, mas educação não é prioridade deste Governo, nem foi de outro. Eu sou professor universitário, Senador Efraim Moraes; passei mais de 20 anos dentro de uma universidade, Universidade Federal do Amazonas, vendo o PT gritar contra os governos e fazer greves nas universidades. Está aí: 100 dias de paralisação. Morderam a língua, Senador Efraim Moraes.

Senador Almeida Lima, cedo-lhe o aparte.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Jefferson Péres, considero uma grande irresponsabilidade, irresponsabilidade sem tamanho, a decisão

do Presidente Lula em gastar R\$25 milhões por mês, em propaganda. Para as universidades, nada; para pesquisa, muito menos; vai jogar o dinheiro na lata do lixo. Primeiro, porque o Governo não tem o que mostrar – quando o Governo faz, o povo vê, independentemente de propaganda. Segundo, porque o povo não acredita mais nas mentiras que o Governo conta; tenha certeza V. Ex^a. Na verdade, o desperdício é irmão gêmeo da corrupção. E não é outra coisa que o Presidente pretende fazer: vai desperdiçar o dinheiro do povo brasileiro. Parabéns pela oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Senador Eduardo Suplicy, vou ouvi-lo com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a, ao observar...

(Interrupção do som.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não estou ouvindo V. Ex^a, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O sentido que quis dar ao meu pronunciamento foi o da integração entre a Argentina e o Brasil e o exemplo dado, que achei altamente relevante. Considero ser inadiável fazer um pronunciamento para observar que a vinda de um jogador argentino ao Brasil trouxe um efeito muito significativo do ponto de vista humano e das relações entre os dois países. Gostaria também de observar que, com respeito ao projeto de lei relativo àquilo que o Poder Executivo pode gastar em publicidade, somente para questões efetivas de informação, seja de interesse público, da saúde da população...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero dizer que considero relevante esse projeto e o apóio. Desejo conhecê-lo melhor, porque creio que a idéia deve ser seriamente considerada por nós.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Eduardo Suplicy, ao subir na tribuna fiz uma brincadeira com V. Ex^a. Não me leve a mal; eu o respeito muito. V. Ex^a é um daqueles petistas honrados que eu realmente, sinceramente, respeito.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Jefferson Péres, peço a palavra para fazer um pequeno aparte.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para encerrar com chave de ouro, concedo um aparte a minha querida amiga Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Meu querido amigo, Senador Jefferson Péres, V. Ex^a trouxe

uma frase muito importante sobre o poder. Às vezes, pensando sobre algumas pessoas com quem, de alguma forma, convivi ao longo da minha vida, independentemente de partido político, vinha-me a seguinte dúvida: seria possível que elas, ao tocarem os tapetes supostamente sagrados do Palácio do Planalto ou ao alçarem postos importantes do Congresso Nacional, do Poder Judiciário ou de qualquer lugar, pudessem mudar tanto? Senador Jefferson Péres, há uma frase – não sei a que autor ela é atribuída – que é muito preciosa: “O poder não muda as pessoas, revela-as”. Acontece, porém, que às vezes a revelação é tão assustadora e tão cruel, que é capaz de arrancar um pedaço do nosso coração, tamanha a dor e o sofrimento que essa revelação nos impinge. É terrível a sensação que nos assalta quando percebemos que o comportamento de determinadas pessoas que supúnhamos conhecer não correspondia à realidade, era só um jogo sórdido, manipulador, com diversas variáveis realmente difíceis de imaginar. Portanto, o poder – tem razão V. Ex^a – não muda as pessoas, apenas as revela.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente Renan Calheiros, quero evocar o art. 14 para poder me dirigir aos meus Pares e falar a respeito de algo que me foi atribuído, sobre assunto específico relativo ao Estado de Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra na forma do art. 14, para uma explicação pessoal, por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, meus nobres Pares, meu nobre Líder Arthur Virgílio, Líderes de todos os partidos, integrantes desta Casa e meu querido e respeitado povo brasileiro e tocantinense, quero, sem pretender transformar esta minha fala em busca de qualquer solidariedade, trazer com muita firmeza, clareza e convicção, esclarecimentos e medidas que adotei, enquanto Presidente do PSDB no Estado do Tocantins, relativos à prisão de criminoso que se tornou nacionalmente conhecido a partir de fatos que vieram a público recentemente, fatos relativos à prisão desse cidadão e ao seu envolvimento com o narcotráfico.

Sr. Presidente, desde a sua atuação no norte de Goiás, passando pela criação de Tocantins e chegando aos dias de hoje, meu pai tem 40 anos de vida pública. Como alguns noticiosos quiseram, de uma forma bastante desonesta, vincular a figura desse cidadão à de meu pai, quero fazer um primeiro esclarecimento.

Nesses 40 anos de vida pública, essa figura, presa pela competência e pelas investigações da Polícia Federal, jamais esteve num palanque em que meu pai

estivesse como candidato. Ele surgiu na vida pública do Tocantins, como candidato, em 2002. Neste ano, era candidato ao Governo do Estado de Tocantins o Sr. Marcelo de Carvalho Miranda, em uma coligação na qual não fui candidato, assim como não o foi meu pai. Nem por isso, porém, eu seria leviano a ponto de dizer que aqueles que estavam naquele palanque teriam qualquer responsabilidade pela atividade criminosa desconhecida de um cidadão, que desconhecido é também em meu Estado.

O fato é, Sr. Presidente, que ele veio a filiar-se ao PSDB e disputou a prefeitura de um Município. E aí alguém, num **blog** – e posso citar o jornalista Ricardo Noblat, com quem ontem mantive contato telefônico; ele publicou na íntegra a minha nota –, disse que eu teria dado apoio a sua campanha. Entendo até, Sr. Presidente, que não haveria nada de anormal em dar apoio à candidatura de uma pessoa que pleiteia uma prefeitura por seu partido.

Por ter ele realizado uma coligação com o PT e com o PMDB para o pleito municipal de 2004, não só não estive com ele como não fui a palanque e não participei de nenhuma das atividades de sua campanha. Não o fiz por um entendimento pessoal, político, tendo em vista que, se foi registrado como candidato, a Justiça Eleitoral não tinha conhecimento de nenhum fato criminoso. Ele apresentou as certidões negativas necessárias que qualquer cidadão tem de apresentar para ser candidato a algum cargo.

Venho à tribuna desta Casa para dizer que, tendo surgido na vida pública em 2002, ele pediu votos e foi apoiado por várias pessoas, mas não por mim nem por meu pai. Insisto em dizer que não vou atirar lama naqueles que estiveram no palanque desse cidadão, que se encontra preso e que foi expulso do meu partido, pelo fato de terem participado de um palanque de uma pessoa cujas atividades criminosas eram desconhecidas. Mas quero repelir, com veemência, algo que a mim se procura atribuir. Tendo sido ele candidato por uma coligação que não aprovei – dela discordei e da campanha não participei –, não aceito que quem quer que seja venha, utilizando-se de um oportunismo criminoso, tentar vincular a figura de meu pai ou a minha figura a um criminoso comum que está devidamente preso. A propósito, o PSDB do Tocantins, ao saber dos fatos, fez a única coisa que poderíamos fazer: expulsá-lo.

Hoje, Sr. Presidente, tive notícia de que algumas agências de publicidade do meu Estado, como agentes políticos do Sr. Governador, buscavam, desesperadamente, uma foto minha com esse cidadão. Não encontrarão, Sr. Presidente. Seria até normal haver registro em palanque, tendo sido ele candidato a deputado

estadual de uma eleição na qual não fui candidato. Mas o curioso é que o palanque utilizado foi o do atual Governador. Não é preciso vasculhar para encontrar fotos dele com o atual Governador nas redações das agências publicitárias, porque as encontrarão fácil e em fartura. Mas repito, Sr. Presidente: não atirarei lama ao atual Governador, pela coligação que os juntou num mesmo palanque, nem atirarei lama a qualquer pessoa que tenha, politicamente, com ele convivido, porque tenho a mais plena convicção de que jamais, em meu Estado, nenhuma figura com mandato, meu adversário ou meu aliado, teve o seu nome associado ao narcotráfico, ao roubo de cargas ou a qualquer outra atividade criminosa.

Por isso, de antemão, quero deixar claro e avisar aqui aos navegantes, àqueles que estão buscando, neste momento em que essa figura se transforma em assunto nacional, qualquer vinculação: não encontrarão, porque, com toda a certeza, a Polícia Federal dispõe de todas as gravações, de todas as vinculações que esse cidadão possa ter com o mundo criminoso, e, com toda a certeza, Sr. Presidente, sem nenhuma preocupação e sem a necessidade de solidariedade de qualquer sorte, não poderia fazer outra coisa, sendo Presidente do PSDB, a não ser expulsá-lo.

Repto, Sr. Presidente: a coligação da qual participou o PT e o PMDB na sua campanha municipal... Quero deixar claro também que o PT do meu Estado, que o PMDB do meu Estado, com toda a certeza, igualmente ao próprio PSDB, não tinham conhecimento das atividades criminosas desse cidadão.

É somente por isso, Sr. Presidente, por alguém ter dito que eu o teria apoiado para Prefeito, numa campanha na qual eu não estive, num Município ao qual eu não fui, num palanque em que eu não subi, mas não subi por razões políticas, porque, se fosse por razões criminosas, candidato ele não seria não apenas por mim, mas pela própria Justiça Eleitoral.

Então, é oportunismo de certas pessoas que sei que têm dificuldades de me combater politicamente no meu Estado e que estão divulgando notas dizendo que, tendo sido preso esse rapaz, poderiam ou intentariam envolver a minha imagem e a do meu pai, que não teve a oportunidade sequer de conhecer tal figura, porque, ao longo dos quarenta anos de vida pública em que meu pai foi candidato, esse rapaz não estava no cenário político do Tocantins. Esteve a partir de 2002, quando não fui candidato, nem o meu pai.

Quero deixar isso muito claro, Sr. Presidente. Eu não poderia fazer diferente ao ver uma notícia ser veiculada num jornal, ou num **blog**, ainda que a Imprensa nacional tenha dado o tratamento mais correto que eu entendo o fato mereça. Eu não poderia deixar de

trazer estes esclarecimentos, que vêm acompanhados do aviso de que não aceitarei isso e terei todas as condições de deixar muito claro que essa figura de atividades criminosas que está hoje entregue aos cuidados das autoridades judiciais e policiais não tem, no mundo político, qualquer vínculo que possa atingir a minha honra ou a de pessoas que estiveram com ele no palanque.

Sei que quem esteve no palanque com ele só podia desconhecer que se tratava de um criminoso, senão não o teria feito. Refiro-me aos meus adversários de hoje, que dividiram o palanque com ele em 2002, em campanha e em comícios em que eu não estive. Mas digo a eles que não me utilizarei dessa metodologia para combatê-los. Essa é uma forma criminosa de fazer política, tão criminosa quanto as ações daquele que preso está, merecidamente, e que expulso foi do meu Partido, assim que tivemos a primeira notícia de suas ações, das quais não tínhamos conhecimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, quando estava presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, recebi um atestado médico de um dos depoentes previstos para amanhã, o Sr. Roberto Carlos da Silva Kurzweil. O referido documento atesta que o depoente não está em condições de vir à reunião da CPI.

Tomamos a providência cabível e encaminhamos o atestado ao Dr. Cantidio Lima Vieira, Presidente da Junta Médica do Senado. Recebemos, então, a comunicação da referida Junta, que disse que a enfermidade apresentada no documento não justifica o impedimento de sua oitiva.

Comunico, assim, aos Srs. Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos que amanhã haverá também a oitiva do Sr. Roberto Carlos da Silva Kurzweil.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente, agradecendo ao Dr. Cantidio Lima Vieira e ao Dr. Paulo Roberto Rodrigues Ramalho, que é Diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social. Por oportuno, já convocamos a Junta Médica do Senado para estar presente na reunião da CPI, caso se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concederei a palavra a V. Ex^a também antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Jorge Bornhausen.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio pode falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço inscrição, nos Anais da Casa, da nota de esclarecimento da Assessoria de Imprensa do PSDB do Estado de Tocantins relativa às notícias divulgadas na Imprensa nacional sobre o envolvimento do Sr. Misilvan Chavier dos Santos com a prática de ilícitos criminais.

O Senador Eduardo Siqueira Campos, à farta, já se manifestou sobre isso e sobre a imediata expulsão desse filiado. Portanto, creio que as satisfações todas que são devidas à opinião pública estão contidas nessa nota objetiva da Executiva Regional do PSDB do Tocantins.

Louvo o Senador Eduardo Siqueira Campos pela presteza com que a Seccional tocantinense agiu e, ao mesmo tempo, pelo seu desempenho ao imediatamente se colocar à disposição para todos os esclarecimentos, tendo usado aquela que é a morada do verdadeiro Parlamentar: a tribuna da Casa a que pertence.

Portanto, peço inscrição nos Anais da nota de esclarecimento do PSDB do Tocantins.

Obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Executiva Regional do PSDB no Estado do Tocantins, face às notícias divulgadas na imprensa nacional, relativas ao envolvimento do Sr. Misilvan Chavier dos Santos com a prática de ilícitos criminais, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Nas eleições de 2002, o Sr. Misilvan foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido Social Liberal – PSL. Nas eleições de 2004, foi candidato a Prefeito da cidade de Tupyratins

– TQ pela coligação PSDB/PMDB/PT. Nos dois pleitos ele não se elegeu;

2. Temos a convicção de que, não só o PSL em 2002, bem como PSDB, PMDB e PT, partidos que homologaram a coligação para o pleito municipal de 2004, denominada “*Tupiratins para todos*”, desconheciam completamente as atividades criminosas do Sr. Misilvan, situação essa que entendemos se estender também à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral, haja vista que nenhuma impugnação foi apresentada ou qualquer notícia sobre conduta criminosa do então candidato foi divulgada à época das eleições das quais ele participou. Cumpre ressaltar que a própria Polícia Federal, com todos os recursos de que dispõe, passou três anos investigando o caso, que só agora se tornou público;

3. Quando foi divulgada a primeira notícia da apreensão do avião pilotado pelo Sr. Misilvan e sua fuga, o PSDB do Tocantins adotou todas as providências possíveis no âmbito partidário, em especial, a imediata expulsão do acusado dos quadros do PSDB, em respeito à população e aos seus 16 mil filiados no Estado do Tocantins;

4. Tendo adotado todas as providências cabíveis no âmbito partidário, o caso está agora sob a alcada das autoridades policiais e judiciárias, nas quais confiamos integralmente para as demais investigações e penalidades que a situação requer. **Melck Aquino**, Assessor de Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, registro o nosso requerimento de voto de aplauso para a Rádio Senado e, em especial, para a jornalista Nara Ferreira, por ter sido homenageada e ter obtido medalha de prata do prêmio de jornalismo *Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism*, da Associação de Correspondentes das Nações Unidas (Unca), anunciado no dia 2 de dezembro último, durante cerimônia de que participou o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. O prêmio se refere ao programa **Os 60 Anos da Carta das Nações Unidas**, veiculado no dia 26 de junho passado, aniversário da Carta de São Francisco.

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar a nossa querida Rádio Senado e, de forma muito especial, a jornalista Nara Ferreira, premiada internacionalmente pelo reconhecimento do seu importante trabalho na divulgação das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a.

Esta Presidência, em nome de todos os membros da Mesa, associa-se ao voto de aplauso proposto pela Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, aguardei a realização do vigésimo evento realizado pelo Partido da Frente Liberal este ano, que obteve amplo sucesso, ontem, na cidade de Teresina. Ficou, de forma marcante, configurada a preferência do Partido pelo eminentíssimo Senador Heráclito Fortes.

Quero registrar que, em 1985, criamos, por dissidência, a Frente Liberal; mais precisamente em 24 de janeiro de 1985, constituímos o PFL, que foi instrumento fundamental para a formação de uma aliança democrática para que pudéssemos, de forma concreta, fazer a travessia do País para a democracia plena, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

Passaram-se vinte anos daquele momento que consagrou uma transição sem seqüelas, na paz e no reconhecimento da necessidade da democracia no País.

O PFL, durante esses vinte anos, participou dos processos políticos, por meio das eleições presidenciais e de sua representação no Senado e na Câmara, pela presença de Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. Sempre que teve sucesso foi Governo. Assim o foi no segundo turno de 1989, em 1994 e em 1998, quando formou aliança com o PSDB e o PTB, e as urnas consagraram Presidente o eminentíssimo Senador Fernando Henrique Cardoso e Vice-Presidente o nosso Líder Marco Maciel. Aliás, S. Ex^a foi o Presidente número um do Partido, como Aureliano Chaves, José Sarney, Guilherme Palmeira e outros Senadores e Deputados, que foram os líderes daquela posição firme que redundou no Partido de que hoje nos orgulhamos pertencer.

Em 2002, terminado o pleito, com o resultado do segundo turno no dia 27 de outubro, já no dia 31, de forma correta, seguindo uma regra democrática de que quem ganha é Governo e quem perde é Oposição e de que o Governo deve bem governar e a Oposição deve fiscalizar, em nota pública, a Comissão Executiva Nacional declarou-se em oposição responsável e fiscalizadora.

Assim entramos 2003, já mostrando que o primeiro **Diário Oficial** do Governo atual sinalizava pela falta de preocupação com a coisa pública, com o gasto público, ao criar Ministérios desnecessários para

aqueles que foram derrotados, no Partido vencedor, para cargos de Governador e Senador, criando-se, assim, uma fórmula de um seguro-desemprego para os derrotados na eleição.

Reclamamos quando, já no Governo de transição, vimos o aumento de tributos, uma regra ocorrida em todo o ano de 2003 e que redundou numa recessão que levou no País a mais de um milhão de desempregados novos, e 2,5 milhões de brasileiros caíram da classe média para a classe dos pobres.

Em 2004, não faltou a voz do PFL para pedir esclarecimentos e investigações sobre o caso Wal domiro Diniz. Tivemos de lutar com o PDT e com o PSDB para obter posteriormente ganho de causa no Supremo Tribunal Federal e ver funcionando a CPI dos Bingos. Não faltou a nossa palavra em relação à equivocada política externa do atual Governo, que tem sido uma seqüência de derrotas em todas as postulações internacionais. Não faltou a palavra do PFL ao reclamar a crise da segurança pública, desleixada, secundária e com ações que não se concretizam na atual Administração.

As eleições de 2004 mostraram, desde já, que havia uma reação que começara na classe média, surpreendida com a falta de cumprimento dos compromissos de campanha, hábito salutar da boa honestidade política, e já, do Rio de Janeiro para baixo, os resultados desfavoreceram ao Governo e ao seu Partido e mostraram que a Oposição fiscalizadora estava tendo os resultados que poderia colher pelas urnas, o veredito popular mais importante.

No mesmo ano, o Governo se vangloriava do crescimento de 5%, mas não dizia à Nação que esse índice era um crescimento sobre 0% e, enquanto países emergentes cresciam a 7%, 8%, 9%, 10% sobre a mesma proporção de anos anteriores, atingimos esse índice medíocre que não recuperava os empregos e aumentava a informalidade.

Em 2005, viu-se o PFL, já no dia 3 de janeiro, envolvido numa luta com a sociedade, com o setor produtivo, especialmente com a pequena e a média empresa, com os prestadores de serviço, na defesa, mais uma vez, do contribuinte brasileiro quanto à Medida Provisória nº 235.

Faltou ao Governo a sensibilidade. Continuou a tributar sem cortar gastos, sem investir e aumentando o custeio, partilhando de um grave erro que terá graves consequências no futuro.

A crise ética que veio a ser objeto do conhecimento público dos brasileiros no mês de maio teve, na defesa intransigente da apuração, da investigação e da penalização, a posição do Partido da Frente Liberal.

Lutamos para abrir as CPIs. Lutamos para prorrogar as CPIs. Estamos lutando para que haja o conhecimento de tudo e para que os culpados mereçam as punições quer na Justiça quer no Parlamento.

Mas o PFL não se descuidou quando completa va vinte anos, não ficou apenas na posição correta da oposição fiscalizadora e responsável, mas preparou o terreno para renovar-se, modernizar-se e atualizar-se. Assim é que marcamos para este ano o nosso congresso de refundação.

Escolhemos especialistas para programar um novo modelo econômico que pudesse traduzir o sentimento da sociedade e do Partido, que quer menos impostos e mais empregos. Chamamos o professor Cláudio Adilson Gonçalves e a MCM, convidamos o eminent ex-secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, o professor Raul Velloso, o professor José Pastore, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para produzirem trabalhos que pudesse substanciar o nosso projeto de refundação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Tivemos ainda como colaboradores Dionísio Dias Carneiro, também professor da PUC do Rio de Janeiro, e Nilton Molina, um especialista em Previdência.

Fizemos seminários e trouxemos todos os integrantes do grupo para debater com os integrantes da Executiva do Partido, Deputados e Senadores. No dia 20 de maio, no Rio de Janeiro, ao participarmos do encontro da Internacional Democrática de Centro, presidido pelo ex-Presidente do Governo da Espanha, José María Aznar, fizemos com que se concretizasse um seminário sobre um tema que é importante e que está se renovando perigosamente no mundo moderno, tanto na Europa, como na África, na Ásia e, especialmente, aqui na América Latina: o populismo. Fizemos com que fosse debatido o problema da democracia com o populismo, um mal que assusta, atemoriza e tem que ser a tempo combatido nas nações que estão vivendo o perigo do populismo.

Destaco ainda que, mais uma vez, o Presidente da República, equivocadamente, sem pensar a fundo, pronunciou-se sobre a questão da eleição da Bolívia e apoiou o líder dos cocaleiros para presidente daquele país. Intromissão indébita, errada, caminho para o populismo em mais um país da América Latina, se isso vier a acontecer.

O Congresso de Refundação ocorreu simultaneamente à Internacional Democrática de Centro. E os documentos que foram objetos do seminário, visando à elaboração de um programa consistente para o Partido da Frente Liberal, foram, de maneira muito inteligente,

concentrados em dois projetos, em dois documentos que foram redigidos pelo eminentíssimo ex-Ministro Gustavo Krause. Um dizia respeito aos compromissos programáticos que estávamos assumindo, sob o seguinte enunciado:

[...] o PFL [...] distante tanto do conservadorismo imobiliário quanto da demagogia populista, assume cinco compromissos programáticos que configuram as bases para a construção de um projeto de mudança:

- aprofundar a democracia brasileira com instituições fortes e segurança jurídica;
- promover a economia do emprego e do empreendimento;
- combater a pobreza: um compromisso político e um imperativo ético;
- reformar o Estado, com vistas a robustecer seu caráter democrático e republicano;
- promover a inserção competitiva e responsável do Brasil no mundo globalizado.

Porém, não ficamos nos princípios. O documento aprovado no Congresso também diz respeito à plataforma democrática de mudanças, partindo do princípio de que um cidadão com liberdade e oportunidades ampliadas é o verdadeiro agente das mudanças. Ali – o documento está, inclusive, no *site* do Partido na Internet –, de forma explícita e com propriedade, está a descrição do que desejamos da reforma política, o inadiável aperfeiçoamento. Tenho certeza de que, se perdermos a oportunidade agora, será mais fácil atingi-la após o resultado das eleições de 2006, com o aprofundamento de ações anteriores que determinaram a cláusula de desempenho e que farão com que menos partidos estejam realmente na disputa dos pleitos eleitorais, eliminando legendas de aluguel.

Nesse documento também está clara a nossa posição sobre o Estado necessário, fora da discussão entre Estado máximo e Estado mínimo, mas quanto àquilo de que o País precisa para, sem gastos exagerados e sem um tamanho desnecessário do Estado, ter condições de crescer, de diminuir os tributos, de gerar empregos. Por isso, passa o item da reforma da economia, que tem que ser ampla e também tem que ser precedida por uma medida evidente de reforma no Pacto Federativo para estabelecimento das competências e para, como resultado, realizar uma reforma tributária.

A inclusão social é o quarto item dessa agenda de plataforma democrática, que segue com o princípio básico – sempre perseguido pelo PFL – da educação e da qualificação profissional.

Há um capítulo dirigido à saúde, para que possamos melhorar as condições atuais, que são realmente graves e não estão atendendo aos mais carentes.

A segurança pública, desprezada na atual administração, é também merecedora de um título e de um capítulo para podermos apresentar à sociedade brasileira a nossa posição.

Segue-se a questão da habitação, que não vem sendo adequada e ordenadamente utilizada pelos governos.

Depois, o documento prevê a forma de integração nacional e modernização da infra-estrutura, cuja situação atual nos preocupa, quer de portos quer de estradas, quer do não aproveitamento da Cide devidamente como determinou a lei. Não poderemos deixar de fora as políticas regionais para a integração nacional nem a questão do desenvolvimento rural.

Há um capítulo que se dirige especialmente à inclusão digital, à ciência e à inovação tecnológica.

O meio ambiente, a cultura e os esportes são abordados.

Assim, realizando vinte reuniões e vários seminários, estamos agora desenvolvendo as propostas. Para quê? Para preparamos o Partido da Frente Liberal para 2006, para seguirmos nosso rumo, nosso destino, com autoridade, com independência, com programas nítidos, claros, com transparência, com defesa da ética e com vontade de mudanças.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador e Presidente Jorge Bornhausen?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Com muita honra, eminentíssimo Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Bornhausen, quero, antes de tudo, cumprimentá-lo pela oportunidade do discurso que profere na tarde de hoje nesta Casa. Gostaria de começar fazendo uma observação. V. Ex^a, quando aludiu à criação do PFL, por uma modéstia que lhe é inata, esqueceu de incluir seu nome entre aqueles que foram os líderes de um grande movimento, que permitiu a transição do País para a democracia – com a eleição da chapa de Tancredo e Sarney, em 1985 – e que ensejou também o aparecimento do PFL, um Partido hoje adequadamente constituído e bem estruturado graças à presença de V. Ex^a na Presidência da instituição há mais de dez anos. Gostaria também de dizer que o papel do PFL ainda não foi adequadamente avaliado pela sociedade brasileira, não apenas pela sua atuação em meados da década de 1980, como também ao longo de todo um processo político do qual participou. Vale destacar especialmente nossas posições nas eleições de 1989, e, posteriormente, de 1994 e de 1998, quando, coligados

com o PSDB e com o PTB, elegemos a chapa que teve como cabeça o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas realço, como V. Ex^a já salientou, a questão do papel que agora cumpre ao PFL na Oposição. Se o PFL demonstrou competência no Governo, demonstra também competência no seu papel de fiscal, porque a Oposição é essencial a um regime verdadeiramente democrático. Não há democracia numa sociedade, em um Estado, se não houver a presença de um partido fiscal, isto é, de uma Oposição, como V. Ex^a tem frisado, fiscalizadora e responsável. E quero dizer a V. Ex^a que estamos cumprindo – e bem – esse papel. Graças a isso, creio que a Nação está muito grata ao papel que o nosso Partido vem desenvolvendo, ao lado de outras agremiações, no sentido de fazer oposição ao atual Governo, denunciando os seus equívocos, as suas falhas e apontando caminhos para fazer com que o País cresça e consolide as suas instituições. Voltando ao PFL, devo lembrar que, sob a Presidência de V. Ex^a, o Partido fez o seu processo de refundação, atualizou os seus estatutos, modernizou o seu programa e, agora, como lembrou V. Ex^a, é preparada uma proposta para as eleições de 2006. Tudo isso, naturalmente, concorre não somente para que o nosso Partido se aparelhe da melhor forma para as eleições de 2006 como contribua também para fortalecer, no País, verdadeiros partidos políticos; partidos vertebrados, consistentes, tendo, eu não diria, uma ideologia, porque Sartori insiste muito em que a democracia não reclama partidos ideológicos, mas partidos doutrinários, programáticos, ou seja, com programas. Aliás, a própria Lei Orgânica dos Partidos Políticos do Brasil não reclama ou não exige dos Partidos propostas ideológicas; antes, programas, idéias, doutrinas. É isso o que o nosso Partido tem de forma muito clara. Então, além de ter atualizado o seu programa e modernizado o seu estatuto, preparamo-nos, agora, para oferecer uma proposta às eleições de 2006. Trata-se de uma proposta moderna e compatível com os novos tempos em que vive o mundo e o Brasil, consciente de que o populismo é um vírus, que, se inoculado no tecido democrático, traz grandes prejuízos para a consolidação de uma sociedade aberta e de um governo que se caracteriza pela execução de objetivos programáticos, que o levem a uma democracia política, mas também a um processo de crescimento econômico e de transformação social, tão reclamada pela sociedade brasileira. O populismo é sinônimo do assistencialismo, de políticas salvacionistas, que são sempre aquelas que mais dano causam à sociedade em que se instalaram. Por isso, o PFL oferecerá, em 2006, uma proposta que está em sintonia com o que deseja a sociedade brasileira, com o querer coletivo de uma sociedade que

amadureceu na sua militância democrática e que está cada vez mais exigente, no sentido de cobrar do Governo práticas compatíveis com a vocação brasileira, sobretudo com as potencialidades do nosso País. Por fim, mas não finalmente, eu gostaria também de dizer que V. Ex^a fere, no seu discurso, a uma outra questão que merece uma atenção prioritária de todos nós aqui, no Congresso Nacional, que é a realização das chamadas reformas políticas. Eu preferiria, talvez, agora, chamá-las de reformas institucionais, tal o alcance e a relevância que possuem, para que possamos, de fato, dar ao País não somente verdadeiros partidos, mas criar condições para melhorar a governabilidade, que não se opera sem que tenhamos partidos sólidos e estruturados; sem que tenhamos um Congresso capaz de dar respostas às demandas da sociedade e um Poder Executivo habilitado a executar um programa de Governo compatível que o faça cumprir o seu destino histórico: ser uma Nação democrática, desenvolvida e justa. Portanto, encerro o aparte a V. Ex^a, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento, extremamente oportuno, fazendo, mais uma vez, um reconhecimento ao trabalho que V. Ex^a cumpre como Presidente do Partido e, mais do que isso, como um dos Líderes da Oposição, figura destacada na Oposição ao Governo do Presidente Lula. Com sua competência, V. Ex^a tem, portanto, ajudado a fortalecer o Partido, mas, sobretudo, ajudado a fazer com que a Oposição possa cumprir o seu papel fiscalizador, principalmente denunciando os desvios do Governo e oferecendo, por outro lado, propostas que levem o País, no futuro – espero que, em breve, em 2006 –, a retomar o seu processo de crescimento com justiça social.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que foi, sem dúvida alguma, um dos grandes construtores dessa obra partidária, o seu primeiro Presidente, que honrou o Partido com dois mandatos consecutivos de Vice-Presidente da República.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não gostaria de interromper V. Ex^a, mas sinto emoção em ouvir a exposição que V. Ex^a faz, traduzida na análise do Senador Marco Maciel, que tão bem tem estudado o aspecto político das reformas necessárias. V. Ex^a tem trabalhado intensamente no programa de discussão em comissões especiais, em manifestações por meio do ITN, em realizações de fóruns fora da capital, em todos os Estados praticamente, buscando mostrar à sociedade brasileira, Senador Marco Maciel, que o PFL trabalha para o interesse da população. Na Situação, V. Ex^a fez um trabalho sério, dedicado ao interesse da população, e, na Oposição, não modificou o seu comportamento. V. Ex^a tenta

corrigir as falhas do atual Governo por meio das suas propostas. Creio que V. Ex^a tem dirigido o Partido com dignidade e com respeito àqueles que nos trouxeram para cá. Eu gostaria, se V. Ex^a me permitisse lembrar, de tratar de algo que me trouxe uma alegria imensa. Depois de ouvir vários depoimentos sobre ação social, V. Ex^a constituiu uma comissão especial de grandes vultos, para estudar, em 2006, um programa sério de busca social para a população menos favorecida, inclusive na área da educação e da saúde. Então, eu não poderia deixar, com toda humildade, de fazer um aparte para cumprimentar V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço-lhe, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Antes de conceder um aparte ao Senador Edison Lobão, quero consignar a sua presença, Senador Romeu Tuma, sempre permanente, em todas as ações do PFL, nos estudos realizados, nas questões as mais diversas, inclusive na área de segurança pública. Também quero dizer que a lembrança ao trabalho do ITN é muito importante. O ITN fez um trabalho intenso na realização desses seminários, inclusive para os prefeitos municipais.

Lembro a criação do Núcleo Permanente de Estudos das Questões Sociais, que é presidido agora pelo Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, o Dr. Marcelo Garcia, um grande especialista. Isso foi consequência de seminário realizado em Salvador, ainda recentemente, com a presença também de um dos grandes especialistas, o professor Ricardo Paes de Barros.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Nunca se dirá, Senador Jorge Bornhausen, que o PFL tenha nascido para o insucesso. O PFL, ao contrário, nasceu para servir à democracia brasileira. A sua história já revela isso. Quando teve a responsabilidade de integrar o Governo, fê-lo com competência e espírito público. Na Oposição, age rigorosamente do mesmo modo. Não é um Partido intolerante, mas ativo, responsável, presente e atuante no seu papel, hoje, de oposição. Estivemos sempre na vanguarda dos grandes acontecimentos. Nenhum grande acontecimento político, neste País, de uns 20 anos para cá, deu-se sem a presença saliente do PFL. A reforma do Judiciário somente ocorreu com a rapidez com que se deu no Senado Federal graças à gerência do PFL. Antes disso, houve a reforma do Código Civil, que foi entregue a um representante do PFL, o Senador Josaphat Marinho. Estamos à dianteira em tudo aquilo que diz respeito à reforma política, de que tanto se fala hoje. Cumprimos a nossa parte, cumprimos o nosso

papel. Senador Jorge Bornhausen, esse é um Partido que cresceu graças à ação de seus integrantes e à felicidade da escolha de seus dirigentes. O Senador Marco Maciel deu-lhe elevação já na sua criação e V. Ex^a, que o dirige hoje, acompanha esses passos e dá grandeza, também, a essa fase do nosso Partido. Se eu tivesse que mencionar um episódio, mencionaria o que vivemos há três dias. Fomos, V. Ex^a, eu e tantos outros companheiros, ao Piauí, a convite do Senador Heráclito Fortes – eu representava a Senadora Roseana Sarney também –, e, ali, fez-se uma das maiores concentrações partidárias existentes nos últimos tempos em nosso País. Quase duas mil pessoas ali estavam, aplaudindo não exatamente os líderes, mas as teses defendidas pelo PFL. Portanto, só podemos nos orgulhar do Partido que tivemos no passado, na sua fundação, e do Partido que temos hoje, pelo papel que exerce no fortalecimento da democracia brasileira. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a poderia me conceder um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Em seguida, Senador José Jorge, depois do Senador Heráclito Fortes.

Agradeço ao Senador Edison Lobão, que, com muita propriedade, acrescenta, ainda, as conquistas legislativas com a participação expressiva do PFL, inclusive lembrando a mais recente, que foi a reforma do Judiciário, muito bem conduzida pelo eminentíssimo Senador e Relator José Jorge, um dos fundadores do Partido, em 1985, com um grupo de 32 Deputados.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Presidente Jorge Bornhausen, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz hoje e dar o meu testemunho do sucesso que foi o encontro, ontem, em Teresina. Como bem disse o Senador Lobão, nesse encontro, lideranças de todo o Estado discutiram temas ligados principalmente ao municipalismo brasileiro. Quero agradecer – e, posteriormente, farei um pronunciamento sobre o assunto – a presença e a solidariedade dos companheiros que para lá se deslocaram, como V. Ex^a, o Senador José Agripino, Rodrigo Maia, Vilmar Rocha, Marco Maciel, José Jorge, César Maia, ACM Neto, Pauderney Avelino, Efraim Moraes e Edison Lobão. Quero agradecer a todos que se deslocaram a Teresina para fortalecer o Partido e dizer que, posteriormente, Presidente Bornhausen, se possível ainda hoje, falarei sobre esse encontro. Agradeço a V. Ex^a pelo esforço, pela colaboração e pelo apoio que tem dado ao PFL do Piauí durante toda a sua gestão.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, que participou de uma grande reunião com a sua liderança, o Presidente Mussa Demes, o Deputado Júlio César e os Deputados estaduais, e mereceu a consagradora homenagem de ter o seu nome lembrado para ser candidato a Governador pelo PFL do Piauí. Espero que essa sugestão seja bem acatada pelo eminentíssimo Senador e amigo Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Jorge Bornhausen, também quero congratular-me com o discurso de V. Ex^a. Sou fundador do PFL com muito orgulho. Sempre tivemos grande dificuldade em expor as nossas idéias, sempre fomos criticados, mas penso que isso nos faz mais fortes. Quanto mais as pessoas nos olham para nos criticar, mais cuidado e competência temos para tratar dos nossos problemas. Nós tivemos participação importante em diversos governos e, agora, somos Oposição. Aprendemos a fazer oposição mais rapidamente do que o Governo do Presidente Lula aprendeu a governar. Portanto, estamos dando o exemplo ao Brasil de que é possível fazer uma oposição responsável e competente, que leve em conta os interesses do Brasil, acima dos interesses do Governo. Evidentemente, o comando e a Presidência de V. Ex^a no Senado, e de todos os Líderes e Senadores, têm-nos feito obter sucesso. Eu gostaria de me congratular com V. Ex^a e dizer que sou muito orgulhoso de ter sido fundador e até hoje permanecer no PFL, o que farei enquanto estiver na vida pública. Muito obrigado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, que contribuiu de forma decisiva com o Partido, como Líder da Minoria. Durante dois anos, esteve na Presidência do Partido, fazendo um trabalho reconhecido por todos os seus companheiros.

Concedo o aparte ao eminentíssimo Líder, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Presidente Jorge Bornhausen, quero ser rápido na minha manifestação, falando do orgulho que tenho em pertencer aos quadros do Partido da Frente Liberal, que ajudei a fundar. Fui um dos que, ao lado de V. Ex^a, fundou o Partido, num momento de transição difícil e de rompimento com o Governo. Já vimos para 20 anos de existência, mas o Partido, nos últimos meses ou nos últimos anos, tem-se afirmado, creio eu, em escala geométrica ou exponencial. Começa a ficar perceptível para a opinião pública que o PFL é um Partido que quer ganhar a eleição por idéias, não por questões ou atitudes eleitoreiras, mas por ter consistência, por ter formulação programática. É um Partido que não teve inibição de se refundar e que deu publicidade ao

País inteiro de que estava se refundando. E não houve crítica a esse fato, pois teve a humildade de dizer ao País: “Eu estou me refundando. Fiz uma avaliação crítica e creio que já cumprí uma etapa. Agora, quero cumprir uma etapa nova, com fundamentos novos. Estou me reciclando. Estou trazendo, para discutir a questão social, experts no assunto, com a melhor das intenções, a de dar aos brasileiros a oportunidade de crescerem no contexto social. Estou trazendo especialistas no campo econômico para discutir o Brasil nos contextos nacional e internacional”. É um Partido político na acepção reta da palavra: partido político, que representa um segmento de idéias. O responsável por isso tudo, vamos e venhamos, é V. Ex^a, que, na minha opinião, é um dos políticos mais completos deste País e merece o crédito, sem favor, de ser um dos melhores presidentes de partido deste País. Está levando nossa agremiação ao respeito da opinião pública e ao orgulho de ser pefelista.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, eminentíssimo Líder José Agripino, que participou, desde o início, da difícil tarefa de fazer um partido no Brasil, onde não há, realmente, a experiência de partidos com vida mais longa. Desde o Império, verificamos isso.

V. Ex^a foi um dos Governadores que fundou o PFL, juntamente com o eminentíssimo amigo, ex-Senador, ex-Governador Hugo Napoleão e com o Governador e hoje Deputado Roberto Magalhães. Portanto, sua palavra só acrescenta, pela liderança enérgica, mas correta e transparente, que tem na Bancada do PFL no Senado da República.

Concedo o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jorge Bornhausen, realmente, sou do PMDB. No entanto, o PFL não é privativo de seus filiados, já que o Partido enriquece a democracia no Brasil. Só entendo democracia com Partidos fortes. Agora, quero dizer do entusiasmo com que o povo do Piauí recebeu as grandes Lideranças do PFL em nosso Estado. Encerro minha intervenção citando Napoleão Bonaparte, o francês – digo o francês para que o povo do Piauí entenda que me refiro àquele Napoleão, e não, com todo o respeito, ao ex-Governador, ex-Senador e ex-Ministro da Educação Hugo Napoleão –: “Dizem que o francês é tímido, doce, mas que com um grande comandante vale por cem, por mil”. V. Ex^a é o grande comandante de um grande Partido.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, por suas generosas palavras, por sua atuação sempre amiga e próxima neste trabalho que fazemos juntos e por fazermos uma Oposição responsável e fiscalizadora.

Sr. Presidente, agradeço V. Ex^a pela oportunidade de me ter estendido e conluiu dizendo que, no dia 24 de janeiro do próximo ano, o PFL vai atingir a maioria, e o fará tendo sido Governo e Oposição, tendo respeitado todas as regras da verdadeira democracia, tendo ajudado a consolidar a verdadeira democracia, tendo ajudado a consolidar as instituições, tendo sido um instrumento à ponte da aliança democrática com o PMDB para conquistar a democracia plena. E agora, depois de refundado, de modernizado, de ter estudado os grandes problemas brasileiros, o Partido está completando o seu trabalho ao apresentar uma proposta real e factível para este País. Portanto, vamos chegar à maioria com maturidade e em condições de termos candidatos fortes às Assembléias Legislativas, aos Governos de Estado, à Câmara Federal, ao Senado da República e em condições de ter candidatos fortes a Presidente da República. Este é o caminho de um Partido que lutou para se manter e para se estabelecer com respeito perante a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui registrar, com pesar, o falecimento do Monsenhor Murilo de Sá Barreto, ocorrido no domingo, no Ceará, e cujo sepultamento será hoje.

Monsenhor Murilo de Sá Barreto, durante 40 anos, foi o grande vigário de Juazeiro do Norte, terra do Padre Cícero, foi o guardião da memória, da vida e da obra de Padre Cícero, além de ser o responsável pela romaria que anualmente acontece na região, composta por romeiros oriundos do interior do Nordeste, que até hoje homenageiam, com saudade, a vida e a obra de Padre Cícero. O próprio Monsenhor Murilo tornou-se fonte de admiração e respeito de todos os romeiros que, todos os anos, vão a Juazeiro do Norte.

No domingo último, após uma intervenção cirúrgica inesperada – algo que parecia simples –, o vigário veio a falecer, o que causou enorme consternação não só na cidade de Juazeiro, mas em toda a região do Cariri e em todo o Nordeste.

Quero, nesta oportunidade, deixar registrado o meu pesar pelo passamento do nosso querido Monsenhor Murilo de Sá Barreto, juntamente com a homenagem já prestada pela Senadora Heloísa Helena anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a intervenção de V. Ex^a.

Esta Presidência se associa à manifestação de pesar proposta por V. Ex^a e pela Senadora Heloísa Helena com relação à perda do Monsenhor Murilo de Sá Barreto. O Nordeste chora imensamente sua morte. Aqui, falo em nome do meu Estado, com o qual o Monsenhor Murilo mantinha um contato bastante próximo e ao qual fazia visitas freqüentes.

Em nome de todos os Membros da Mesa, nos associamos à manifestação de V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, inegavelmente, estamos vivendo, em nosso País, um momento de turbulência político-institucional. A sociedade exige da classe política uma resposta, sobretudo em relação à crise instalada; uma resposta que a classe política precisa dar de forma objetiva, direta e, por que não dizer, duradoura. O Brasil precisa, sem dúvida, dessa estabilidade institucional para poder transitar dentro de princípios que nos levam, que nos conduzam ao bem-estar do nosso povo.

Fala-se, portanto, com alguma insistência, da necessidade de uma nova Constituição para a cada vez mais complexa realidade nacional. E, com essa tese, aparecem tentativas de restauração de procedimentos pretéritos de convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte.

Entendemos que o nível de maturação política do eleitorado brasileiro já justifica a experimentação de um outro formato. É o que pretendemos com a presente proposta. Por ela, nas eleições federais do próximo ano, o eleitorado, aprovado o nosso Projeto de Decreto Legislativo que dei entrada nesta Casa nos últimos oitos dias, será chamado a decidir se deseja ou não a convocação de Assembléia Nacional Constituinte, com poderes para a elaboração de uma nova Constituição nacional.

Como se vê, trata-se de um novo formato, aquele que busca a maior legitimidade, pois a soberania está no voto popular, na vontade do povo.

O Projeto de Decreto Legislativo em seu art. 1º está assim traçado:

Art. 1º É convocado para o dia 1º de outubro de 2006, nos termos do art. 14, I e art. 49, XV, da Constituição Federal, plebiscito para consultar o povo brasileiro acerca da necessidade de reunir-se em Assembléia Nacional Constituinte exclusiva a ser eleita no dia 5 de outubro de 2008, para a elaboração de nova Constituição para o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos propondo, sem qualquer despesa para o Estado brasileiro, uma consulta popular por meio de plebiscito, que poderá ser realizado sem qualquer despesa adicional, pois este se fará no dia em que realizaremos as eleições federais em 2006.

O §1º estabelece que o plebiscito consiste na seguinte consulta: "Você aprova a convocação de Assembléa Nacional Constituinte para a elaboração de nova Constituição para o Brasil?"

É evidente que, rejeitada a tese, compreender-se-á a satisfação do povo com a atual ordem positivada. Aprovada a tese, o Brasil elegerá, nas eleições municipais de 2008, uma Assembléa Nacional Constituinte exclusiva, para dedicar-se apenas aos trabalhos de construção do novo documento constitucional.

Portanto, também, nenhuma despesa adicional, uma vez que haverá dois anos entre o plebiscito e a eleição, esta acontecendo durante as eleições municipais, em que o eleitorado brasileiro irá escolher prefeito, vice-prefeito e vereadores, além de um número de constituintes para a instalação da Assembléa Nacional Constituinte.

São, portanto, inúmeros os argumentos a sustentar a necessidade de um órgão constituinte exclusivo. Entre os principais, trazemos ao conhecimento de V. Ex^{as}s:

1º É fato que o novo desenho do Brasil, quer como República, quer como Monarquia, quer parlamentarista, quer presidencialista, sofreria necessariamente a injunção das forças partidárias e dos interesses eleitorais de uma composição constituinte híbrida com a composição do Congresso Nacional. O resultado tenderia a ser o designativo das ambições e expectativas eleitorais imediatas da corrente político-partidária predominante naquele instante histórico;

2º É igualmente evidente que temas de importância fundamental ao Brasil, como o regramento das garantias, impedimentos ou prerrogativas parlamentares, e do sistema de imunidades do legislador seriam também expostos a doses maciças de interesses pessoais, podendo conduzir as opções constituintes para paradeiros que não sejam os tão necessários à recuperação do Brasil como Nação;

3º É óbvio ao olhar que a confusão entre legislador ordinário, sujeito à Constituição vigente, e constituinte originário, debruçado sobre os trabalhos da nova Constituição, é improductivo e tende a resultar no menosprezo das funções legislativas, com o indesejável efeito de paralisação do País durante os trabalhos constituintes.

Optamos, também, pela desvinculação partidária. O objetivo é fazer com que os congressistas constituintes ajam e reajam apenas à leitura política e institucional que façam da realidade e das necessidades nacionais, a salvo da busca de resultados partidários imediatos. Esse objetivo se socorre também da previsão de inelegibilidade para a eleição imediatamente subsequente dos constituintes.

A sujeição a plebiscito justifica-se como fato, constitucionalmente assentado, de que o povo é a fonte primária do poder no Brasil, seu primeiro argumento e destinatário necessário dos resultados da ação estatal e, por conseguinte, do sistema constitucional. É impositivo que se dê a ele a decisão sobre a necessidade e o momento de nova Constituição nacional. Afinal, nele está a soberania e toda a legitimização. A sujeição a referendo, também previsto, assenta-se no mesmo fundamento, além de representar a necessidade de se medir o grau de exação do órgão constituinte no desempenho do seu mandato, de sua tarefa.

Daí a necessidade, após a aprovação, de deliberação do texto constitucional, da convocação de um referendo para que a população brasileira possa, em última instância, aprová-la ou não.

O prazo de duração previsto prende-se mais a uma expectativa: a de que a Assembléa Nacional Constituinte faça a opção por uma Constituição sintética, principiológica, que fuja da contaminação dos detalhes tão abundantes e tão empobrecedores do atual documento constitucional. Daí propormos que ela seja instalada no dia 1º de novembro de 2008, encerrando-se no início de 2010.

Uma constituição sintética deverá afastar as pressões dos **lobbies** pontuais, corporativos, durante os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, que tanto obstaculizam esses trabalhos, permitindo celeridade e abrindo caminho para uma ordem constitucional duradoura, atualizada pela jurisprudência, não pelo penoso processo reformador, em regra superado pelas necessidades sociais e esmagado por condicionantes políticas. Nessa linha, a Constituição, idealmente, deverá assentar os princípios e os grandes vetores de regulação da vida da Nação, preparando o terreno para uma legislação infraconstitucional que os venha detalhar.

Finalmente, a opção pela eleição constituinte quando das eleições municipais apresenta o benefício de eliminar, no eleitor, a confusão possível entre os membros do Congresso que exercerão poder legislativo, e os que terão o juridicamente limitado poder constituinte originário, que são os congressistas constituintes.

Essa é uma fórmula que estabelece tempo e condições necessários à plena discussão das teses constituintes, envolvendo toda a Nação. É um processo gradativo, por etapas, iniciando-se com um plebiscito, que é a consulta popular acerca da necessidade ou não de uma nova Constituição, seguido de um prazo de dois anos para a eleição dos constituintes, mais um período para a sua elaboração, ultimando-se com o referendo e promulgação. Ressalte-se que todos esses procedimentos, à exceção do referendo, são coincidentes com os períodos eleitorais, o que importa na não realização de despesas adicionais.

Assim, apresento esta proposição à decisão do Congresso Nacional, na expectativa de que estejamos, agora, preparando o caminho para uma nova ordem constitucional sólida, duradoura, participativa e que reflita os reais anseios do nosso sofrido e desesperançado povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, concluo o meu pronunciamento, apresentando à Casa este projeto de decreto legislativo que tem por objetivo, inicialmente, consultar a Nação brasileira acerca da necessidade ou não de um plebiscito para a eleição de uma assembléia nacional constituinte e a elaboração de uma nova carta constitucional, que seja duradoura e que venha atender aos reais anseios da população brasileira.

Submeto, portanto, à consideração de V. Ex^{as}s a discussão para que essa proposta possa ser, de forma legítima apreciada e, espero, devidamente deliberada pela aprovação para a consecução dos seus objetivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, dando seqüência ao princípio previamente estabelecido, ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, darei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero fazer um registro, Senador Mão Santa, do encontro realizado ontem em Teresina com a participação das maiores lideranças do PFL Nacional, sobre o comando do Presidente Estadual do Partido, Deputado Mussa Demes, encontro que conseguiu reunir, no auditório da nossa Capital, mais de mil e seiscentos militantes do Partido dos mais diversos Municípios piauienses. Tivemos a alegria de receber eminentes companheiros, como o Senador Jorge Bornhausen, o Senador José Agripino, o Deputado Rodrigo Maia, o Deputado Vilmar Rocha, cuja presença inclusive registro neste plenário, o Se-

nador Marco Maciel, o Senador José Jorge, o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, o Deputado ACM Neto, o Deputado Pauderney Avelino, o Senador Efraim Mo-rais e o Senador Edison Lobão.

Durante toda a manhã de ontem, tivemos a oportunidade de discutir temas de interesse do País, do Estado e dos Municípios brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, sensibilizado, recebi o convite amigo de V. Ex^a. Infelizmente, em razão de uma gripe adquirida por meio de vacina, não pude me deslocar, e até já havia articulado os meios para ir a Teresina, no Piauí, sempre desejoso de acompanhar o trabalho do ITN nesses fóruns estaduais que têm se realizado. É claro que hoje eu fui perguntar a vários colegas Parlamentares, inclusive a V. Ex^a, sobre o que foi realmente discutido. E todos foram unâmes em elogiar a organização de V. Ex^a, do Deputado Mussa Demes e de todos os responsáveis pelo PFL do seu Estado. Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por não tê-lo acompanhado, mas na certeza de que, a cada passo, V. Ex^a e os demais membros do Partido têm procurado engrandecê-lo e mostrar à sociedade brasileira a importância do Partido no cenário nacional. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Digo a V. Ex^a, com certeza, Senador Romeu Tuma, que todos nós compreendemos, mas que a sua ausência foi sentida, porque os piauienses têm por V. Ex^a grande apreço e admiração. E era constante se ouvir dos cor- religionários a pergunta sobre onde estava o Senador Romeu Tuma, cabendo-nos ter de dar as explicações que V. Ex^a, agora, presta à Nação.

Senador Marco Maciel, com o maior prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, desejo, secundando o aparte que foi dado pelo Senador Romeu Tuma, dizer quanto apreciamos a reunião que o PFL promoveu em seu Estado, em Teresina, no dia de ontem. Devo começar dizendo que, conforme extraímos do discurso há pouco pronunciado pelo Presidente Jorge Bornhausen, o Partido vive um momento de grande afirmação – não podemos deixar de mencionar -, cumprindo, de modo particular, o papel de Oposição ao Governo Federal. Não estaria exagerando se dissesse que o PFL está mais forte agora e enraizado na sociedade brasileira pela conduta coerente, consistente e ousada, no pa-pel de Partido de Oposição. Mas, ao lado dessa tarefa importantíssima para o País, que é ter uma Oposição conseqüente e articulada, o PFL vem, sob a Presidência do Senador Jorge Bornhausen, da sua Comissão Executiva e do Instituto Tancredo Neves, presidido pelo

Deputado Vilmar Rocha, cumprindo um papel muito importante não somente de mobilização, mas também de modernização de sua doutrina e do seu programa. Isso certamente se refletirá no pleito de 2006, que tem para nós o sabor de uma eleição geral, porque somos chamados a escolher não somente os Deputados Estaduais e Federais e Senadores, mas também os Governadores e Vice-Governadores, e o Presidente da República e seu Vice-Presidente. Então é uma eleição extremamente importante, e o Partido não pode deixar de estar preparado para o cumprimento dessa tarefa. A reunião de ontem, em Teresina, foi a melhor demonstração disso. Aproveito para elogiar a Comissão Executiva do Estado de V. Ex^a, o Deputado Mussa Demes, e fazer uma referência especial à presença de V. Ex^a, ao papel que V. Ex^a cumpriu, ao lado de outros Líderes da nossa agremiação no Estado, para que a reunião fosse uma das melhores que o Partido realizou este ano, não somente pela expressividade das pessoas que compareceram e em grande número, como pelo que ali se discutiu, analisando questões nacionais e regionais, especificamente as que afetam a região nordestina. Houve manifestações muito importantes dos nossos Líderes nacionais: Deputado Rodrigo Maia, Líder da Câmara Federal; Senador José Agripino, nosso Líder no Senado Federal; Senador José Jorge, Líder da Minoria no Senado Federal. Ouvimos o Prefeito César Maia e, obviamente, o Presidente Regional do Partido, Deputado Mussa Demes. Outras figuras expressivas da política piauiense foram ouvidas, além de V. Ex^a que, num excelente discurso, teve sua candidatura lançada ao cargo de Governador do Estado do Piauí. Não posso deixar de mencionar a palavra muito oportuna do ex-Senador e ex-Governador Hugo Napoleão. Depois de passarmos, praticamente, a manhã e uma parte da tarde numa reunião tão positiva, saímos de lá convencidos de que o nosso Partido cada vez mais se enlaça com a sociedade, como ficou claro no Piauí. O nosso Partido está musculado para cumprir um papel importante em 2006. Por isso, cumprimento V. Ex^a e peço que transmita a todos aqueles que compõem o PFL no Piauí, nomeadamente à sua Comissão Executiva, aos nossos Deputados Federais, aos nossos Deputados Estaduais, aos nossos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores que lá compareceram em grande número – que estamos confiantes de que Teresina pode ser uma capital onde não somente vamos fazer crescer a nossa representação nas casas legislativas, como certamente nos preparamos para uma vitória expressiva com relação à disputa do Executivo estadual. Portanto, parabéns a V. Ex^a, que, além de ter realizado uma reunião muito produtiva, nos acolheu muito elegantemente, em nossa estada na sua terra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Piauí agradece o aparte de V. Ex^a. Tenho certeza de que o crescimento do Partido no Estado é uma realidade. Antes de conceder o aparte ao Senador José Agripino...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campainha.) – Senador Heráclito Fortes, peço permissão a V. Ex^a para conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela ordem, que fará uma saudação à Assembléia Nacional do Vietnã.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – É exatamente isso, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador, concedo uma parte do meu tempo a V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Peço desculpas, mas é bem ligeiro. Sr. Presidente, temos hoje aqui a alegria de receber os parlamentares do Vietnã, da Comissão de Assuntos Econômicos, que estão vendo no Brasil o Orçamento público, procurando uma interação maior. Essa lista de participantes dessa viagem de estudos ao Brasil e à Argentina é composta pela Dr^a Duong Thu Huong, Vice-Presidente da Comissão para Assuntos Econômicos e Orçamentários da Assembléia Nacional – Chefe da Delegação; o Sr. Nguyen Xuan Thiet, membro da Comissão para Assuntos Econômicos e Orçamentários da Assembléia Nacional; o Sr. Dang Phuong Thanh, membro da Comissão para Assuntos Econômicos e Orçamentários da Assembléia Nacional; Sr. Huynh Thu Phuoc, membro da Assembléia Nacional; o Sr. Le Thanh Chau, membro da Assembléia Nacional; o Sr. Nguyen Van Phuc, Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos e Orçamentários (Secretaria da Comissão para Assuntos Econômicos e Orçamentários da Assembléia Nacional), Diretor representante do Departamento do Projeto VIE/02/008; o Sr. Pham Dinh Cuong, diretor representante do Departamento de Orçamento Público, Ministério das Finanças do Vietnã; o Sr. Le Dinh Thang, Auditor-Geral Assistente, diretor representante do Tribunal de Contas do Vietnã; e o Sr. Nguyen Hoang Anh, especialista do Departamento de Assuntos Econômicos e Orçamentários, Gerente do Projeto VIE/02/008. São todos eles que estão presentes nesta Casa. A nossa salva de palmas de recepção. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Associo-me às manifestações do Senador Ney Suassuna, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela intimidade com a língua vietnamita. Espero apenas que a pronúncia tenha sido certa, e os anunciados tenham entendido que as homenagens eram para cada um deles.

Desejo a todos uma boa estada no Brasil e que essa viagem seja rica em experiência e em conhecimento. Parabéns a todos que nos visitam nesta tarde.

Senador José Agripino, concedo a V. Ex^a, com o maior prazer, um aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, quero testemunhar a V. Ex^a, rapidamente, da alegria do Partido pelo encontro que a secção piauiense do PFL proporcionou à Executiva Nacional, à frente V. Ex^a, à frente o presidente da secção estadual, Deputado Mussa Demes, repartindo evidentemente os louros do êxito com o Deputado Júlio César Lima, com o ex-Senador Hugo Napoleão, enfim, com os nossos próceres, o ex-Prefeito e ex-Governador Bona Medeiros, companheiros que significam, na verdade, o orgulho do PFL. A secção pefelista do Piauí é uma das mais fulgurantes dentre todas que temos nos Estados do Brasil. E V. Ex^as mostraram ontem e deram uma demonstração maior do que a de expressão numérica: cerca de 1.500 lideranças vieram de toda parte, e o Piauí é um Estado grande. Não tínhamos nada a oferecer a nenhum dos companheiros que não fosse a palavra de estímulo, de alento, de perspectiva e de futuro. E vieram de toda parte para nos ver e nos ouvir. Mais do que isso, registro o espírito de agregação política de V. Ex^a, porque lá estava o PSDB, lá estava o Prefeito da capital, que é PSDB, lá estava o ex-Prefeito da capital, lá estava o ex-Senador Freitas Neto, lá estavam dissidentes do PMDB, lá estavam parlamentares do PP, lá estavam integrantes de diversos partidos, que vinham comungar com o espírito oposicionista do Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí. Estamos atentos, no Piauí e no País, porque tanto no Piauí como no País o PT governa. O Governador do Piauí é do PT, e o Presidente do Brasil é do PT. Portanto, estamos juntos, atentos e vigilantes. O mérito desse encontro é que, ao final, entregou nas mãos de V. Ex^a a opção de ser ou não candidato a governador. Se quiser, ficou patente, ficou claro, que a secção pefelista já fez a sua opção, e ficam nas mãos de V. Ex^a a alternativa e a escolha. Cumprimentos a V. Ex^a pelo encontro do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder o aparte ao Senador Arthur Virgílio, companheiro de velhas lutas, de velhas caminhadas, faço, Senador Arthur Virgílio, o triste registro do encontro, que, infelizmente, de efeito prático, não teve nada.

Na sexta-feira ou no sábado, Sr. Presidente, houve um encontro do PT, que ali realizava a sua convenção estadual. E veja só. O Governador do Estado, Wellington Dias, e a Presidente empossada do Partido, Sr^a Regina Sousa, conclamaram os petistas a irem às ruas protestar contra o PFL e as suas lideranças.

Imagine Senador Arthur Virgílio, o Estado em que o próprio Governador, responsável pela paz e pela ordem, conclama os companheiros a comandarem a balbúrdia e a bagunça!

Felizmente, nada aconteceu, até porque hoje seria muito difícil; a militância não é aquela de cabeça erguida, pois sabe que o seu Partido tem um rabo-de-palha imenso. E o questionamento, se ocorresse alguma manifestação, era saber se estavam ali financiados por quem: pelo dinheiro da cueca? Pelo valerioduto? Pelo mensalão?

Creio que os militantes foram mais prudentes do que o Governador e a sua secretaria de administração, que não se preocupam em reduzir as despesas do Estado com gastos de pessoal, não dos concursados, mas das nomeações de origem política e para beneficiar os seus.

Felizmente, nada aconteceu, mas faço questão de registrar nos Anais desta Casa o mau comportamento do Governador, de estimular exatamente aquilo que deveria, como mandatário-chefe do Estado, ser o primeiro a não permitir e a coibir.

Senador Arthur Virgílio, concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, soube pelo Senador José Agripino e por meus companheiros do Piauí do êxito do evento patrocinado pelo PFL daquele Estado e por V. Ex^a. Trata-se de um Estado que tem representação belíssima nesta Casa, pela sabedoria de V. Ex^a e a combatividade que é a do seu mandato, o mesmo se dizendo do Senador Mão Santa, nosso querido companheiro. E todos nós, assistidos pela sabedoria e pela percucienteza do Governador Alberto Silva. Mas, falando do Piauí, fico muito feliz de ver como as coisas se encaminham no Estado, e se encaminham pelo viés da coerência, pelo viés da seriedade. V. Ex^a fala das incongruências do Governador. Eu já nem me espanto. Esse Governo é tão virado do avesso, Senador Heráclito Fortes, que não me espanta o Governador tomar esse tipo de atitude, porque, se V. Ex^a prestar atenção, só há um cargo estável neste País. Isso mostra como o Governo é destrambelhado. É o de presidente da Funai. Já notou isso? O resto todo pode cair. Balança o Ministro da Fazenda; cai o Ministro da Casa Civil; o Presidente já balançou para cá e para acolá; secretários e outros ministros também já tomaram o rumo de casa. Estranhamente, porém, e até contrariando certa praxe lamentável da política brasileira, o Presidente da Funai é estável há um bom tempo. Isso mostra incoerência. Se fossem estáveis o Presidente da Funai e todo mundo mais, haveria coerência, mas não o são. Aqui, só o Presidente da Funai se mantém. Isso mostra o nível

de destrambelhamento deste Governo cujo plano federal V. Ex^a retrata na análise crua que faz das mazelas do seu Estado. Ninguém consegue ser universal sem cantar a sua aldeia. V. Ex^a faz hoje, brilhantemente, a ode à sua aldeia e, portanto, universaliza, de maneira brilhante, coerente e consequente, o seu discurso. Portanto, meus parabéns pelo evento! Feliz caminhada nessa sua trajetória, que todos acompanhamos com afeto de tantos anos!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Para nós, foi muito gratificante estarmos ontem, num mesmo encontro, ao lado das maiores lideranças do Partido de V. Ex^a, ao lado do Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, do ex-Prefeito Firmino Filho e do ex-Senador Freitas Neto.

A tendência dos nossos Partidos é trilhar um destino comum. Não há nenhuma dúvida de que isso irá ocorrer para o bem do Brasil. Não tenha dúvida alguma de que daremos esse exemplo também no Piauí. No momento oportuno, no momento da escolha, teremos a cabeça suficientemente amadurecida para optar pelo que melhor condição tiver. Faremos uma caminhada de luta, luta para a qual convocamos, Senador Arthur Virgílio, todos.

Ontem, naquele encontro, havia representantes de todos os Partidos, com exceção, é claro, do PT e do PCdoB. O Senador Mão Santa, que não compareceu, mandou correligionários seus, deputados estaduais. Aliás, o Senador Mão Santa vive hoje um momento delicado, Senador Arthur Virgílio: por intermédio do PT, da força, do poder da máquina, tentam desestabilizá-lo em seu PMDB. Já disse ao Senador Mão Santa e repito: se lhe tirarem o direito legítimo de disputar mandato, que venha se juntar a nós nessa cruzada de redenção e de recuperação do Piauí, porque um lugar seguro S. Ex^a terá nessa caminhada!

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, realmente senti o entusiasmo do povo do Piauí ao receber a ilustre delegação do PFL a que V. Ex^a já se referiu. Talvez, o Piauí nunca tenha recebido, de uma só vez, tantos ilustres líderes deste Brasil. No entanto, é acostumado, por meio de V. Ex^a, a ver os melhores homens públicos da história. Todo o Piauí se lembra de que foi V. Ex^a que levou Ulysses Guimarães, de que foi V. Ex^a que levou Tancredo Neves, além de, fazendo uso de seu prestígio, haver levado inúmeros ministros ao Piauí ao longo da história. O Piauí, apesar de ser instigado, por uma atitude tresloucada da Presidente do PT e do Governador do Piauí, a fazer manifestações contrárias, aplaudiu e viveu momentos

de grandeza da democracia. V. Ex^a leve também nosso entusiasmo e nosso respeito ao seu companheiro maior no Congresso, Mussa Demes, que é o Presidente do Partido de V. Ex^a. E nós nos curvamos, porque toda vez, para elegermos o coordenador da Bancada, os dois Senadores do PMDB e os dois Deputados Federais, garante-se a eleição de Mussa Demes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e repito: chegará o momento em que essa caminhada que vamos fazer pelo Piauí vai suplantar cores partidárias, divergências do passado. Aliás, foi repetida ontem por um dos oradores, lá no encontro, uma frase profética de V. Ex^a, frase proferida por V. Ex^a desta tribuna: “Há três coisas que o homem só faz uma vez: nascer, morrer e votar no PT”. Essa frase foi repetida lá.

Antes de encerrar, agradecendo a bondade e a generosidade do nosso Presidente, quero reconhecer e parabenizar a luta do Deputado Mussa Demes e seu empenho pelo sucesso da organização. Faço questão de fazer referência ao Deputado Mussa, ao ex-Governador José Raimundo Bona Medeiros, que é o Presidente do ITN; ao Deputado Juraci Leite; ao Deputado Leal Júnior; ao Deputado Wilson Brandão; à Deputada Maria José Leão; ao Deputado José Ferreira; ao Deputado Edson Ferreira; ao Deputado Homero Castelo Branco, enfim a todos os Deputados do PFL. A propósito, vem o pecado de tentar citar nomes, que traz o perigo do esquecimento, mas que todos se considerem citados, todos os que colaboraram para o êxito do encontro, sem esquecer os funcionários e os militantes, porque, afinal de contas, foram eles que fizeram a festa de ontem.

Tenho certeza, Senador Marco Maciel – V. Ex^a, ao longo de sua vida, tem sido presença constante em todos os eventos importantes que o Partido realiza no Piauí –, de que esse foi um encontro diferente. V. Ex^a, que é observador, viu que, da hora em que chegamos à hora em que saímos, os militantes ficaram concentrados e não arrastaram o pé dali. Era uma quantidade maior do que a que permitia o tamanho do auditório, e, embaixo, havia dois telões. É um povo que, diante das decepções sofridas ao longo desses três anos, começa a ver diante de si uma chama de esperança, esperança que está depositada nos que tiveram coragem, Senador Mão Santa, durante esses três anos, de levantar a bandeira da oposição no Piauí e no Brasil.

Dessa forma, agradeço a todos os senhores que se deslocaram até Teresina, deixando seus compromissos e seus afazeres, para prestigiar esse evento. Nós, do PFL, temos um compromisso importante com o Brasil. Senador Marco Maciel, Deputado Vilmar Ro-

cha, V. Ex^as sabem que o PFL nunca faltou ao Brasil, e não será nesta hora que isso irá acontecer.

Senador Romeu Tuma, receba dos piauienses a compreensão pela ausência e a certeza de que V. Ex^a está comprometido a, num momento bem próximo, ir ao Piauí, para que os piauienses matem a saudade de V. Ex^a e possam conviver com o exemplo de homem público que V. Ex^a é.

Agradeço aos piauienses que estiveram ontem nesse encontro em Teresina. Todas as vezes em que me perguntavam, Senador Mão Santa, sobre a sucessão do próximo ano, eu repetia o Zeca Pagodinho: "Deixe a vida me levar". Ocorre que um homem até recentemente poderoso, que teve o mandato cassado na Câmara, diz que vai adotar o mesmo refrão. Vou ter de mudar de música! Não sei qual vou adotar ou se vou adotar uma, mas, de qualquer maneira, o meu refrão maior é o do hino da nossa terra e do nosso Estado. E tenho certeza, Senador Mão Santa, de que, juntos, nós dois e outros companheiros que aqui não se encontram poderemos cantá-lo mais forte, para o bem de todos!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Garilbaldi Alves Filho e Romeu Tuma, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Heráclito Fortes, agradeço a V. Ex^a pelo carinho com que me tratou no seu discurso e o cumprimento pela realização da reunião do PFL. Pode ter certeza de que o seu caminho, sem dúvida nenhuma, não é a vida que vai levá-lo; é Deus, pelo homem de bem que V. Ex^a é.

Senador César Borges, pergunto quanto tempo V. Ex^a necessita, porque preciso prorrogar a sessão para dar a palavra a V. Ex^a e, em seguida, encerrá-la.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Prorrogo a sessão por dez minutos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço, desde já, sua compreensão de ter prorrogado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador, com licença. Vou dar mais dez minutos de prorrogação por causa do Senador Gilberto Goellner, que está ansioso. S. Ex^a esperou por todo esse tempo. Então, dez minutos para V. Ex^a e dez minutos para S. Ex^a.

Agradeço V. Ex^a pela compreensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, fiz questão de vir hoje a esta tribuna porque estamos, no Estado da Bahia, eu diria, num misto de frustração e revolta com o descaso do Governo Federal, do PT, com esse grande Estado da Federação brasileira.

O Estado da Bahia, Sr. Presidente, confiou e deu ao Presidente Lula, no segundo turno, 65% dos votos, ou seja 2/3 dos baianos votaram no Presidente Lula: de cada três baianos, dois votaram no Presidente Lula e confiaram que o Presidente faria um governo ético, com a moral que ele pregava, até porque o seu Partido arvorava-se em dono da bandeira da ética e da moralidade. Nada disso, no entanto, aconteceu.

Mas o que é pior, Sr. Presidente, é que sequer respeita uma Unidade da Federação como a Bahia, que é a sexta maior economia do País e a quarta maior população. Se olharmos o Nordeste brasileiro, a Bahia tem dado exemplos de procurar seus caminhos para o desenvolvimento. A Bahia tem 30% da população do Nordeste e produz 35% do seu Produto Interno Bruto; representa mais de 50% da produção industrial do Nordeste e 55% das exportações. Conseguimos atrair grandes empresas para a Bahia, empresas calçadistas, e, mais recentemente – para minha honra, durante o meu governo –, a indústria automobilística Ford, que é a primeira indústria automobilística do Norte e do Nordeste, que hoje produz mais de 250 mil veículos por ano e emprega mais de dez mil pessoas de forma direta, trabalhando em três turnos, e mais de 50 a 60 mil de forma indireta.

É um Estado que tem dado provas de que cumpre religiosamente as suas obrigações. Está equilibrado financeiramente, tem tido sucessivos governos eficientes, competentes, que destacaram a Bahia no cenário nacional. Isso se iniciou em 1991, com o então Governador – atual Senador – Antonio Carlos Magalhães, foi seguido pelo atual Governador Paulo Souto, de 1994 a 1998, e tive a honra de prosseguir esse trabalho de 1998 a 2002; hoje, novamente, está nas mãos sérias e honradas do Governador Paulo Souto.

No entanto, o descaso com as necessidades baianas, por parte do Governo do PT, realmente é gritante. E o que é pior, Sr. Presidente, é quando constatamos que a Bahia tem dois Ministros neste Governo: o Ministro da Controladoria-Geral da União, que não serve para muita coisa, sequer para o próprio Governo, porque o Ministro Waldir Pires não foi capaz de alertar o Presidente da República do que estava acontecendo dentro do Governo, como desmandos e corrupção, de que só agora, pelas CPMIs, o País está tomando conhecimento; e o Ministro Jaques Wagner, candidato ao

Governo, que, lamentavelmente, foi hoje à imprensa de Salvador defender o Governo Lula, falando do que será feito pela Bahia, as providências que estão em curso para serem tomadas.

Ora, Sr. Presidente, depois de três anos de Governo!

Hoje, na Bahia, o jornal **A Tarde** publica um grito do Governador Paulo Souto falando da exclusão da Bahia das grandes obras do Governo Federal. O Governo do Estado da Bahia sente-se totalmente isolado diante dessa situação. As obras de infra-estrutura não são efetivadas no Estado da Bahia.

Vamos ver o caso das ferrovias. É dito que o Governo vai fazer uma ferrovia, a Transnordestina, para ligar Petrolina a Salgueiro, o que é justo, correto, e nós defendemos. No entanto, o Governo não faz a recuperação das ferrovias que atravessam o Estado da Bahia. Temos problemas sérios nas nossas ferrovias, como um gargalo na travessia do rio Paraguaçu, que poderia ser resolvido com R\$50 ou R\$60 milhões, mas o Governo não investe no Estado da Bahia para melhorar esse fluxo, inclusive hoje utilizado pelo novo surto industrial do Estado.

Se olharmos as nossas rodovias, verificaremos que elas estão literalmente abandonadas, mas se fala que o Governo pretende duplicar – coisa em que não acredito, porque isso é para enganar os tolos, Senadora Heloísa Helena – a BR-101 de Maceió até o Ceará. Sabemos que essa obra ainda não foi iniciada, a ponto de afirmarmos que há um programa em curso para ser realizado. Mas por que de Maceió até Fortaleza? É importante que se faça a duplicação, mas sabemos que é importante que se ligue o Nordeste ao Sudeste do País, que se faça a ligação, duplicada, do Rio de Janeiro a Vitória e de Vitória a Salvador, porque há uma grande demanda econômica nessa região. Também a Bahia está fora desse projeto, caso ele venha a acontecer. Não acredito que aconteça, mas, se vier a acontecer, a Bahia está fora da duplicação da BR-101.

Se olharmos a necessidade de gás industrial para o desenvolvimento – e olhem que a Bahia tem-se baseado muito na matriz energética do gás para o seu desenvolvimento industrial –, a grande necessidade de gás da Bahia, que hoje importa mais de 30% de suas necessidades, está agora sem um horizonte, sem uma possibilidade de ser atendida a curto prazo. O campo de Manati, que fica próximo da região de Camamu, está com as obras atrasadas para que se leve esse gás do campo de Manati para Salvador, para a região da refinaria Landulfo Alves. Por outro lado, se olharmos para o Gasene, que é a grande solução de abastecimento de gás de todo o Nordeste, para ligar o Rio de Janeiro até Salvador, interligando todo o Nordeste brasileiro

até o Ceará – porque já existe o gasoduto que liga a Bahia ao Ceará –, vamos ver que essa obra sequer foi iniciada. Está com as suas tratativas, que seria com uma empresa chinesa, totalmente paralisadas.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma realidade triste na Bahia. E, aí, o Ministro Jaques Wagner, que foi candidato ao governo, e que se diz, novamente, candidato ao governo, para que o Presidente Lula tenha um palanque na Bahia na sua desejada campanha para uma possível reeleição – que, acredito, está fadada ao fracasso, porque o povo brasileiro não agüenta mais engodo e enganação –, vem e contra-argumenta dizendo que – palavras de Wagner:

O projeto da Transnordestina inclui investimentos maciços de desassoreamento do rio São Francisco, a fim de facilitar o fluxo regular de embarcações transportando produtos agrícolas e minérios.

Imaginem! O projeto da Transnordestina inclui investimentos de desassoreamento do rio São Francisco. Ora, Sr. Presidente, a Transnordestina é um investimento em ferrovia. O que queremos é a hidrovia do São Francisco. É a revitalização do rio São Francisco para que ele tenha novamente a possibilidade de ter um fluxo econômico e economicamente viável de chatas que transportem as riquezas ao longo do seu vale.

Pois bem, nada disso está sendo feito, e o Ministro Wagner parece que desconhece. Não há nada sendo feito a favor da hidrovia do São Francisco, e não sei por que ligar a hidrovia do São Francisco com a Transnordestina. Uma coisa é ferrovia; outra é hidrovia.

Se houvesse um projeto de revitalização completa do rio São Francisco, com aproveitamento do seu caudal para o transporte das riquezas do seu vale, com certeza iríamos aplaudir. Mas não existe. Isso é uma quimera, isso é uma miragem, isso é um engodo que o Ministro Wagner está dizendo para o povo baiano.

Diz mais o Ministro Wagner:

“O Governo tem uma série de investimentos previstos [previstos, Sr. Presidente, depois de três anos de Governo!] na recuperação de rodovias federais que cortam a Bahia, cuja malha, de mais de cinco mil quilômetros, está em grande parte ruim”.

Felizmente, o Ministro reconhece que está ruim. Mas os recursos estão previstos, não há nada em curso efetivamente. Licitações, há uma PPP prioritária, mas as PPPs não decolam. E precisamos duplicar a BR-116, a conhecida Rio – Bahia, que liga o Nordeste ao Sudeste do País e por onde transitam as riquezas nacionais. A BR-116 precisa ser duplicada no trecho

de 70 quilômetros compreendido entre Feira de Santana e Paraguaçu. Mas nada disso está efetivamente em curso. O que vemos são protelações, diagnósticos, estudos, reuniões, comissões, mas nada acontece, infelizmente, Sr. Presidente.

Com relação à gasene, o Ministro Jacques Wagner diz:

O projeto depende de parceria com a China. A empresa chinesa Sinopec, que fornece os tubos, está recebendo muitas solicitações e os preços subiram. A Petrobras está refazendo as licitações.

Depois de três anos de Governo, quando o horizonte é o de um Governo que se finda e, lamentavelmente para o País, um Governo que se perde nas suas discussões internas...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um Governo que não sabe o caminho. De um lado, está o Ministro Palocci satisfazendo o FMI e os grandes bancos brasileiros e internacionais; de outro, o próprio Governo faz a sua oposição interna, Senador Mão Santa, pois o Ministro Guido Mantega afirmou que a macroeconomia está equivocada e o baiano Presidente da Petrobras – o mesmo que mandou suspender o fornecimento da BR distribuidora à Prefeitura na Bahia – agora é contra a política econômica do próprio Governo.

Parece que Governo quer ter o monopólio dos discursos: há o discurso governamental, o discurso do sistema financeiro, o discurso do FMI e quer ter o discurso da Oposição também, o que é lamentável.

Sr. Presidente, permita-me conceder o aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que seja breve, porque o tempo já se encerrou e eu ainda preciso conceder a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, vimos a grandeza do seu Partido político na Bahia, transformando o Estado em um verdadeiro país. Mas, no Piauí, que o Governador é do PT assim como o Presidente da República, eu diria que tem um... V. Ex^a conhece Campo Maior, que recebeu a maior comenda, local onde se deu a Batalha de Genipapo, em que nós, piauienses, expulsamos os portugueses do Brasil. Depois de Campo Maior, no rumo do litoral, tem uma cidade muito importante chamada Piripiri. Há uma ponte na estrada de Teresina ao litoral, na Parnaíba, que começou a ser duplicada no Governo de Fernando Henrique Cardoso e ainda está lá. Outro dia – a ponte é estreita – dois caminhões ficaram presos, pareciam

dois cachorros tendo uma relação sexual, presos lá. Tivemos de fazer arrodeio. E mais, eles prometeram para o Piauí dois aeroportos internacionais: no litoral e na Serra da Capivara. Tiraram os vôos nacionais, mas terão internacionais. Isso é o PT, só palavras e palavras, mentiras, mentiras, mentiras.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a traduz uma realidade.

Com relação à questão dos cachorros, não entendi muito a imagem, mas hoje o País assiste a isso.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Ficaram os dois caminhões enganchados na ponte estreita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Mão Santa, peço desculpas a V. Ex^a, mas mandarei retirar essa expressão, porque é um pouco chocante e não pode permanecer nos Anais.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – De maneira nenhuma. Sou professor de Biologia. Não há problema em se falar em relações sexuais, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Ex^a exemplificou com a gesticulação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a gesticulou como é feito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, de maneira nenhuma. Eu me referia aos dois caminhões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então V. Ex^a insiste na manutenção da expressão?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Insisto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Continua com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Senador Mão Santa descreve a ação do PT, ou melhor, a inação do PT em todo País, até com os governos petistas. Isso diminui um pouco a nossa dor, mas, sem sombra de dúvida, impõe-nos denunciar ao povo baiano que o PT tem relegado de forma inaceitável o nosso Estado em relação às necessidades de infra-estrutura. Esse é o protesto do Governador e ex-Senador Paulo Souto, que estamos ecoando para toda Nação, para o povo baiano de forma particular, para que entenda que este Governo trai os interesses do povo do Estado da Bahia, como está traendo a Nação brasileira. Por isso, não merece nosso respeito, nossa consideração e muito menos o nosso voto em próximas eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner por dez minutos, conforme o combinado.

Senador. Com a palavra, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, o Brasil tornou-se um dos maiores produtores de grãos do planeta, notadamente de soja e de outras oleaginosas, sendo ainda muito grandes as possibilidades de expansão dessas culturas no nosso País, dadas as enormes potencialidades existentes.

Entretanto, a desvalorização do real frente ao dólar e o aumento dos custos de produção e de transportes, sobretudo na última safra, aliados a outros diferentes fatores, começam a comprometer a viabilidade dessas culturas nas diversas regiões do País, inibindo as suas possibilidades de sustentação econômica.

Produz-se com prejuízo, e não é pouco. No Mato Grosso, a perspectiva atual é de prejuízos reais para a próxima safra.

Nesse contexto, Sr. Presidente, creio que seja de fundamental importância que o Governo adote medidas que facilitem aos produtores rurais reduzir os custos de produção agrícola, uma vez que as possibilidades de ganho com o aumento da produtividade física dos grãos têm se tornado mais limitadas, após um período, nos últimos anos, em que esses ganhos tiveram uma expressiva elevação, em decorrência da tecnificação do sistema produtivo.

A utilização do óleo vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral, certamente contribuirá para baratear os custos de produção. Dessa maneira, poder-se-á não somente se viabilizar um novo mercado para esses produtos, como também possibilitar que os produtores rurais brasileiros tenham melhor lucratividade e se tornem mais competitivos.

Porém, é importante salientar que, para que haja o barateamento do preço e, consequentemente, redução nos custos de produção e no transporte dos produtos agropecuários, a comercialização do óleo de origem vegetal deve ser feita diretamente entre a indústria que o produz e o seu consumidor final, a fim de evitar o “passeio” desse combustível, ou seja, que ele seja transportado para outros centros de distribuição, onde inevitavelmente terá seu preço majorado devido aos custos desse deslocamento e mais outras despesas operacionais. Assim, não é somente fundamental, mas sobretudo mais lógico que ele esteja

disponível na mesma região ou na mesma área onde será consumido.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil realmente avançou e descobriu no álcool uma grande vocação de substituição deste combustível caríssimo que é a gasolina. Experiências de mais de trinta anos com biocombustível têm sido um incentivo muito grande à agricultura familiar.

Ainda hoje ouvimos um pronunciamento do Senador Sibá Machado sobre o incremento da agricultura familiar com a venda do produto originário do babaçu, da palma, da mamona e de tantas outras espécies vegetais, principalmente da Região Norte do País, e sobre os benefícios que trará à inclusão social.

Realmente, essa mistura, que consta de decreto presidencial de 2005, vai incrementar sobremaneira a utilização dos óleos vegetais no País, porém a mistura de 2% a 5% não irá trazer, a curto prazo, uma diminuição no custo dos combustíveis esperada por todos os consumidores nacionais.

Então, é de fundamental importância que as experiências que estão sendo feitas pelos produtores...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilberto Goellner, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Tuma, a generosidade de V. Ex^a, que é maior e mais rica...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não ocupe muito o tempo do orador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu só queria dar o testemunho de que vi o engenheiro Alberto Silva – que hoje é Senador –, há mais de 30 anos, pesquisar, com todas as dificuldades. Ele usava a Universidade Federal do Piauí e a do Ceará. Então, imagino agora o Estado de V. Ex^a, com maiores condições dos empresários e com maior produção de grãos que produzem energia. Sem dúvida alguma, V. Ex^a traz um assunto de grande importância, de visão de futuro e de riqueza para o Brasil.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Senador Mão Santa, eu até gostaria de cumprimentar o Senador Alberto Silva, pois trocamos muita experiência nesse sentido. A experiência de S. Ex^a vem do tempo do Presidente Geisel, que o incumbiu de desenvolver essa matriz energética. Então, a experiência acumulada pelo Senador Alberto Silva e as propostas de S. Ex^a para o uso mais intensivo do *biodiesel* são de uma importância inegável. Infelizmente, por motivo de saúde, ele não está esses dias aqui no Plenário, mas

gostaríamos de nos colocar à disposição para realmente elaborarmos um grande projeto de lei, que venha a criar um marco – assim como o criado pelo álcool, que se tornou um marco de substituição de uma matriz energética, o óleo *diesel* puro –, não esquecendo o B2 e o B5, mas também partindo para o B30, o B50, o B90 e o B100. Esse será o grande lance do País, porque vai propiciar a utilização dos óleos vegetais, não especificamente para exportação, mas sua utilização no mercado evitando a grande importação que se faz de óleo *diesel*.

Concluindo, essa possibilidade se reforça considerando que a cotação do petróleo atinge níveis elevadíssimos no mercado internacional e a cotação das *commodities* agrícolas, incluídas as oleaginosas, apresentam queda, não somente no mercado internacional, como também no nacional. Com isso, o preço do óleo de origem vegetal se tornará inferior ao do *diesel* – essa é a grande vantagem –, o que o torna mais competitivo para os consumidores.

Para isso ocorrer, será necessária uma compreensão muito grande de uma política governamental, para que, realmente, a ANP contribua para que esses óleos vegetais sejam utilizados na sua região de produção. Estados como Maranhão e Piauí, que plantam soja, seriam os grandes fornecedores da Região Nordeste. Assim, todos os Estados brasileiros seriam contemplados com uma produção local, evitando-se esse passeio que se faz com o álcool e que encarece, sobremaneira, o combustível no País.

Precisamos dotar o País, os transportadores rodoviários, esses motores a *diesel*, de um custo mais barato. E esse óleo já é uma realidade.

Trago aqui uma manchete do jornal **Diário de Cuiabá**, do Estado de Mato Grosso:

Óleo vegetal é misturado ao *diesel*. Produtores rurais de Mato Grosso estão lançando mão da mistura com objetivo de economizar nos custos de manutenção da lavoura.

Portanto, é uma questão de sobrevivência. Os produtores estão lançando mão, fazendo experiências próprias. E precisamos dinamizar essas experiências. Os fabricantes de motores a *diesel*, os grandes transportadores, fabricantes de caminhões, as montadoras precisam desenvolver um motor com uma utilização maior de combustível vegetal, possivelmente até com B100, como já é usado na Alemanha. A Alemanha não é uma produtora grande de óleos vegetais, mas está

vendo a substituição do petróleo por óleos vegetais como uma grande saída, inclusive mais competitiva.

Como consequência disso tudo, Sr. Presidente, o cultivo de plantas oleaginosas no País incentivará sobremaneira as atividades no campo – assim como aconteceu com a cana-de-açúcar, no caso do álcool – e contribuirá para que se ampliem os postos de trabalho, não somente nas atividades de produção, mas também nas de beneficiamento, de transformação e de distribuição. Além do mais, dinamizará outros setores econômicos ligados à produção de insumos, de máquinas e equipamentos agrícolas, e de transporte em geral.

Seria um marco e um grande choque na economia a utilização do *diesel* vegetal em uma maior concentração do que a própria mistura B2 e B5, projetada para ser usada em oito anos. Precisamos de um incremento imediato nessa utilização.

Essa iniciativa ajudará, por outro lado, que a recente crise que afeta a agropecuária brasileira possa ser revertida, em parte, minimizando seus efeitos negativos sobre os produtores rurais, em setores localizados tanto a montante quanto a jusante do processo produtivo, como também sobre os consumidores e, mais ainda, sobre a economia brasileira.

Assim, a substituição do óleo *diesel* pelo de origem vegetal, além de dar uma nova opção, poderá contribuir para que o Brasil faça uma economia de divisas, ao diminuir o nível de dependência de derivados de petróleo importado, uma vez que o Brasil gasta cerca de US\$1,2 bilhões – praticamente R\$3 bilhões – por ano somente com a compra de óleo *diesel* no mercado internacional.

Sr. Presidente, gostaria ainda de afirmar que o uso de óleo vegetal como combustível automotivo concorrerá para que o Brasil diminua seus níveis de emissão de gases poluentes – essa é uma grande vantagem adicional –, sobretudo o dióxido de carbono, que é o responsável pelo efeito estufa, e reduza, assim, a poluição ambiental, providência essa tão necessária neste momento por que passa o Planeta.

Por outro lado, Sr. Presidente, o aumento do uso do óleo de origem vegetal como combustível automotor promoverá a intensificação das pesquisas ligadas a técnicas de refino de cada espécie vegetal e levará as indústrias automotoras fabricantes a procederem a adaptações necessárias nos motores, sobretudo os que utilizam *diesel*, a exemplo do que ocorreu com a intensificação do uso de outros combustíveis de que

o Brasil é modelo, é pioneiro, como o álcool e o gás natural veicular (GNV).

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, por experiência pessoal, devido ao fato de eu estar vinculado às atividades agropecuárias, e por conhecer a grave situação por que passam atualmente os produtores rurais e os transportadores rodoviários de cargas brasileiros – o insumo óleo *diesel* representa de 50% a 60% do custo do transporte e está onerando nesse percentual o custo dos transportes, razão pela qual as *commodities* não contêm um preço favorável aos produtores quando são levadas do centro de produção para o consumidor final, nos portos –, creio que é chegado o momento de colocarmos em ação a nossa criatividade e de brasileiros e de termos a coragem de tomar iniciativas inovadoras, sem o que dificilmente os produtores rurais poderão recuperar a agropecuária brasileira e evitar que o agravamento da crise comprometa a sua estabilidade.

Por isso, estou tomando a iniciativa de oferecer ao Congresso Nacional projeto de lei com o objetivo de autorizar, em condições especiais, a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível automotor nas operações vinculadas ao processo de extração, produção, transporte, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários no Brasil.

Espero, portanto, que essa minha iniciativa mereça o acolhimento, nesta Casa, dos meus ilustres pares e possa contribuir para reduzir os custos de produção agropecuária, dinamizar as atividades no campo brasileiro, diminuir a dependência de combustíveis fósseis e preservar o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a, que tem uma presença marcante neste Senado, traz hoje à discussão um programa muito importante para a economia e para os brasileiros. Temos a notícia de que, até o próximo ano, a Petrobras produzirá o suficiente para o consumo nacional. Contudo, a energia não renovável, como V. Ex^a diz, um dia vai acabar. Os nossos filhos e os nossos netos provavelmente não terão mais acesso ao combustível fóssil.

Se não se desenvolver, urgentemente, por meio da tecnologia que V. Ex^a expõe – porque convive com o agronegócio –, creio que estaremos, sem dúvida nenhuma, patinando.

Acredito que o seu projeto é importante e deixa a marca da sua presença neste Congresso.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. E gostaria de dizer que, na quinta-feira próxima, eu me ausentarei dos trabalhos da Casa, uma vez que aqui estou no exercício da suplência do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Entretanto, realmente, tenho muita confiança de que conseguiremos introduzir essa nova matriz energética com mais intensidade do que a atualmente programada pelo Governo. Como V. Ex^a já mencionou, assim como o álcool foi uma referência nacional e dinamizou a substituição dos veículos à gasolina, novamente acreditamos que o brasileiro conseguirá, com a sua capacidade de produção de óleos vegetais, substituir o óleo *diesel*, no mais curto espaço de tempo, para baratear custos desse combustível no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, João Batista Motta e Romero Jucá enviaram discursos à mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Presidente Lula acha que a Previdência Social pode melhorar emprestando dinheiro ao povo, com juros que ele, o mesmo Lula, diz que oscilam entre 1,75% e 2,9%, mas que os terminais dos bancos não confirmam.

Não se trata de nenhuma afirmação sem base. É ele, Lula, secundado pelo Ministro da Previdência, quem faz a afirmação. Explico como:

Em 29 de setembro do ano passado, ele, Lula, enviou uma carta-circular a todos os aposentados, informando que seu projeto de lei da pendura foi aprovado e sancionado. E dá sua opinião, que leio na íntegra: “Por meio de ações como esta, o Governo quer construir uma Previdência Social mais humana, justa e democrática. Afinal, a Previdência é sua!”

Ah!, bom. Pensei que fosse só do PT.

Agora, já sabemos: para arrumar a Previdência, basta dependurar os aposentados e pensionistas nas dívidas. Inacreditável, mas está escrito, assim mesmo, com todas as vírgulas, na carta-circular.

O Presidente se diverte, gastando dinheiro com tanta carta, impressa na Dataprev e postada com dinheiro do povo.

Bom seria se um dia, que não seria o Dia de São Nunca, Lula gastasse dinheiro com selos postais para informar aos aposentados e pensionistas algo como o oposto daquele gesto Berzoini, que colocou os nonagenários na fila.

Vou ajudar, oferecendo um modelo de redação. Mas, de antemão, já sei que uma carta assim é de todo impossível. Não existe o Dia de São Nunca. Mas, lá vai:

Informo ao prezado aposentado que agora, contrariando o Ministro, que diz não ser possível o fim das filas, elas não existem mais nos postos do INSS nem nos hospitais do SUS.

E aí sim, poderia repetir aquele jargão da carta do pendura: Por meio de ações como essa, o Governo quer construir uma Previdência Social etc e tal.

Mais uma ajuda: como não há aquele Santo, o Governo Lula editaria uma medida provisória para criar o Santo e o Dia do São Nunca.

Em anexo, junto a carta de Lula aos aposentados.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que o Brasil de Lula é um desastre em crescimento, lanterninha da América Latina. Um desastre que, além das consequências trágicas para os brasileiros, empurrou todo o continente para baixo. É um vexame que o mundo não entende ou porque não sabe quem governa o País.

Com razão. O mundo cresce como nunca. Portanto, há todo um ambiente favorável que a incompetência do Presidente Lula e dos seus petistas não aproveita para um avanço do Brasil, rumo ao crescimento, como seria normal.

Pior ainda. Lula, em seu programinha de rádio, diz que nada disso tem importância e tenta convencer a si próprio que o que vale é dar ao brasileiro mais pobre um prato de comida diário.

Levo engano. Ele não sabe o que anda fazendo. Desconhece números, ignora a ciência econômica, um caso de fazer dó.

A notícia está confirmadíssima e é assunto de destaque, negativo, claro, em todos os jornais: "O mercado reduz previsão do PIB para 2,66% ao ano."

Pessoas assim, tão mal das pernas, deveriam criar vergonha, colocar a viola no saco e jamais pensar em eleição. Mas pensam. Pensam em eleição e em

reeleição. Acham, no fundo, que o brasileiro é tolhido e vai repetir a dose.

Minha vontade seria a de falar de fatos positivos, até para não dizer que não falei de coisas boas. Mas nada encontro a não ser tolices repetitivas do Presidente.

E por falar em tolices, ainda ontem à noite, Lula insistiu no "besteiro" que o acompanha desde o começo. E arriscou uma frase, supondo que essa seria original: "Tem muita gente nervosa porque o fracasso (do governo) virou sucesso".

Cadê o sucesso, Presidente?

Será que Lula não viu que, na platéia, muita gente estava numa tristeza profunda e o vaiava? Não, ele fingiu que não via, mas não resistiu e admitiu que muitos ali o apupavam. Quis criticar, mas aí levantou-se uma voz feminina, a voz de Elisabeth Bretas Felice, para contar ao Presidente que a prefeitura de sua cidade só recebeu em 18 de novembro os recursos para os programas sociais de agosto e setembro.

"Vaiar é um gesto democrático" – disse ela, na tentativa de trazer o Presidente para o jogo democrático.

O que espero é que o Presidente consiga entender tudo isso, que nada mais é do que a manifestação do inconformismo dos brasileiros. Afinal, num País como este, rodeado de desenvolvimento em todas as outras áreas do mundo, por que só aqui não dá certo?

Não seria bom o Presidente voltar-se para si mesmo, para perceber que o erro é seu?

Sr. Presidente, estou anexando a este pronunciamento as notícias a que me referi, para que, no futuro, quando se fizer a avaliação do desastre que terá sido o Governo Lula, o historiador tenha nos **Anais** do Senado elementos para consulta.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MERCADO REDUZ PREVISÃO DE PIB PARA 2,66% NO ANO

O mercado elevou o prognóstico para a inflação e reduziu a estimativa para o crescimento neste ano, ambos pela quinta semana seguida, prevendo que o governo não cumprirá nenhuma das duas metas, mostrou do Banco Central nesta segunda-feira.

A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2005 recuou de 3% para 2,66%.

A previsão para a expansão em 2006 permaneceu em 3,5%. A revisão ocorre na semana depois da divulgação de dados mostrando uma retração maior que a esperada da economia no terceiro trimestre. Segundo o IBGE, o PIB teve recuo de 1,2% no .

O prognóstico para a inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano subiu de 5,59% para 5,63%. A projeção para 2006, por outro lado, caiu de 4,55% para 4,51%.

As projeções para a taxa de câmbio em 2005 e 2006 mantiveram-se em, respectivamente, R\$ 2,25 e R\$ 2,45.

As estimativas para a taxa de juros no final deste ano e do próximo ficaram estáveis em 18% e 15,50%.

A previsão para a inflação nos próximos 12 meses caiu de 4,64% para 4,56%.

O prognóstico para o superávit da balança comercial subiu de US\$ 42,76 bilhões para US\$ 43 bilhões em 2005. Para 2006, ele aumentou de US\$ 35,40 bilhões para US\$ 35,66 bilhões.

‘Tem muita gente nervosa porque o fracasso virou sucesso’, diz presidente

Em discurso na noite de ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva queixou-se de que as “coisas ruins” ficam “martelando, martelando e martelando” na mídia, enquanto as realizações boas do governo aparecem pouco ou apenas um dia na imprensa. Ao participar da abertura da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, ele recebeu aplausos da maioria dos participantes do encontro e vaias isoladas. Estimada em cerca de mil pessoas, a platéia era formada por profissionais da área social de diversos Estados.

Mesmo com a queda do PIB no terceiro trimestre divulgada na semana passada, o presidente demonstrou que mantém a auto-estima elevada. “Tem muita gente nervosa porque o fracasso (do governo) virou sucesso”, disse Lula, referindo-se à política social. “Muitos imaginavam que esse governo não ia dar certo. ‘Ele não sabe governar, não vai cuidar dos pobres e vai ser um fracasso’”, completou o presidente.

“Nossos adversários ficam irritados quando comparamos dados”, comentou Lula. E desafiou a oposição a comparar dados da área social do atual governo com os dos anteriores.

“Podem comparar o que quiser: aumento de doutores, aumento de recursos para agricultura familiar”, disse. O presidente também comentou as vaias que vieram da platéia. “Muito mais que um discurso, o dia de hoje valeu não porque encontrei um grupo disposto

a aplaudir ou vaiar o presidente”, disse. “Encontrei aqui um grupo que está dizendo: presidente, independentemente do governo ou do partido, o que queremos é uma política para ajudar os pobres, e não para ajudar um partido ou um governo.”

O presidente repetiu que, no atual governo, destinar recursos aos pobres não é um gasto, mas um investimento. Em seguida, observou que “é importante ouvir elogio quando é verdadeiro, da mesma forma é importante ouvir a crítica quando é verdadeira, e dar à crítica a mesma importância que aos elogios.”

Muitos assistentes sociais reclamaram, em conversas reservadas, do contingenciamento de recursos para programas como o de erradicação do trabalho infantil (PET). A secretária de Assistência Social de Uruguaiana, Elisabeth Brettas Felice, contou que a prefeitura de sua cidade só recebeu em 18 de novembro os recursos para os programas sociais de agosto e setembro. “Vaiar é um gesto democrático”, disse Elisabeth que, no entanto, ficou em silêncio quando Lula subiu ao palco. Um dos organizadores do evento puxou um “Parabéns a Você” para o Presidente. Lula fez aniversário em outubro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Brasília, 29 de Setembro de 2004.

Caro(a) Segurado(a) da Previdência Social,

Em maio passado, o Governo Federal encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei para permitir aos aposentados e pensionistas da Previdência Social acesso a linhas de crédito com taxas de juros reduzidas.

Agora, o Legislativo aprovou o projeto e acabamos de sancioná-lo. Com isso, você e milhões de outros beneficiários(as), passam a ter o direito de obter empréstimos cujo valor da prestação pode ser de até 30% do seu benefício mensal. Você poderá pagar o empréstimo com juros entre 1,75% e 2,9% ao mês.

Esperamos que essa medida possa ajudá-lo(a) a atender melhor às necessidades do dia-a-dia. Por meio de ações como esta, o Governo quer construir uma Previdência Social mais humana, justa e democrática. Afinal a Previdência é sua! – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República – **Amir Francisco Lando**, Ministro de Estado da Previdência Social.

CONJUNTURA

País deve ficar na lanterna do ranking de crescimento da renda e anistia para baixo a média geral. Com o valor menor, carga tributária em relação ao PIB deve ser maior que os 37,5% previstos

Brasil dentro da América Latina

caia, com o suporte de projeto de
área 2.500 m².

As novas perspectivas de crescimento para Brasil e México, no terceiro trimestre, empurraram ladeira abaixo as projeções de economia para a América Latina e o Caribe. Até setembro, todos os analisadores apontavam para um ligeiro aumento médio da região de 4,1%. Mas, agora, os cálculos

三

O México cujo PIB deveria crescer 3,8% pelas contas da Cepal, a se confirmar a previsão de que o PIB anual não passará de 2,7%, ficará na baixaria do ranking de crescimento da região. Ao encontro, segundo a Comissão Económica para América Latina (Cepal), os últimos lugares na lista estariam reservados a El Salvador e República Dominicana.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

A revista **Época**, em sua edição de 4 de abril, trouxe extensa reportagem sobre a violência urbana no Brasil.

Os dados apresentados pela publicação apontam quais as cidades mais violentas de nosso País, bem como, reversamente, aquelas que apresentam os melhores índices de segurança pública.

Contrariando a opinião generalizada, podemos constatar que ainda existem áreas de tranquilidade em nosso País, bem como municípios que lograram obter uma significativa redução de seus índices de violência no período entre 2000 e 2003.

Por outro lado, também verificamos que diversas cidades apresentaram um expressivo aumento nesses índices ou não conseguiram obter uma redução significativa. Para minha consternação e a de todos os amapaenses, a capital de nosso Estado, Macapá, é uma dessas cidades.

De acordo com a revista **Época**, Macapá se acha em nono lugar no **ranking** de violência das vinte e sete capitais brasileiras, à frente de cidades cuja população é muito maior, tais como Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Brasília.

Não se trata, obviamente, de desmerecer o trabalho efetuado naquelas cidades, mas de destacar a desproporção entre os índices de uma cidade pequena como Macapá e os das metrópoles que citei.

Diz a reportagem que o risco de homicídio em Macapá seria de 40,90 por 100 mil habitantes, ao passo que em Salvador este risco seria de 26,75 por 100 mil. Ao lembrar que a população estimada de Macapá é de 325 mil habitantes e a de Salvador é de 2 milhões 630 mil, não podemos deixar de pensar que há algo de estranho.

Pois, efetivamente, uma cidade menor deveria ser mais facilmente policiável que um município de grande população e que durante todo o ano recebe um enorme influxo turístico. No entanto, verifica-se justamente o oposto: o risco de morte violenta em Macapá é significativamente maior que nas ruas da capital baiana e também nas de Belém, Curitiba, Goiânia e João Pessoa.

O índice obtido é, inclusive, superior à média nacional, que é de 35,52 por 100 mil.

Os dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Informações Criminais do Ministério da Justiça, ainda que obtidos por metodologia diferente, apontam na mesma direção que a pesquisa do IPEA que embasou a reportagem.

Para o período entre 2001 e 2003, o Ministério informa que a ocorrência de homicídios e latrocínios consumados e tentados em Macapá atingia uma taxa média de 37,1 por 100 mil. Se tal média ficava abaixo da registrada nas capitais, que era 40,3, ainda assim mostrava uma tendência de crescimento no período considerado.

Se forem verificados os dados referentes a outros tipos penais, como estupro, atentado violento ao pudor e lesão corporal, pode ser observado que, em todos esses casos, a distribuição das ocorrências em Macapá é mais alta que a média nacional.

Particularmente quanto ao crime de lesão corporal, a capital de meu Estado detém a indesejável distinção de liderar o **ranking** nacional, apresentando uma média de 1.257,1 casos por 100 mil, contra uma taxa nacional de 383,1.

As causas para essa elevada tendência à criminalidade que se observa em Macapá não são inapreensíveis: a forte desigualdade social, o grande incremento populacional havido desde 1988 e que foi acompanhado por intensa urbanização.

Ademais, há as dificuldades econômicas que afigem um Estado comparativamente destituído de recursos financeiros, cuja economia ainda não se encontra em nível totalmente sustentável e cujos índices sociais ainda se situam muito aquém do desejado, particularmente quanto à educação e qualificação de sua população.

Também temos de considerar outros fatores, como a posição geográfica do Amapá, região de fronteira cuja principal porta de entrada é justamente sua capital, polo local de atração e terreno fértil para a desagregação das relações comunitárias que inibem o uso da violência.

Ainda que o diagnóstico da doença e o reconhecimento de suas causas sejam relativamente simples, seu combate é extremamente complexo, como perceberam praticamente todos os cidadãos brasileiros.

O Governo Federal, respondendo ao desafio, vem se dedicando à produção de novas abordagens para o problema da criminalidade.

Ao Plano Nacional de Segurança Pública editado em 2000 seguiu-se o atual projeto de um Sistema Único de Segurança Pública, que propõe uma alteração significativa do paradigma de combate ao crime, de um modelo puramente repressivo para uma política que abranja todas as facetas do problema.

Mas, conquanto o diagnóstico seja arrojado, os resultados obtidos foram, quando muito, modestos, e não por falta de recursos, somente.

Por exemplo, entre 2000 e 2002, foram canalizados 2,6 bilhões de reais para 124 programas de segu-

rança. No entanto, o mesmo governo que engendrara um projeto arrojado não conseguiu implementá-lo efetivamente, investindo a esmo os recursos existentes e reforçando, na prática, aquele modelo repressivo que todos reconhecem ser ineficiente.

O atual projeto do Sistema Único de Segurança Pública parece inclinado a seguir o mesmo caminho. As boas intenções e a competência técnica de seus formuladores parecem não encontrar eco na vontade de implementação efetiva das diretrizes nele traçadas.

A atuação firme do Governo Federal é particularmente importante para Estados e Municípios mais pobres, uma vez que facilitará a superação das deficiências porventura existentes em seus sistemas de segurança pública e que, em razão de sua escassa capacidade financeira, seriam de difícil ou impossível superação.

A capacitação técnica e material da máquina pública, nesses entes federativos, não pode prescindir da participação da União e do auxílio dos Estados e Municípios mais bem aparelhados.

Mais que reconhecer os sintomas, é necessária uma atuação decisiva para implantação coordenada de uma real política nacional de combate ao crime, que permita a articulação efetiva entre

União, Estados, Municípios e a sociedade, que conclua a transição para uma polícia democrática e cidadã e que leve à definitiva redução da impunidade, base de toda a violência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna para requerer que conste dos Anais desta Casa de Rui Barbosa, carta que encaminhei à revista **Época** relacionada à matéria “Chantagem e Caixa 2” (edição 394, de 5 de dezembro de 2005).

Trata-se de matéria baseada em fonte injuriosa, inescrupulosa, sem qualquer credibilidade, que apresentou ao repórter um dossiê fraudulento repleto de informações fantasiosas.

Entre outras ilações, a fonte atribui a mim recibo que, na verdade, se trata de grosseira falsificação, até mesmo com erros crassos da língua portuguesa.

Resta lamentar que pessoas com tais credenciais ainda tenham guardada em parte da imprensa responsável deste País.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado Federal, reitero que a carta acima seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“CHANTAGEM E CAIXA 2”.

Com relação á matéria “Chantagem e caixa 2”, publicada por **Época**, em sua edição de 5 de dezembro (número 394), gostaria de acrescentar que:

1) As suspeitas levantadas pelo sr Nilton Monteiro são absolutamente falsas. O valor apontado por ele (R\$ 100 milhões), como sendo o de gastos da campanha eleitoral de 1998, é absurdo e fantasioso. Portanto, é também fantasiosa e caluniosa a afirmação de que esses valores teriam vindo de estatais do Governo de Minas.

2) Nunca assinei qualquer documento que atestasse recebimento de quaisquer quantias originárias de agencias publicitárias para a referida campanha. Afirmo ser uma falsificação grosseira a cópia de recibo, no valor de R\$ 4,5 milhões, que integra o suspeito dossiê apresentado pelo sr Monteiro. Com relação a isso, tomarei as providencias judiciais aplicáveis.

3) O Sr. Nilton Monteiro responde a diversos processos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais – dois deles por falsificação.

4) Reitero que o sr Monteiro nunca participou de campanhas do PSDB. Ele mente sobre encontros que diz ter tido comigo.

5) Na última semana, em reunião com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, tive a oportunidade de relatar a armação da qual estou sendo vítima.

6) Por fim, não admito que um cidadão, com a motivação que **Época** deixou explícita, faça contra mim acusações infundadas. Ao mostrar que o sr Monteiro tem interlocutores no PT, a revista também deixa claro outro objetivo do ataque: fazer de mim o contraponto para problemas de toda sorte enfrentados por membros desse partido e do Governo. Repudio artifícios como este, que só fazem confundir a opinião pública. – Senador **Eduardo Azeredo**, (PSDB-MG).

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar os últimos resultados sobre o crescimento do PIB brasileiro. Segundo projeções do FMI, o Brasil deve

crescer muito abaixo da média dos demais países emergentes e da própria soma das economias globais.

Os jornais do dia 1º de dezembro do corrente mostram que a revista **The Economist** mantém o Brasil como lanterninha do ranking de crescimento de mercados emergentes. Os jornais mostram, ainda, que, segundo economistas, o Brasil não soube tirar proveito da bonança mundial para aprovar reformas estruturais e aumentar as taxas de investimentos, providências mais do que necessárias para aumentar o potencial de crescimento da economia do país.

PIB DO 3.º TRIMESTRE: FREIO NO CRESCIMENTO

País é o lanterninha dos emergentes

Na lista da revista 'The Economist', crescimento do Brasil está em último lugar entre as economias em desenvolvimento

Patrícia Campos Mello

O Brasil mantém o título de lanterninha do ranking de crescimento dos países emergentes. O País está em último lugar no índice de crescimento de mercados emergentes, publicado pela revista britânica *The Economist* semanalmente. Enquanto países como a Índia, China, Venezuela e Argentina cresceram mais de 8% no terceiro ou segundo trimestre (em comparação com o mesmo trimestre do ano passado), o Brasil cresceu apenas 1%. Segundo previsão do Fundo Monetário International, os países emergentes vão crescer, em média, 6,4% em 2005 – mais que o dobro do Brasil, que deve crescer só 3% este ano.

"Até os Estados Unidos cresceram mais (3,7% no trimestre) – e olha que acabamos de ter o furacão Katrina", nota Christian Stracke, estrategista de mercados emergentes da consultoria americana CreditSights.

Mas por que todos os países vêm se aproveitando do cená-

Índia, China, Venezuela e Argentina cresceram mais de 8%

rio internacional muito positivo, mas o Brasil continua na rabeca? Segundo Stracke, o País tem sérios obstáculos estruturais, os famosos gargalos, que o impedem de ter um crescimento acima de 4% sem produzir inflação. Por isso, o governo precisou adotar uma política monetária bastante restritiva para evitar a inflação e ela brecou o cres-

cimento. "Tivemos um boom de crescimento alimentado pelas ótimas condições externas – mas esse crescimento bateu contra uma parede de obstáculos como a falta de infra-estrutura, que resultaram em inflação", diz o economista.

Outros países fizeram uma opção diferente. "Rússia e Argentina vêm registrando alto crescimento, mas com inflação na faixa dos 11%, 12%", diz. "O Brasil poderia ter crescido mais, se aceitasse um pouco mais de inflação. Mas isso seria muito arriscado, em um país com o histórico inflacionário e crônico brasileiro."

Os gargalos que impedem um salto no crescimento são ve-

ra precária, falta de capital humano, alta carga tributária, burocracia. "Esses gargalos não são uma exclusividade do Brasil, muitos emergentes sofrem com esses problemas; mas o País tem uma combinação única desses obstáculos, que dificulta crescer a taxas mais altas." Para Stracke, enquanto o Brasil tiver esses gargalos e não melhorar a qualidade do ajuste fiscal – para permitir investimentos em infra-estrutura – será difícil crescer mais do que 3% sem esbarrar em inflação. "É preciso fazer superávit primário com menos dinheiro gasto em Previdência e Bolsa Família, e mais em investimento em infra-estrutura."

INVESTIMENTO

Para Michael Gavín, economista-chefe para a América Latina do UBS Investment Bank, não é motivo para preocupação o desempenho pífio do PIB brasileiro no terceiro trimestre (queda de 1,2% em comparação com o trimestre anterior e crescimento de 1% em relação ao terceiro trimestre de 2004). "Trata-se apenas de um desvio cíclico criado pela política monetária apertada, necessária para segurar a inflação. Não indica uma tendência", diz Gavín.

Segundo ele, o fator importante, e preocupante, são as tendências de médio prazo. "O País precisa elevar sua taxa de investimento para aumentar seu crescimento potencial", diz o economista. "A atual taxa de investimentos – em cerca de 19% do PIB – não é suficiente para gerar mais do que 3,5% de crescimento anual."

A outra maneira de aumentar o potencial de crescimento da economia é elevar sua produtividade. Mas, para isso, seria necessário realizar reformas que reduzam a burocracia e carga tributária. "O que dificilmente vai acontecer nos próximos 12 meses", diz Gavín.

Segundo economistas, o País aproveitou a maré internacional positiva para fortalecer as contas externas, reduzir a inflação com o dólar baixo, e aumentar o nível de reservas. Mas não se aproveitou da bonança mundial para aprovar reformas estruturais e aumentar a taxa de in-

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MARCHA A RÉ

Taxa brasileira também deverá ficar abaixo da projetada para a média mundial; crescimento só empata com o dos países ricos

Brasil crescerá menos do que emergentes

CINTIA CARDOSO

DA REPORTAGEM LOCAL

Mantida a expectativa de uma taxa de crescimento do PIB por volta de 2,5% neste ano, o Brasil vai empatar com o desempenho médio dos países ricos, que, historicamente, têm um ritmo de expansão econômica mais fraco.

O FMI (Fundo Monetário International) projeta que os emergentes devem crescer, em média, 6,4% neste ano, e a soma das economias globais, 4,3%. A estimativa para o Brasil, entretanto, passa longe desses números. "Neste ano, o Brasil vai ter crescimento de Primeiro Mundo com taxa de inflação e taxa de juros de emergente", diz Sandra Utsumi, economista-chefe do BES Securities.

Para o economista Júlio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), a principal responsável pelo descompasso entre a economia do Brasil e a de seus pares é a taxa de juros. "A nossa taxa de juros é a maior do mundo. Além disso, o real excessivamente valorizado também prejudicou o crescimento no terceiro trimestre", avalia.

A manutenção de taxa de juros reais em torno de 13% causou retração na indústria e inibiu investimentos, sobretudo nos setores ligados à exportação, que poderiam ser os principais beneficiados de um momento em que a economia mundial está em ex-

pansão. "Houve um excesso de relo do Banco Central, mas também faltou coordenação do governo na execução dos recursos que já existiam", afirmou Utsumi.

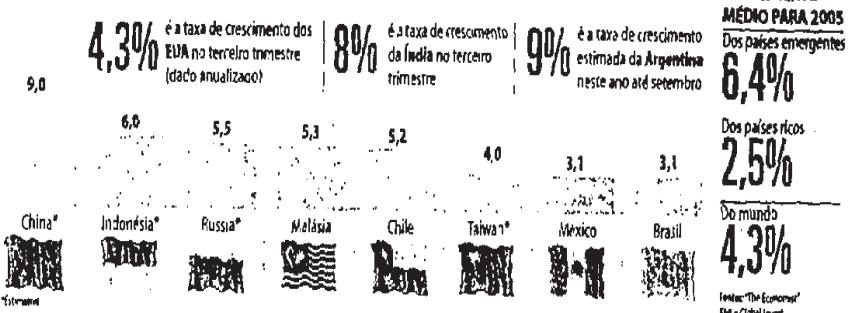
Enquanto o Brasil patinou, os outros emergentes, com desafios para os asiáticos, conseguiram tirar proveito do aquecimento global. Por uma característica estrutural, as economias asiáticas têm um grau de abertura comercial bastante superior ao brasileiro. A maioria desses países tem a corrente comercial (somaatório das importações com as exportações) equivalente a 50% do PIB. No Brasil, essa proporção mal alcança os 30%.

Outros fatores também têm auxiliado os países em desenvolvimento. "Na Rússia, na Malásia, na Indonésia e na Coreia do Sul, por exemplo, a taxa de câmbio desvalorizada ajuda as exportações e impulsiona o PIB. Com isso, eles conseguem se beneficiar mais do crescimento dos EUA", afirmou Pedro Paulo da Silveira, da consultoria Global Invest.

A Índia, avançada em boa medida pela sua área financeira, anunciou ontem que teve um crescimento de 8,1% no período de abril a setembro de 2005 contra o ano anterior.

BRASIL CRESCE MENOS QUE EMERGENTES

Variação do PIB nos quatro últimos trimestres contra os quatro trimestres anteriores, em %



O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O mandato de Dirceu vale uma crise?”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 30 de novembro do corrente.

O artigo trata da crise institucional armada em torno dos Poderes da República, crise esta provocada pelos vários adiamentos no processo de cassação do deputado José Dirceu. O autor afirma que a permanência de José Dirceu na Câmara dos Deputados “se apóia em dois argumentos falaciosos: a falta de provas contra sua ação no escândalo do ‘valerioduto’ e a

heróica contribuição que teria dado à difícil e dolorosa reconstrução da democracia no Brasil”.

José Nêumanne conclui: “Se ele vier a ser cassado, o que é esperado até por seu ex-chefe Lula, ter-se-á a esperança de que algo afinal se move para a frente no universo paralelo da política brasileira”.

Senhor Presidente, é nesse contexto que requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O mandato de Dirceu vale uma crise?

José Nêumanne

São realmente de impressão os resultados concretos do poder que ainda detém o comissário José Dirceu, na certa acumulado no período em que chefiou a Casa Civil no governo Lula. Prova a perspectiva de crise institucional armada entre os Poderes da República em torno da realização de uma sessão plenária da Câmara dos Deputados, hoje, na qual se definirá se a maioria de seus pares vai aprovar, ou recusar, o relatório de Júlio Delgado (PSB-MG), apoiado por 18 colegas contra 1 (l) no Conselho de Ética, recomendando sua cassação por quebra de decoro.

O primeiro presidente da República eleito pelo voto direto após 29 anos, Fernando Collor de Mello, teve seus atos ilícitos julgados publicamente e, de acordo com o depoimento isento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), nunca criou nenhum obstáculo de monta para que a CPI que investigou seu tesoureiro PC Farias os apurasse, fornecendo-lhe, ao contrário, o apoio necessário do aparelho policial, a ele subordinado. O então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches, comandou a sessão do Congresso em que o chefe do governo foi cassado e fez vista grossa para a ilegalidade flagrante da recusa em aceitar a renúncia de presidente, encaminhada em texto de próprio punho antes do julgamento. Collor foi impedido, perdeu os direitos políticos por oito anos e nunca foi condenado a pena alguma pelos crimes pelos quais foi punido com a perda do mandato. Dois chefes políticos tidos e havidos como eminências pardas na República pré-petista, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), tiveram de renunciar para não serem cassados e com isso perderem os direitos políticos. Em nenhum desses casos extremos, quan-

do a democracia era mais frágil e podia haver alguma preocupação quanto a seu desfecho, houve tanta confusão e se chegou tão perto de um desafio de parte a parte à autonomia dos Poderes entre o legislativo e o Judiciário.

Ac se tornar católico e, por conta disso, ser coroado rei da França, o huguenote Henrique IV explicou: “Paris bem que vale uma missa.” Agora é o caso de questionar se a permanência do deputado José Dirceu por mais oito anos no Parlamento vale uma crise institucional. O próprio, é claro, acha que sim e para isso se apóia em dois argumentos falaciosos: a falta de provas contra sua ação no escândalo do “valerioduto” e a heróica contribuição que teria dado à difícil e dolorosa reconstrução da democracia no Brasil. Para impor as próprias verdades como cânones irrecorribles sua Excelência se tem valido de uma sequência inédita na História de chicanas jurídicas que beiram o surrealismo.

Em 19 de outubro, o Supremo negou por 6 a 3 a alegação de sua defesa de que o fato de os delitos de que é acusado terem sido cometidos no Poder Executivo anularia o direito de julgamento por seus pares. Foi uma derrota apenas aparente, pois a decisão tornou clara a disposição do Judiciário de se intrometer em assunto de economia interna do Legislativo, conforme se comprovaria depois na decisão autoritária do ministro Eros Grau, indicado para o STF por Lula à época que Dirceu chefiava a Casa Civil, mandando Delgado reler o relatório sem as provas

obtidas com a quebra do sigilo bancário do réu. E também no “empate” de uma semana atrás, forjado pelo presidente Nelson Jobim, que contou um voto contra como a favor e não teve jeito de votar ele próprio, mesmo não sendo necessário seu voto. Isso não surpreendeu ninguém, pois no primeiro julgamento havia atuado não de acordo com seu papel de árbitro supremo, mas como se fosse defensor do réu. Fê-lo com desenvoltura idêntica à que tivera ao confessar que reescrevia artigos da Constituição sem se dar ao trabalho de consultar os outros constituintes.

Mais que isso, intriga quem cinco ministros do Supremo (segundo a conta de Jobim) confundido testemunhas arroladas num procedimento regimental com testemunhos de acusação criminal, mandando paralisar o processo porque Kátia Ribeiro, dona do Banco Rural, depois depois das testemunhas indicadas por José Dirceu. Como se o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o escritor Fernando Morais tivessem algo a acrescentar a informações sobre a contabilidade do banco no qual circulou o dinheiro que, segundo denúncia, nunca negada convintemente, de Roberto Jefferson (PTB-RJ), teria servido para comprar a adesão de parlamentares a partidos da base aliada ou seus votos em votações de projetos de interesse do governo. Preocupados com esse distalma, os membros

da Corte nem sequer perceberam o absurdo lógico de fazer corar uma estátua de Aristóteles de uma testemunha de defesa do réu, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), funcionar como seu julgador, com o poder de agendar a sessão capital.

Talvez esta seja a maior contribuição que o comissário José Dirceu, que pegou em armas para substituir a ditadura militar por outra, a dos jovens irados seguidores de Fidel Castro, possa estar dando à democracia brasileira. Mais que o risco de vida, que, aliás, ele não correu, como comerciante numa cidade perdida nos ermos do Paraná, ou que seu decadente talento gerencial, contestado desde a estúpida organização do Congresso da UNE, em Ibituna, seu papel fundamental na construção da democracia pode estar sendo esta demonstração cabal da hipocrisia e do faz-de-conta cínico que comandam o jogo de interesses políticos no Brasil. Se ele vier a ser cassado, o que é esperado até por seu ex-chefe Lula, ter-se-á a esperança de que algo afinal se move para a frente no universo paralelo da política brasileira, onde as versões se impõem aos fatos e a Justiça está sempre a postos para assegurar o direito de mentir. Se prosseguir a farsa da procrastinação infinita, vai ficar mais claro que em nosso país ainda prevalece o medo que o mais fraco tem do mais forte.

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a reportagem “Buratti foi elo entre donos de bingos e PT”, do jornalista Mario Cesar Carvalho, publicada pela **Folha de S.Paulo** em 20 de novembro do corrente.

O autor esclarece alguns detalhes sobre o esquema de arrecadação de recursos para a campanha do presidente Lula. Explica como agia o grupo, dividido entre São Paulo, com Rogério Buratti e Ralph Barque-

te trabalhando para Antonio Palocci; e Rio de Janeiro, com Waldomiro Diniz ligado a José Dirceu.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO**ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/PALOCCI NA MIRA**

Segundo empresários, ex-assessor de Palocci negocia doação para o caixa dois de Lula em 2002 de R\$ 1 milhão em São Paulo

Buratti foi elo entre donos de bingos e PT

MARIO CESAR CARVALHO

DA REPORTAGEM LOCAL

Não é fortuna a idéia de que o advogado Rogério Buratti fala com conhecimento de causa quando diz que o PT recebeu recursos para o caixa dois da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, do setor de bingos. Buratti foi um dos elos entre o partido e donos de bingos e fabricantes de máquinas, segundo empresários de São Paulo e do Rio ouvidos pela Folha e petistas de Ribeirão Preto.

A contribuição de R\$ 1 milhão que o PT recebeu de bingos de São Paulo em 2002, revelada pelo próprio Buratti ao Ministério Público, foi negociada por ele, segundo relato desses empresários.

Não há documentos sobre essa atividade de Buratti por razões óbvias: arrecadadores de recursos ilegais de campanhas políticas não passam recibo.

O advogado disse à Folha que nunca manteve contatos com empresários de bingos: “Caso eu tenha feito esses contatos para arrecadar dinheiro com bingueiros deve ser, com certeza, obra do Espírito Santo”, ironiza (leia texto nesta página).

No caso de Buratti, havia um agravante para explicar os cuidados que cercavam a operação de arrecadação de fundos. Buratti foi colocado na geladeira pelo PT em 1994, quando era secretário de Governo de Ribeirão Preto na primeira gestão de Antonio Palocci na prefeitura e foi apagando numa gravação falando sobre obras com um empreiteiro. A decisão do PT de colocá-lo na geladeira

mostrou que ele encenava: ele continuou trabalhando para o partido e para Palocci mesmo quando estava afastado.

Formalmente, o PT não tomou nenhuma medida contra Buratti. Um processo aberto na Comissão de Ética concluiu que o advogado deveria ser absolvido. Mas o partido nunca se preocupou em reabilitar o militante diante da opinião pública.

Divisão de trabalho

Buratti era encarregado de fazer os contatos com os bingos de São Paulo junto com Ralph Barquette, ex-secretário da Fazenda na segunda passagem de Palocci pela Prefeitura de Ribeirão Preto

(2001-2002), que morreu no ano passado de câncer. No Rio, Waldomiro Diniz foi designado pelo PT para fazer o mesmo trabalho.

O comitê de campanha do PT decidiu em 2002 que uma das medidas defendidas no programa de Lula, a regulamentação dos bingos, poderia ajudar a engordar a arrecadação. À época, os bingos só funcionavam por meio de liminar. O partido colocou em marcha uma operação segundo a qual os empresários de bingo de São Paulo e Rio deveriam contribuir com R\$ 1 milhão cada grupo.

No primeiro depoimento de Buratti à CPI dos Bingos, ele afirmou que a meta foi cumprida nos dois Estados. Empresários entre-

vistados pela Folha apresentaram uma versão diferente: Buratti foi mais eficiente que Waldomiro Diniz. O ex-presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio) não teve conseguido arrecadar a sua parte, de acordo com essa versão.

A divisão de trabalho entre o Rio e São Paulo obedecia a uma lógica de divisão de poder dentro do partido. Waldomiro Diniz era ligado ao então deputado federal José Dirceu, enquanto a dupla Buratti-Barquette trabalhava para Palocci. Se é concreta a versão de que o grupo de Palocci conseguiu a contribuição e o de José Dirceu fracassou, esse fato teria contribuído para Palocci conquistar pontos na cípula petista. Afinal,

não é qualquer um que consegue R\$ 1 milhão de empresários antes da realização do primeiro turno de uma eleição.

Foi por causa dos contatos que Buratti tivera com empresários de bingo que a Gtech decidiu procurá-lo em 2003 para tentar renovar um contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal. O nome de Buratti foi sugerido à Gtech, uma das maiores empresas de jogos do mundo, por empresários de bingo. A Gtech não tem negócios com bingos, mas mantém contatos com empresários do setor por ter interesse no crescimento do mercado de jogos.

A empresa diz que foi Buratti quem a procurou, com a intenção

de extorquir dinheiro no processo de negociação com a Caixa. Em 2003, Ralf era assessor da presidência da Caixa, cargo em que pôde perceber os esforços da Gtech para manter o contrato.

Decepção

A doação de R\$ 1 milhão à campanha do PT é proporcional à decepção que os empresários tiveram com a decisão que o presidente Lula tomou depois de Waldomiro Diniz ter sido flagrado em uma gravação de vídeo pedindo propina ao empresário Carlos Cachoeira — o fechamento dos bingos por meio da medida provisória 168, editada em janeiro do ano passado. Na época em que gravação foi divulgada, em 2004, Waldomiro era assessor de José Dirceu, então ministro da Casa Civil.

Decepção e traição são os termos mais isonômicos reservados a Lula e ao PT pelos empresários de bingo. Com o fechamento das casas, os fabricantes de máquinas deixaram o país. Poi o que aconteceu com os angolanos José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Artur José Valente Oliveira Caio, apontados pela revista “IstoÉ Dinheiro” como os doadores de R\$ 1 milhão para o PT — versão negada pelo advogado da dupla, Paulo José Lázio de Moraes.

No início do ano passado, eles fecharam a Pabama (Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas) em São Paulo e decidiram deixar o país. Vivem entre Miami e Lisboa e produzem equipamentos na Europa. Não querem ouvir falar de política, muito menos do PT, segundo interlocutores dos empresários.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dirceu comanda PT em manobra contra sessão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 30 de novembro do corrente.

A matéria mostra que o deputado José Dirceu, acusado de “chefiar” o esquema do mensalão, continua sua batalha para adiar, mais uma vez, a votação do pedido de cassação de seu mandato, muito embora

ele afirme que “não está trabalhando para empurrar a decisão até o ano que vem”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dirceu comanda PT em manobra contra sessão

Em reunião fechada com companheiros de partido, deputado apresentou um novo argumento jurídico que impediria a votação em plenário hoje

CRISE NO GOVERNO LULA'

Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Se o Supremo Tribunal Federal deixar, a Câmara vota hoje à noite o pedido de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP), em meio a grande expectativa de seus aliados e opositores. O resultado da decisão do STF – que se reúne a partir das 14 horas – já será conhecido no início da sessão marcada pela Câmara para as 19 horas. O mais provável é que o STF determine a retírada de um trecho do parecer do relator, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), e permita o julgamento de Dirceu.

Não é improvável que Dirceu entre com novo recurso judicial hoje, antes ou depois da votação, cobrando a republicação do parecer do relator, depois de feitas as modificações determinadas pelo STF. Embora o próprio Dirceu tenha ficado mais otimista nos últimos dias, na avaliação dos seus aliados ainda lhe falta ganhar 40 votos para safar-se da cassação, que será inevitável se alcançar pelo menos 257 votos do total de 513 deputados.

Como medida preventiva, o relator Júlio Delgado já preparou um parecer em que excluiu o depoimento da diretora do Banco Rural, Kátia Rabello, que teria atropelado os depoimentos das testemunhas de defesa e que deve ser eliminado do parecer, segundo a decisão provisória do STF. “Mesmo sem o depoimento de Kátia Rabello e sem os documentos sigilosos, os dados são suficientes para o plenário fazer o seu julgamento”, disse ontem Delgado.

ÚLTIMA CARTADA

Dirceu chegou à reunião da coordenação do PT na Câmara, ontem cedo, preparado para deflagrar mais uma batalha por um novo adiamento. Ao chegar ao plenário 16, uma surpresa: o presidente do Conselho de Ética da Câmara, Ricardo Izar, passava pelo corredor. O inevitável cumprimento foi constrangedor – apenas um protocolar aperto de mãos. Izar estava a caminho do STF, onde conversaria com o presidente, ministro Nelson Jobim. Voltaria mais tarde convencido de que a votação não seria adiada.

Na reunião fechada com seus companheiros de partido, Dirceu apresentou um novo argumento jurídico que impediria a votação em plenário hoje. Segundo ele, mesmo que a decisão do STF seja pela leitura do relatório, depois de suprimido o depoimento de Kátia Rabello, a votação no plenário não poderia acontecer porque deveria ser antecedida por uma nova publicação do voto do relator.

Dirceu disse aos deputados que não está trabalhando para empurrar a decisão até o ano

que vem, embora defende o adiamento da votação em plenário por alguns dias. Ele afirmou que espera uma conclusão do processo em dezembro.

Ao final da reunião, os petistas saíram, em coro, defendendo a tese do ex-ministro. “Acho muito difícil a votação amanhã (hoje), senão impossível”, repetiu o primeiro a sair, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP). Dirceu saiu em seguida e não quis falar sobre um possível adiamento. “Isso é questão para os advogados”, remeteu. Massen, advogado, José Luís Oliveira Lima, já tem pronta a petição que será encaminhada à presidência da Câmara, se o STF determinar apenas a supressão parcial dos depoimentos. A petição pedirá que o voto do relator, por ser diferente do anterior, seja repубlicado e notificado à defesa.

O deputado confirmou que há tempo para o processo ser concluído ainda este ano: “Dá tempo de sanar os vícios do processo.” E, antes que a tarde terminasse, saiu novamente em campo à cata de votos que faltam. • Colaborou Vera Rosa

Três manifestos a favor serão distribuídos

BOCA DE URNA: Antes da sessão de hoje, cada deputado receberá três manifestos a favor de Dirceu – um de sindicalistas, outro de artistas e intelectuais, o terceiro, de advogados, capitaneado por Dalmo Dallari e Hélio Bicudo. Também será distribuído um panfleto intitulado “13 manipulações contra José Dirceu”, contestando as acusações a ele.

Dirceu conseguiu reverter muitos votos contrários na bancada do PT. Ele terá a maioria dos deputados, mas ainda colherá uns 10 votos contra, entre eles o do deputado Tarçisio Zimmermann (RS): “Eu votei pela cassação. Os atos dele contribuíram para o governo e o PT chegarem à situação crítica a que chegaram”, disse • L.N.L.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, com 144 anos de história, a Caixa Econômica Federal é uma daquelas instituições que têm a cara do Brasil. É impossível enumerar, em uma fala de poucos minutos, o extraordinário rol de realizações de uma entidade que tanto contribuiu para o desenvolvimento de nosso País no último século e meio.

Limitar-me-ei, portanto, aos últimos trinta meses, período que é o objeto do relatório “2003/2005: a Caixa cresce e quem ganha é o Brasil”, que me chegou recentemente às mãos.

Presente em todos os 5.561 municípios brasileiros, a Caixa vem provando, nos últimos 30 meses, que é perfeitamente possível combinar, em um banco 100% público, preocupação social com eficiência e competitividade.

A Caixa é o banco brasileiro mais acessível à população. No ano de 2004, a Caixa repassou à sociedade recursos equivalentes a 5% do PIB! É a instituição financeira mais próxima do cidadão brasileiro, independentemente de sua renda e de seu patrimônio.

Entre janeiro de 2003 e junho de 2005, a Caixa ampliou em 47% sua carteira de crédito, 9 pontos percentuais a mais que o restante do Sistema Financeiro Nacional, injetando mais de 90 bilhões de reais na economia brasileira. No que diz respeito à aplicação em políticas públicas, somente em 2004, foram 97 bilhões de reais transferidos para todos os cantos do território brasileiro, com previsão ainda maior, de 120 bilhões, neste ano de 2005.

A Caixa vive, atualmente, um de seus melhores momentos. Nos últimos 30 meses, o ativo bancário da Caixa aumentou 30%, o que a torna detentora do segundo maior ativo entre as instituições financeiras atuantes no País. Na primeira metade de 2005, o banco teve o maior lucro semestral de sua história, e vem se destacando como um administrador de fundos da maior confiança e competência, tendo sido premiado em quatro categorias pelo Guia Exame 2005.

No que diz respeito aos clientes, a palavra-chave na Caixa é “inclusão”. Sua base de clientes, que hoje totaliza 33,6 milhões de pessoas, foi expandida em 45% nos últimos 30 meses. Registrou-se, no período, uma elevação significativa no volume de depósitos, especialmente em poupança, categoria em que a Caixa responde por 31,7% do total de depósitos no País. É preciso frisar que o número espantoso de clientes da Caixa não compromete o excelente atendimento do banco: há quase dois anos a Caixa está ausente do ranking de reclamações do BC.

A Caixa conta também com programas voltados especialmente para o auxílio às administrações municipais, como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR),

o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e o Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal (PNAFM). Nos últimos 30 meses, tais programas foram responsáveis, entre outras coisas, pela construção de quase 160 mil casas e por 500 obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, asfaltamento e recuperação de vias urbanas.

A Caixa está profundamente engajada nos esforços pelo aumento da oferta de crédito à população. Entre dezembro de 2002 e junho de 2005, o saldo das operações de crédito comercial da Caixa teve uma expansão de 122%, contra 42% do restante do sistema financeiro nacional. Os planos são de fechar 2005 com um resultado de mais de 10 bilhões de reais só em financiamento habitacional, que tradicionalmente é um dos fortes da instituição.

A participação da Caixa vem crescendo não apenas no mercado doméstico, mas também no mercado internacional. O banco disponibilizou, recentemente, novas opções para os emigrantes enviarem remessas ao Brasil, bem como novas operações de câmbio, ampliando, dessa forma, sua atuação no comércio exterior. A Caixa tem, também, incrementado o intercâmbio com organismos multilaterais de fomento, como o BID, o BIRD e o PNUD.

Merece menção, por fim, a atuação da Caixa na área social e cultural. A Caixa é o principal agente financeiro de políticas públicas do Governo Federal, sendo responsável pelo repasse à população dos recursos provenientes dos programas sociais. Com seus 17 mil pontos de atendimento em todos os municípios brasileiros, a Caixa registrou, de janeiro a julho de 2005, um total de 3,1 bilhões de reais em recursos de programas sociais transferidos pelo Governo à parcela mais pobre da população.

Não é diferente nos esportes. Por meio de repasses das Loterias e de patrocínios, a Caixa tem ajudado os atletas brasileiros na busca de seus melhores resultados. Nos últimos 30 meses, foram 160 milhões de reais transferidos ao Comitê Olímpico Brasileiro e mais 30 milhões destinados ao Comitê Paraolímpico Brasileiro. Patrocínios diretos a paradesportistas e aos demais atletas já ultrapassaram os 10 milhões de reais em 2005.

Na área cultural, a Caixa investiu, desde 2003, mais de 45 milhões de reais em projetos culturais e pedagógicos em todas as regiões do País. Atualmente, a instituição trabalha, em parceria com o Ministério da Cultura, na restauração de quatro grandes museus brasileiros. A Caixa mantém, ainda, cinco espaços culturais bastante freqüentados em cinco capitais brasileiras, com planos de abrir três novas unidades em 2006.

Sr. Presidente, transmito à diretoria e a todo o corpo de funcionários da Caixa Econômica Federal meus

efusivos parabéns pelos resultados que a instituição tem alcançado nos últimos anos. A Caixa merece a projeção e o prestígio que conquistou.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se dia 7 de dezembro, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 29-3-2006

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.351, de 2005.

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

8

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1998**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.059, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)*.

9

**REDAÇÃO FINAL DA
EMENDA DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2003**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.061, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na Casa de origem), que *altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro*.

10

**REDAÇÃO FINAL O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.060, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza) do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal*.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de origem), que *denomina "Viaduto Colonizador Énio Pipino" o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na BR-163*.

Parecer sob nº 1.956, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com apresentação da Emenda nº 1-CE, de redação.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005 (nº 432/2003, na Casa de origem), que *define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema*

Único de Saúde – SUS, e dá outras provi- dências.

Parecer favorável, sob nº 1.955, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes.

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 1995**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, de iniciativa da Comissão Es-

pecial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.069, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Aelton Freitas, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)

(OS Nº 18288/05)

ATA DA 152ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 140, de 6 de setembro de 2005)

RETIFICAÇÕES

À página nº 30129, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2005,

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

À página nº 30131, 1ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005,

À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ATA DA 156ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 144, de 13 de setembro de 2005)

RETIFICAÇÕES

À página nº 30536, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005,

Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

À página nº 30538, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005,

Às Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

ATA DA 158^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 146, de 15 de setembro de 2005)

RETIFICAÇÕES

À página nº 30946, 2^a coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005,

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

À página nº 30947, 2^a coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005,

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

**ATA DA 198^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 9 DE NOVEMBRO DE 2005**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 184, de 10 de novembro de 2005)

RETIFICAÇÃO

Na Ata, à página nº 38786, substitua-se a lista de votação da Comissão de Assuntos Econômicos às Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 oferecidas ao Projeto de Resolução nº 44, de 2004 (MSF nº 180, de 2004), pela seguinte lista de votação do Requerimento nº 1.261, de 2005:

VOTAÇÃO NÔMINAL

REQUERIMENTO N° 1.261, DE 2005

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/11/2005

Num. Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

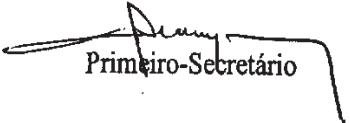
Abertura: 9/11/2005 19:16:34
Encerramento: 9/11/2005 19:25:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUÉ	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÁO SANTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 00 Total : 44
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

ATA DA 207ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,

EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 193, de 24 de novembro de 2005)

RETIFICAÇÕES

Na Ata, à página nº 40784, no item correspondente à votação da Mensagem nº 244, de 2005, foi publicada equivocadamente a lista de votação correspondente à Mensagem nº 249, de 2005, devendo, portanto, considerar-se a seguinte lista de votação:

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 244, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. EDGARD TELLES RIBEIRO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA TAILÂNDIA, E CUMULATIVAMENTE, OS CARGOS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REP. SOC. DA UNIÃO DE MYANMAR, NA REP. DEM. POPULAR DO LAOS E NO REINO DO CAMBOJA

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 23/11/2005

Num. Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 23/11/2005 17:46:25
Encerramento: 23/11/2005 17:54:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 42
Votos NÃO : 13 **Total : 56**
Votos ABST. : 01

Primeiro Secretário

:::::::::::

Na página nº 40787, no item correspondente à votação da Mensagem nº 249, de 2005, foi publicada equivocadamente a lista de votação correspondente à Eleição do Conselho e Ética e Decoro Parlamentar, devendo, portanto, considerar-se a seguinte lista de votação:

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 249, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ALMIR FRANCO DA SÁ BARBUDA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA BÉLGICA E, CUMULATIVAMENTE, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO GRÃO- DUCADO DE LUXEMBURGO

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 4 Abertura: 23/11/2005 17:55:08
 Data Sessão: 23/11/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 23/11/2005 17:58:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEÓ PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 39

Votos NÃO : 12 Total : 51

Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

6-12-2005
terça-feira

15:00 – Reunião sobre o Conselho Superior de Cinema – ANCIHE

Senhor André Sturm, Presidente do Sindicato da Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo

Senhor Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras

Cinematográficas operadoras de Multiplex e Presidente da Cinemark do Brasil

Senhor Carlos Eduardo Rodrigues, Diretor da Globofilmes

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Juiz Valter Souza Pugliesi, Presidente da Amatra

Juiz Roberto Ricardo Guimarães Gouveia, Diretor da Amatra

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pau- ta sobreposta

Plenário do Senado Federal

18:00 – Top Model da Agência Mega, para entregar a camiseta da Campanha “Natal dos Sonhos”

Ana Cláudia Mechels

Isabela Fontana

Caroline Bittencourt

Caroline Franceschini

Larissa Castro

Juliana Imai

Ana Rickman

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal. – **Marta Lyra Nascimento**, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado.

PARECER N° 35, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n° 53, de 2005-CN, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00 para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Geraldo Resende**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 127, de 2005-CN, e nº 691/2005, na origem, o Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R\$ 879.000,00 para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos-EM nº 218/2005/MP, de 1º de outubro de 2005, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado visa a inclusão de categoria de programação no orçamento vigente, com vistas a adequar a programação do Fundo Nacional de Assistência Social à sua real necessidade de execução. O crédito viabilizará a realização de ações sociais e comunitárias para populações carentes e de serviços de proteção socioassistencial a crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, bem como a construção, ampliação e modernização de centros públicos voltados ao atendimento dessa parcela da população.

O crédito correrá à conta do cancelamento parcial de dotações orçamentárias.

Segundo informa a EM, os remanejamentos das dotações propostos não trarão, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de execução até o final do presente exercício.

A propósito do que determina o ad. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), é esclarecido na Exposição que as fontes de recursos previstas têm natureza primária e que, portanto, não prejudicarão o alcance da meta de superávit primário. Ademais a EM recorda que o art. 14 do Decreto nº 5.379/2005¹ condiciona a execução de despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

II – Emendas

Ao PLN nº 53, de 2005, foram apresentadas 15 emendas de autoria de diversos parlamentares.

Das 15 emendas, uma (nº 1) objetiva acrescer recursos a programação já existente. Tal procedimento é aceitável em projetos de lei de crédito suplementar, mas não em projetos de lei de crédito especial. Sobre o assunto o art. 65, § 6º, da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005 (LDO/2005) – Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2005 – estabelece que cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo

de crédito adicional. Duas emendas (nºs 2 e 3) indicam valores para cancelamento superiores à própria programação a ser cancelada.

III – Voto do Relator

Os cancelamentos previstos no crédito especial em análise são oriundos de programações inseridas na lei orçamentária mediante emendas parlamentares.

Cotejando-se os acréscimos com os cancelamentos, conforme quadro em anexo (Anexo 1), percebe-se que o presente crédito destina-se a ajustar as programações, no que se refere à mudança de ação, de modalidade de aplicação-MOD, de grupo natureza de despesa-GND etc,

encontrando-se mantidas as localidades a serem beneficiadas e os valores originais.

Merece destaque, no entanto, a utilização da modalidade de aplicação 90-Aplicação Direta, no programa Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude, no subtítulo Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança, ao Adolescente – Hortolândia – SP (funcional 08.243.0070.2556.0351). Conforme depreende-se dos artigos 12 a 15 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – compete à União apoiar técnica e financeiramente os serviços assistenciais, os programas e projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional, estando a execução a cargo dos estados e municípios, mediante destinação de recursos próprios ou transferidos. Portanto, a modalidade de aplicação adequada ao presente caso seria 30 – Transferências a Estado, ou 40 – Transferências a Município, ou, não sendo possível identificar antecipadamente uma ou outra, 99-A Definir.

No mais, do exame do projeto verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos VI, que vedam a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que assim prescrevem:

“Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....
111) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005 (LDO/2005) – Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2005 -, em especial quanto às prescrições dos §§ 5º, 6º e 11, do art. 65, que têm o seguinte teor:

“Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

.....
S 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas;

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

.....
§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”

Por outro lado, todos os programas e ações contemplados no crédito em questão constam também do Plano Plurianual vigente (PPA 2004 a 2007) – Lei nº 10.933, de 12 de agosto de 2004, observando-se, portanto, o prescrito no § 8º do art. 5º, **in verbis**:

“Art. 5º

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.”

Com relação às emendas apresentadas, indicamos para inadmissão a emenda de nº 01, por objetivar incluir em projeto de lei de crédito especial matéria afeta a projeto de lei de crédito suplementar, e as emendas de nºs 02 e 03, por indicarem valores para cancelamento superiores à própria programação.

Com relação às demais emendas, em que pese os nobres propósitos nelas consignados, registramos

que o presente crédito destina-se a ajustar programações inseridas na lei orçamentária por emendas parlamentares, e tendo em vista que o acatamento dos pleitos ensejaria a redução significativa das dotações contempladas pelo Projeto, com evidentes prejuízos para as programações, propomos a rejeição dessas emendas.

Propomos ainda adequações de ordem técnica destinadas a: **a)** alterar a modalidade de aplicação de 90 – Aplicação Direta, prevista no programa Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude, no subtítulo Serviços de Proteção Sócio-assistencial à Criança e ao Adolescente – Hortolândia – SP (funcional 08.243.0070.2556.0351), para 99-A definir, conforme emenda de relator em anexo; **b)** alterar o texto de determinados subtítulos, com a finalidade de eliminar repetições dispensáveis, de forma a padronizá-los com a programação do Fundo Nacional de Assistência Nacional, mantendo-se o objetivo da programação prevista no crédito, conforme detalhado no anexo II.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 5312005-CN, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, – Deputado **Geraldo Resende**, Relator

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

**ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000							VALOR
		S	P	G	D	F	B	C	
0065	Proteção Social à Pessoa com Deficiência								350.000
	ATIVIDADES								
08.242	0065 2561	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência							250.000
08.242	0065 2561 0397	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Atendimento a Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais							250.000
	PROJETOS								
08.242	0065 1426	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência							100.000
08.242	0065 1426 0327	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP							100.000
	0070	Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude							429.000
	ATIVIDADES								
08.243	0070 2556	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente							200.000
08.243	0070 2556 0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Hortolândia - SP							200.000
	PROJETOS								
08.243	0070 7972	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Crianças e Adolescentes							229.000
08.243	0070 7972 0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo							229.000
									159.000
									70.000
1093	Sistema Único de Assistência Social								100.000
	PROJETOS								
08.244	1093 1481	Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carenciantes							100.000
08.244	1093 1481 0815	Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carenciantes - Associação de São José - Lagarto - Estado de Sergipe - Pessoa beneficiada (unidade) - 50							100.000
	TOTAL - GERAL								879.000
	TOTAL - SEGURIDADE								879.000

**SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2005-CN**

**PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 127, DE 2005-CN
(Nº 691/2005, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO ESPECIAL

Orçamento da União - Exercício: 2005

Apreciação de Créditos Adicionais

Alterações Efetuadas Através das Emendas ao PLN: 053/20 ANEXO: 01 Página: 1

	PL	Acréscimos	Decréscimos	Alterações	Valor Final
ES	229.000	0	0	0	229.000
MG	250.000	0	0	0	250.000
SE	100.000	0	0	0	100.000
SP	300.000	200.000	-200.000	0	300.000
TOTAL DO ANEXO 01	879.000	200.000	-200.000	0	879.000

Orcamento da União - Exercício: 2005
Apreciação de Créditos Adicionais

Alterações Efetuadas Através das Emendas ao PLN: 053/2005

ANEXO: 01
Página: 1

Func. Prog.	Titúlo	Est./Modif./GND	PL	Acrescimos	Decrescimos	Alterações	Valor Final
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social							
08.242.0065.1426.0327	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Aprendizado à Distância - Pessoas Portadoras de Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	2 40 100 4	100.000	0	0	0	100.000
08.242.0065.2561.0397	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoas com Deficiência - Aprendizado e Entidades de Municípios da Zona da Mata	2 99 100 3	250.000	0	0	0	250.000
08.243.0070.2556.0351	Ministério - No Estado de Minas Gerais	2 90 100 3	200.000	0	-200.000	-200.000	0
08.243.0070.2556.0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Horizonte - SP	2 99 100 3	0	200.000	0	200.000	200.000
08.243.0070.7972.0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Aprendizado à Distância e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo	2 40 100 3	70.000	0	0	0	70.000
08.243.0070.7972.0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Aprendizado à Crianças e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo	2 40 100 4	159.000	0	0	0	159.000
08.244.1093.1481.0815	Apoio Social e Comunitárias para Populações Carentes - Associação de São José - Legaré - E Nado - São Paulo	2 30 100 3	100.000	0	0	0	100.000
			878.000	200.000	-200.000	0	878.000
TOTAL DO ANEXO 01							
			878.000	200.000	-200.000	0	878.000

Orcamento da União - Exercício: 2005
Apreciação de Créditos Adicionais

Alterações Efetuadas Através das Emendas ao PLN: 053/2005

ANEXO: 02
Página: 1

Func. Prog.	Titúlo	Est./Modif./GND	PL	Acrescimos	Decrescimos	Alterações	Valor Final
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social							
08.242.0065.1426.0004	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Aprendizado à Distância - Pessoas Portadoras de Deficiência - Nordeste e Centro-Oeste - No Estado de Minas Gerais	2 99 100 3	250.000	0	0	0	250.000
08.242.0065.2561.0298	Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais	2 90 100 3	100.000	0	0	0	100.000
08.243.0070.2556.0276	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoas com Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	2 90 100 3	200.000	0	0	0	200.000
08.243.0070.7972.0420	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Aprendizado à Distância e Adolescentes - No Estado do Espírito Santo	2 40 100 4	229.000	0	0	0	229.000
08.244.1093.1481.0590	Apoio Social e Comunitárias para Populações Carentes - Comunidade de São José - Lagarto - SE	2 99 100 3	100.000	0	0	0	100.000
			878.000	0	0	0	878.000
TOTAL DO ANEXO 02							
			878.000	0	0	0	878.000

Orcamento da União - Exercício: 2005
Apreciação de Créditos Adicionais

PLN: 053/2005

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	E	G	M	F	VALOR
		ACÃO		S	N	A	T	APROVADO
				F	D	E		
AUTOR: RELATOR								
8001	55901 FNAS	08.243.0070.2556.0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Horizonte - SP	2	3	99	100	200.000
Total								200.000

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLN 53, de 2005-CN**

ANEXO I **Adicionamento Previsto no Crédito x Programação Objeto de Cancelamento**

2561.0397	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Atendimento a Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais	S 3 2 99 0 100 250.000	1426.0004	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Atendimento a Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais	S 3 2 99 0 100 250.000	Mudança de Ação
1426.0327	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	S 4 2 40 0 100 100.000	2561.0298	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	S 3 2 90 0 100 100.000	Mudança de Ação, GND e MOD
2556.0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Hortolândia - SP	S 3 2 90 0 100 200.000	2556.0276	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Casa Belém da Paz - Hortolândia - SP	S 3 2 90 0 100 200.000	Exclusão do nome da entidade beneficiária
7972.0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo	S 3 2 40 0 100 70.000 S 4 2 40 0 100 159.000	7972.0420	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - No Estado do Espírito Santo	S 4 2 40 0 100 229.000	Desdobramento de GND e inclusão, no substituto, do termo "Nos Municípios"
1481.0815	Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes - Associação de São José - Lagarto - Estado de Sergipe	S 3 2 30 0 100 100.000	1481.0590	Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes - Compra de Remédios Associação de São José - Lagarto - SE	S 3 2 99 0 100 100.000	Mudança de MOD; exclusão, do substituto, do termo "Compra de Remédios"; e inclusão do termo "Estado de Sergipe"

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLN 53, de 2005-CN**

ANEXO II

Adesivações de Ordem Técnica Promovidas pelo Relator

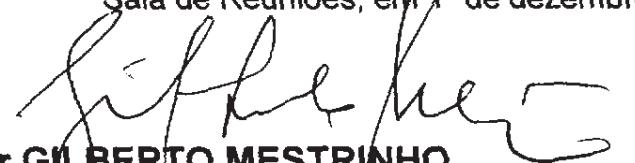
2561.0397	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Atendimento a Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	99	0	100	250.000	2561.0397	Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência - Atendimento a Entidades de Municípios da Zona da Mata Mineira - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	99	0	100	250.000	Ajuste do subtítulo para eliminação de repetição
1426.0327	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	S	4	2	40	0	100	100.000	1426.0327	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência - Santa Cruz do Rio Pardo - SP	S	4	2	40	0	100	100.000	Ajuste do subtítulo para eliminação de repetição
2556.0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Hortolândia - SP	S	3	2	90	0	100	200.000	2556.0351	Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente - Hortolândia - SP	S	3	2	99	0	100	200.000	Mudança de MOD (detalhada na emenda do relator em anexo) e ajuste do subtítulo para eliminação de repetição
7972.0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	100	70.000	7972.0473	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - Nos Municípios do Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	100	70.000	Ajuste do subtítulo para eliminação de repetição

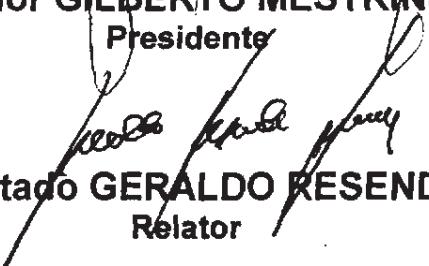
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2005, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado GERALDO RESENDE, favorável ao Projeto de Lei nº 53/2005-CN, nos termos do Substitutivo apresentado, que incorpora uma Emenda de Relator. Ao Projeto foram apresentadas 15 (quinze) emendas, das quais foram DECLARADAS INADMITIDAS as de nºs 01 a 03, e REJEITADAS as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Amauri Gasques, Aníbal Gomes, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Átila Lins, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Inácio Arruda, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Júnior Betão, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelino Fraga, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo, Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 1º de dezembro de 2005.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputado GERALDO RESENDE
Relator

PARECER Nº 36, DE 2005-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$422.272.976,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

Autor : Poder Executivo
Relator: Deputado **Jovair Arantes**

I. APRECIAÇÃO**I.1. Histórico**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 142, de 2005-CN (nº 706/2005, na origem), o Projeto de Lei nº 68, de 2005 – CN, que abre aos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito Suplementar no valor de R\$422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais), para atender às programações contidas do Anexo I do Projeto de Lei.

O Poder Executivo oferece como fonte de recursos o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, de Recursos Próprios Não-Financeiros, de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e de Outras Contribuições Sociais, no valor global de R\$193.716.974,00, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no valor de R\$117.451.151,00, e a anulação parcial de dotações orçamentárias pertencentes ao Ministério da Justiça e da Defesa, os quais são ora objeto de suplementação, no montante de R\$117.451.151,00.

A Exposição de Motivos nº 00231/2005-MP, de 14-10-2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, nos termos do que determina o Art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), e que os recursos que lhes dão alicerce acham-se em conformidade com o disposto do art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, V, da Constituição Federal, tendo em vista que:

a) R\$117.454.151,00, derivam de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo;

b) R\$193.716.974,00, referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

c) R\$111.101.974,00, referem-se à suplementação de despesas primárias com recursos de origem financeira, sendo compensados pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado; e

d) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

Quanto à demonstração do excesso de arrecadação, conforme prevê o art. 65, § 9º, da LDO/2005, esta se acha devidamente indicada, por meio de anexos, tanto para os Recursos Próprios quanto para os Ordinários.

Deve-se, a título de esclarecimento e com intuito de melhor informar os membros desta Casa que o crédito proposto pelo Executivo tem por propósito conformar as solicitações encaminhadas pelos próprios órgãos envolvidos e que os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, conforme enfatiza a E.M.

Sobre as dotações suplementadas há que ressaltar que o presente crédito apresenta aporte de recursos a diversas unidades orçamentárias pertencentes aos Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, reforçando ações compreendidas e classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa – GND 3 (Outras Despesas Correntes) e 4 (Investimentos), dentre as quais merecem destaque, conforme expõe a referida E.M.:

a) Ministério da Justiça: recursos voltados à “Administração direta a participação de agentes públicos no Seminário de Formação de Tráfico de Seres Humanos, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de programação de TV e a manutenção do edifício-sede do Órgão; a aquisição de 200 veículos, o atendimento de despesas administrativas e de capacitação de novos agentes, além da manutenção e o abastecimento da frota veicular da Polícia Federal; e na Polícia Federal, a manutenção de suas diversas unidades e do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais – AFIS, a intensificação de sua atuação nos Estados do Pará, do Mato Grosso e de Rondônia, o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo e de contribuição

devida á organização Internacional de Policia Criminal – INTERPOL”;

b) Na Fundação Nacional do Índio – FUNAI: em ações que visem “assegurar a concessão de assistência médica a servidores e seus dependentes, em função de reajuste contratual, a manutenção de postos indígenas, e de diversas ações voltadas ao atendimento das questões indígenas, incluindo as comunidades da Reserva Roosevelt e das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol; o pagamento de técnicos de nível superior, contratados em caráter temporário, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; e a capacitação e o treinamento de profissionais da área de Segurança Pública na Região Nordeste, construções, reformas e o reaparelhamento dos órgãos de Segurança Pública nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, além da aquisição de viaturas e equipamentos táticos para atender à Força Nacional de Segurança”;

c) no âmbito do Comando da Aeronáutica a ações voltadas a “melhorar a qualidade dos serviços, tendo em vista a possibilidade de adquirir maquinário, ferramental e laboratórios necessários à manutenção das aeronaves, reforçar o atendimento médico-hospitalar prestado aos militares e seus dependentes, inclusive anistiados incorporados e seus dependentes, em atendimento ao art. 14 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e honrar compromisso com a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER, por conta de aquisições de aeronaves no desenvolvimento do programa de Reapalhamento da Força Aérea Brasileira”;

d) No Comando do Exército, o crédito visará a “melhorar o atendimento médico-hospitalar prestado aos militares e seus dependentes; atenuar as deficiências atuais com a manutenção e suprimento de combustíveis; atender à demanda dos colégios militares, dando continuidade ao processo de aperfeiçoamento da qualidade do ensino; possibilitar a modernização da infra-estrutura laboratorial do Instituto Militar de Engenharia – IME; permitir a continuidade do processo de modernização do ensino, por meio da utilização de equipamentos de informática, além de mobiliar os novos estabelecimentos de ensino formadores de sargentos na primeira etapa do curso; atender às despesas com a manutenção predial das instalações da Fundação Osório; suprir o aumento das despesas com registro e fiscalização de produtos controlados, além de possibilitar a modernização das organizações militares envolvidas no sistema” e

e) No Comando da Marinha, a “dar continuidade à construção e modernização de embarcações; cumprir ações de patrulha marítima nas águas jurisdicionais brasileiras e nas áreas marítimas de produção de petróleo: realizar o aprestamento de suas forças navais; aperfeiçoar e formar recursos humanos especializados para a Marinha Mercante Brasileira; e atender às necessidades decorrentes de sua assistência médico-hospitalar e odontológica”.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

I.2. Análise

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, dado ter por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.100, de 25-1-2005) e formulada de acordo com o que determina o art. 65 da Lei nº 10.934 de 11-8-2004 (LDO/2005).

Como recursos compensatórios para a abertura do crédito, a Exposição de Motivos deixa claro que, para tanto, serão utilizados, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º.

A proposição que nos foi dada a relatar foi objeto de 3 emendas, apresentadas no prazo regimental, a que se propõem a remanejar recursos no âmbito do Ministério da Justiça. Em que pese o mérito contido nas assertivas apresentadas somos pela rejeição das emendas tendo em vista que as programações inicialmente propostas a suplementação foram indicadas pelos próprios órgãos envolvidos e caso sejam alteradas, aquém do proposto, poderia trazer prejuízos às programações orçamentárias voltadas a atender atividades essenciais dos órgãos afetos, enquanto que as ações propostas pelas emendas visam tão-somente acrescer recursos a implementação de projetos específicos que, embora necessários, ora se subordinam à escassez de recursos dos órgãos, subentendida pela E.M. à medida que, tais remanejamentos, “foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício”.

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que essa iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 68, de 2005-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando-se as emendas apresentadas.

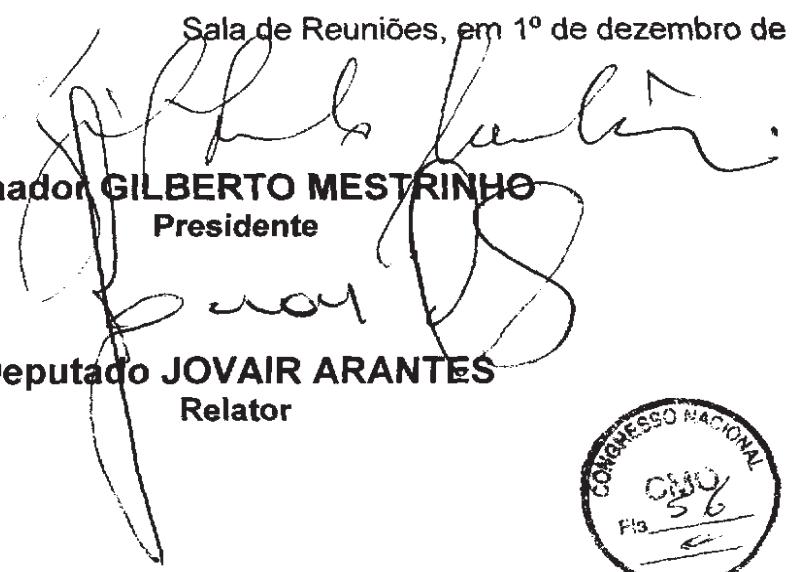
É o Relatório. – Deputado **Jovair Arantes**, Relator.

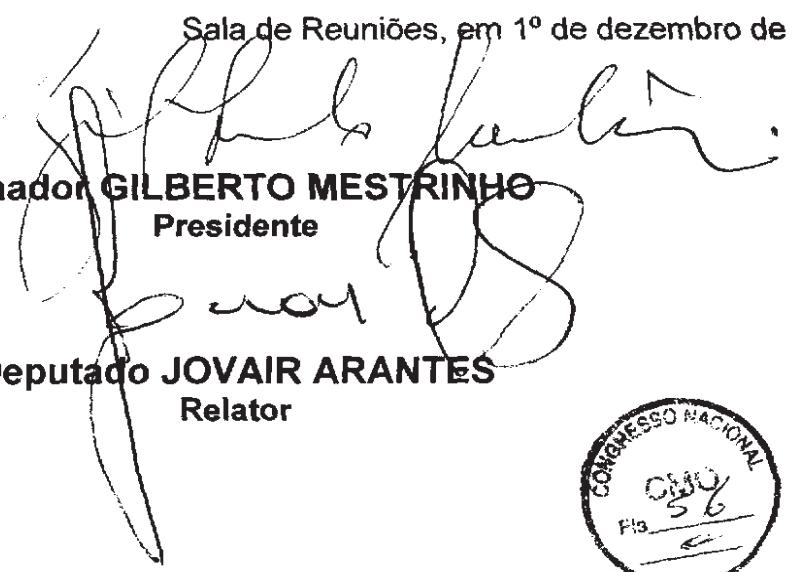
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2005, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOVAIR ARANTES, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 68/2005-CN. Ao Projeto foram apresentadas 03 (três) emendas, as quais foram REJEITADAS.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Amauri Gasques, Aníbal Gomes, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Átila Lins, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Inácio Arruda, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Júnior Betão, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelino Fraga, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Zé Geraldo, Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 1º de dezembro de 2005.


Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente


Deputado **JOVAIR ARANTES**
Relator



A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 68/2005-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois mi-

lhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Sala de Reuniões, em de dezembro de 2005. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Deputado **Jovair Arantes**, Relator.

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 267, ADOTADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2005 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO E AUTORIZA COBRANÇAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE CRÉDITOS DA UNIÃO, NO EXTERIOR, DECORRENTES DE SUBROGAÇÕES DE GARANTIAS DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO HONRADAS COM RECURSO DO FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO – FGE E DE FINANCIAMENTOS NÃO PAGOS CONTRATADOS COM RECURSOS DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES – PROEX E DO EXTINTO FUNDO DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO – FINEX, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado NATAN DONADON	06, 07
Deputado RAUL JUNGMANN	01, 02, 04
Deputado RODRIGO MAIA	03, 05

S64001
TOTAL DE EMENDAS:007

MPV-267**00001****MEDIDA PROVISÓRIA N° 267, DE 2005**

Aprimora a redação do art. 2º para deixar claro a aplicação da Lei nº 8.666/1993 nos procedimentos especificados.

EMENDA N°

O Parágrafo único do artigo 2º da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Caberá aos mandatários a adoção de providências necessárias aos procedimentos descritos neste artigo, inclusive com contratação de instituição habilitada ou advogado, no País ou no exterior, devendo ser observados, no que couber, os princípios da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.”

JUSTIFICACÃO

Visa-se, com a presente emenda, deixar claro que o mandatário nomeado, quando da contratação da instituição habilitada ou advogado, no País ou no exterior, para processamento da cobrança ou seu prosseguimento a que se refere o art. 2º desta Medida Provisória, deverá observar em seus atos os princípios e as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Destarte, busca-se garantir a correta gestão da coisa pública.

Sala das Sessões, em  de dezembro de 2005.

Deputado **RALF JUNGMANN**
PPS/PE

**MPV-267
00002**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 267, DE 2005

Equipara o mandatário de que tratam os incisos I e II do art. 2º a agente público para os fins que especifica.

EMENDA N°

Renumere-se o atual Parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, para que seja acrescentado o § 2º com a seguinte redação:

“§2º O mandatário de que trata este artigo equipara-se a agente público para fins civis e penais.”

JUSTIFICACÃO

De acordo com a redação da presente Medida Provisória, fica ao livre-arbítrio do Ministro da Fazenda a escolha de mandatário para exercer as funções especificadas nos incisos I e II do art. 2º. Todavia, como nem sempre será possível a designação de mandatário que se qualifique como servidor público, é importante que o terceiro designado seja equiparado a agente público, para fins civis e penais. A alteração sugerida visa coibir o abuso ou desvio na utilização do mandato, imputando àquele que assim proceder as penas mais rigorosas impostas pelo ordenamento jurídico pátrio.

Sala das Sessões, em  de dezembro de 2005.

**Deputado RAUL JUNGMANN
PPS/PE**

MPV-267**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

Proposição

Medida Provisória nº 267/05*Dep. Rodrigo Maia*

nº do prontuário

1 Supressiva**2. substitutiva****3. modificativa****4. aditiva****5. Substitutivo global**

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 267, de 2005, o seguinte parágrafo 2º, e dê-se ao parágrafo único atual a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Caberá aos mandatários a adoção de providências necessárias aos procedimentos descritos neste artigo, inclusive a contratação de instituição habilitada ou advogado, de comprovada conduta ilibada, no País ou no exterior.

§ 2º A contratação de instituição habilitada ou advogado referido no § 1º observará, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.”

JUSTIFICATIVA

Segundo a redação atual da Medida Provisória, a contratação de instituição habilitada ou advogado não sofreria qualquer controle específico: não se exigiria transparência no processo e nenhuma qualificação dos profissionais contratos. Nossa emenda busca melhorar tal redação, permitindo que tais contratações sejam mais facilmente fiscalizáveis pela sociedade e mais adequadas aos parâmetros de controle atualmente em vigor para a administração pública (a Lei nº 8.666, de 1993, a Lei de Licitações).

PARLAMENTAR

MPV-267
00004

MEDIDA PROVISÓRIA N° 267, DE 2005

Altera os prazos para processamento da cobrança ou seu prosseguimento.

EMENDA N°

Os incisos I e II do art. 4º da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE, sessenta dias, contados do pagamento da indenização do SCE; e

II – créditos decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do PROEX e do extinto FINEX, cento e vinte dias, contados do vencimento da parcela inadimplida."

JUSTIFICACÃO

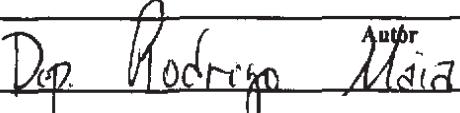
Visa-se, com a presente emenda, aumentar os prazos em trinta dias para o termo inicial do processamento da cobrança ou seu prosseguimento, a que se refere o art. 2º, por entendermos que o prazo fixado originariamente pela Medida Provisória era demasiado exíguo, em especial, por se considerar as peculiaridades tecnológicas, culturais, técnicas, comerciais e etc., dos vários países com os quais o Brasil mantém relações comerciais.

Sala das Sessões, em  de dezembro de 2005.

Deputado **RAUL JUNGMANN**
PPS/PE

**MPV-267
00005**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 267/05			
		nº do protocolo		
1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 5º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 5º Os mandatários poderão autorizar a realização de acordos ou transações com a prévia e expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Todo acordo firmado segundo o caput deste artigo deverá ser relatado ao Tribunal de Contas da União no prazo de 30 dias, especificando a motivação do acordo e os ganhos para o Tesouro Nacional auferidos nesta opção.”

JUSTIFICATIVA

A redação atual da Medida Provisória dá ampla liberdade aos mandatários e ao Ministério da Fazenda para realizar acordos nas ações do Seguro de Crédito à Exportação. Entendemos que a possibilidade de acordo é importante para a celeridade dos processos e a melhor defesa dos interesses da República. Ainda, é peça muito útil à administração honesta, ágil e bem preparada.

Não obstante, parece-nos mais adequado que todo acordo seja submetido à autoridade do Ministro da Fazenda e, sobretudo, à análise de órgãos de controle externo, sendo no caso o Tribunal de Contas da União o mais indicado, por ser órgão de apoio ao Congresso Nacional. A transparência e responsabilização das ações é característica republicana, e deve ser encarecida por este Congresso, sobretudo em tempos de malversação de recursos públicos e má fé na gestão da nação.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-267
00006data
05.12.05

proposição

Medida Provisória nº 267 de 28 de novembro de 2005

autor

DEP. NATAN DONGADON

nº do projeto

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutiva e aditiva

Página
1

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se dispositivo à Medida Provisória nº 267/2005, com a seguinte redação:

O art. 27 da Lei nº 10.637/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. Consideram-se importadas por conta e ordem, para fins de aplicação da legislação tributária federal e aduaneira, as mercadorias estrangeiras ingressadas no país por intermédio de pessoa jurídica importadora a pedido de adquirente que assuma, direta ou indiretamente, os riscos da operação de comércio exterior ou a responsabilidade financeira pela importação.

Parágrafo único. A importação promovida por pessoa jurídica importadora que adquire mercadorias no exterior, para revenda a comprador nacional encomendante predeterminado, não configura importação por conta e ordem, quando a pessoa jurídica importadora assume, isoladamente, os riscos da operação de comércio exterior e a responsabilidade financeira pela importação.”

JUSTIFICATIVA

De acordo com as regras de direito privado, as empresas comerciais importadoras habitualmente praticam dois tipos de operação: por conta própria, ou por conta e ordem de terceiros. A importação por conta própria ocorre quando há a aquisição de mercadorias no exterior para revenda a qualquer interessado, ou para cumprimento de contrato de compra e venda previamente celebrado com promissário comprador. A importação por conta e ordem se verifica quando a pessoa jurídica importadora faz a intermediação entre exportador estrangeiro e adquirente nacional, agindo a mando e com recursos deste.

O traço fundamental entre as duas operações está na assunção dos riscos inerentes ao negócio de importação. Na operação por conta própria, todos os riscos do negócio verificados até a tradição da mercadoria ao comprador no mercado interno são suportados, em última análise, pela empresa comercial importadora. Já na operação por conta e ordem, o importador atua como prestador de serviços, sendo o adquirente nacional quem suporta, de forma direta ou indireta, os riscos da operação, arcando com eventuais prejuízos, inclusive se não receber a mercadoria, quando não se caracterizar a culpa do importador.



A Medida Provisória nº 2.158-35 disciplinou o regime tributário das importações por conta e ordem (art. 79 a 81). Nesses casos, o adquirente nacional ficou equiparado a importador, para fins de apuração do IPI, do PIS e da COFINS, tornando-se responsável solidário pelo imposto de importação e pelas infrações à legislação aduaneira.

Por sua vez, a Lei nº 10.637/02 firmou a presunção de que a operação de comércio exterior realizada com recursos de terceiro presume-se por sua conta e ordem, prevendo penalidades para situações em que há ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou do responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, inclusive a interposição fraudulenta de terceiros.

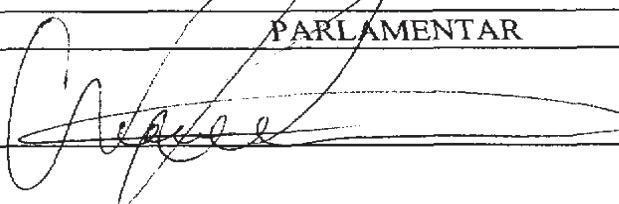
Entretanto, a falta de definição precisa da importação por conta própria na legislação tributária vem causando sérias divergências entre as empresas comerciais importadoras e as autoridades fiscais a respeito dos elementos que a caracterizam, notadamente quando o importador possui contrato de compra e venda firmado com encomendante interno. Em decorrência, vários autos de infração foram lavrados contra empresas comerciais importadoras localizadas em diversos pontos do território nacional, inclusive com aplicação de pena de perdimento, sob alegação de ocultação do encomendante interno da mercadoria, nada obstante se trate de operação por conta própria da importadora. A par de afetar os contribuintes, tal procedimento vem afetando as receitas de Estados com intenso movimento portuário e que cujas receitas provêm, em grande parte, das operações de importação, como é o caso do Espírito Santo.

Assim sendo, torna-se urgente a solução da questão, em nível nacional, de modo a preservar os legítimos interesses da União e evitar que dúvidas acerca do alcance da legislação prejudique o comércio exterior e abale o sistema federativo.

Dessa forma, propõe-se a edição de Medida Provisória dando nova redação ao art. 27 da Lei nº 10.637/2002, a fim de distinguir as importações por conta e ordem e as importações por encomenda.

Outrossim, para evitar procedimentos tendentes a frustrar a arrecadação do IPI, propõe-se a equiparação dos estabelecimentos atacadistas ou varejistas encomendantes de mercadorias importadas a estabelecimento industrial, a exemplo do que ocorre quando se a importação se dá por conta e ordem. Desse modo, não haverá diferença significativa do ponto de vista fiscal que justifique eventuais práticas abusivas, prejudiciais ao Erário.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-267
00007data
05.12.05proposição
Medida Provisória nº 267 de 28 de novembro de 2005DEP. NATAN DONADON ^{autor}

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo globalPágina
1

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se dispositivo à Medida Provisória nº 267/2005, com a seguinte redação:

O art. 79 da Medida Provisória nº 2.158-35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. Equiparam-se a estabelecimento industrial os estabelecimentos, atacadistas ou varejistas, que adquirirem produtos de procedência estrangeira, importados por sua encomenda, ou por sua própria conta, por intermédio de pessoa jurídica importadora”

JUSTIFICATIVA

De acordo com as regras de direito privado, as empresas comerciais importadoras habitualmente praticam dois tipos de operação: por conta própria, ou por conta e ordem de terceiros. A importação por conta própria ocorre quando há a aquisição de mercadorias no exterior para revenda a qualquer interessado, ou para cumprimento de contrato de compra e venda previamente celebrado com promissário comprador. A importação por conta e ordem se verifica quando a pessoa jurídica importadora faz a intermediação entre exportador estrangeiro e adquirente nacional, agindo a mando e com recursos deste.

O traço fundamental entre as duas operações está na assunção dos riscos inerentes ao negócio de importação. Na operação por conta própria, todos os riscos do negócio verificados até a tradição da mercadoria ao comprador no mercado interno são suportados, em última análise, pela empresa comercial importadora. Já na operação por conta e ordem, o importador atua como prestador de serviços, sendo o adquirente nacional quem suporta, de forma direta ou indireta, os riscos da operação, arcando com eventuais prejuízos, inclusive se não receber a mercadoria, quando não se caracterizar a culpa do importador.

A Medida Provisória nº 2.158-35 disciplinou o regime tributário das importações por conta e ordem (art. 79 a 81). Nesses casos, o adquirente nacional ficou equiparado a importador, para fins de apuração do IPI, do PIS e da COFINS, tornando-se responsável solidário pelo imposto de importação e pelas infrações à legislação aduaneira.

Por sua vez, a Lei nº 10.637/02 firmou a presunção de que a operação de comércio exterior realizada com recursos de terceiro presume-se por sua conta e ordem, prevendo penalidades para situações em que há ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou do



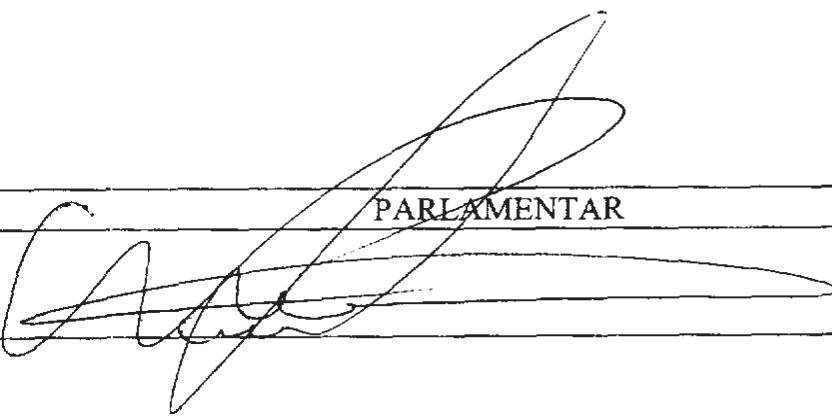
responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, inclusive a interposição fraudulenta de terceiros.

Entretanto, a falta de definição precisa da importação por conta própria na legislação tributária vem causando sérias divergências entre as empresas comerciais importadoras e as autoridades fiscais a respeito dos elementos que a caracterizam, notadamente quanto o importador possui contrato de compra e venda firmado com encomendante interno. Em decorrência, vários autos de infração foram lavrados contra empresas comerciais importadoras localizadas em diversos pontos do território nacional, inclusive com aplicação de pena de perdimento, sob alegação de ocultação do encomendante interno da mercadoria, nada obstante se trate de operação por conta própria da importadora. A par de afetar os contribuintes, tal procedimento vem afetando as receitas de Estados com intenso movimento portuário e que cujas receitas provêm, em grande parte, das operações de importação, como é o caso do Espírito Santo.

Assim sendo, torna-se urgente a solução da questão, em nível nacional, de modo a preservar os legítimos interesses da União e evitar que dúvidas acerca do alcance da legislação prejudique o comércio exterior e abale o sistema federativo.

Dessa forma, propõe-se a edição de Medida Provisória dando nova redação ao art. 27 da Lei nº 10.637/2002, a fim de distinguir as importações por conta e ordem e as importações por encomenda.

Outrossim, para evitar procedimentos tendentes a frustrar a arrecadação do IPI, propõe-se a equiparação dos estabelecimentos atacadistas ou varejistas encomendantes de mercadorias importadas a estabelecimento industrial, a exemplo do que ocorre quando se a importação se dá por conta e ordem. Desse modo, não haverá diferença significativa do ponto de vista fiscal que justifique eventuais práticas abusivas, prejudiciais ao Erário.



PARLAMENTAR

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 017 , de 2005

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e competências regulamentares:

Considerando o disposto no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93, que fixa como princípios da licitação os da isonomia, da imparcialidade e da seleção de proposta mais vantajosa para a Administração,

RESOLVE:

Art. 1º – Nos casos de concessão de uso para exploração de restaurantes e lanchonetes no Senado Federal, não será admitida a participação na licitação dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou colaterais até terceiro grau dos atuais utentes, ainda que sócios de pessoa jurídica distinta da titular da concessão de uso licitada.

Art. 2º – A ocupação do espaço físico destinado à exploração de restaurantes e lanchonetes no Senado Federal será outorgada mediante autorização do Primeiro-Secretário.

Art. 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 06 de dezembro de 2005.

*K. Bola
F. Viana
Vicente Viana
Capitulário*

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 173 , DE 2005

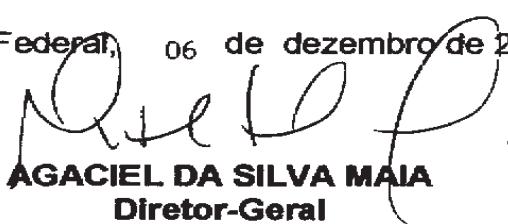
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Leilão de que trata a Portaria nº 102, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover a alienação de bens inservíveis, ociosos e antieconômicos do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 174 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2005 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 124, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar estudos e projeto de reestruturação do Serviço de Transportes no que diz respeito à área de recursos humanos, bem como suas instalações físicas.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2005.

Senado Federal, 06 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4170 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000945/05-6, RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 367/96, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **FERNANDO CORTONESI FILHO**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, para incluir o artigo 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, com diagnóstico firmado em 08/10/05, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 5 de dezembro de 2005.



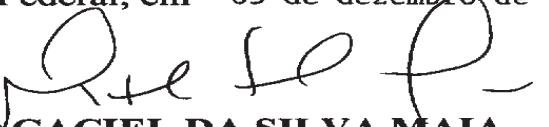
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4171 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO XAVIER RIBEIRO FILHO**, matrícula n.º 192779, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 05 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4172 , DE 2005

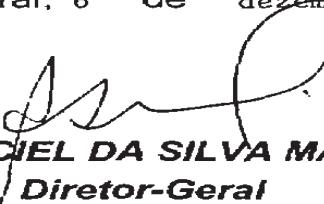
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 32270, e SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 018184/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4173 , DE 2005

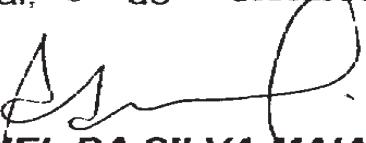
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ, matrícula nº 6492, e DANIEL DELGADO, matrícula nº 46921, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 018479/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4174 , DE 2005

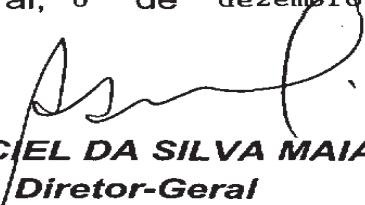
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ, matrícula nº 6492, e DANIEL DELGADO, matrícula nº 46921, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 018478/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4175 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ, matrícula nº 32790, e ANTÔNIO ALBERTO DE CARVALHO, matrícula nº 14786, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 015300/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4176 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 32454, e JOÃO JOSÉ CÂNDIA NETTO, matrícula nº 49776, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010316/04-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4177 , DE 2005

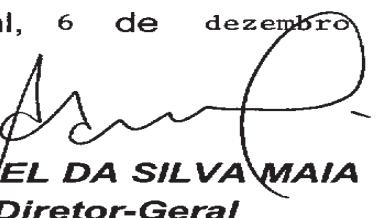
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA DE FÁTIMA ROSA RIBEIRO, matrícula nº 047834, e VALMIR MARQUES DE FARIA, matrícula nº 104027, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 015407/05-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4178, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere, e tendo em vista o disposto no art. 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2005,
RESOLVE:

Art. 1º – Ficam elevados, na forma do Anexo deste Ato, os valores fixados para emissão de empenhos e movimentação financeira, do Grupo de Natureza de Despesa - 3 - Custeio, constante da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 – LOA, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2005.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ORGÃO: 02000 - SENADO FEDERAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I										
DESCONTINGENCIAMENTO (ACRÉSCIMO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA / ACAO / SUBTITULO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL										
01 306	0551 4061	ATIVIDADE								
01 306	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO	F	3	3	90	0	100		2.920.313
TOTAL - FISCAL										2.920.313
TOTAL - GERAL										2.920.313



ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4179, de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora **BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA**, matrícula 52120, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para substituir o Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4180, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019.261/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DEOCLECIANO AMORIM NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 06 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4181 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019179/05-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA CAROLINA BRUM PINHEIRO**, matrícula n.º 158991, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senado Federal, em 06 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4182 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ IVAN NUNES DA SILVA, matrícula 17295, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de novembro de 2005.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.



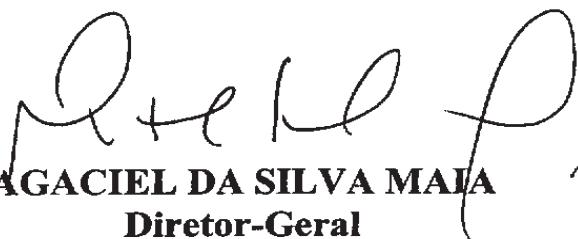
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4183 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE designar o servidor EUCLIDES ALVES DA SILVA, matrícula 44547, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-06, da Diretoria-Geral, a partir de 30 de novembro de 2005.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4184 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora MARILDA GOMES DO NASCIMENTO, matrícula 39539, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de novembro de 2005.

Senado Federal, 6 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PFL	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PMDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PDT	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	BLOCO - PT	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSDB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney
	PARAÍBA	PMDB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PT	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	BLOCO - PT	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PMDB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPIÑO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDEI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3^a FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: juloric@senado.gov.br

SALA N^º 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</u>	
	<u>PMDB</u>
	<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</u>
	<u>PDT</u>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005	

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Gilberto Goellner (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. Álvaro Dias (PSDB)	PR	4059
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Pedro Simon	RS	3232
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)
--	--

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 174 PÁGINAS